

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, SOBRE AS ALTERAÇÕES DO PLANO DIRETOR

Às 17 (dezessete horas) e 45 (quarenta e cinco) minutos do dia 1 (primeiro) de julho de 2022 (dois mil e vinte e dois) foi iniciada Audiência Pública no Auditório da Escola Básica Municipal Osmar Cunha, Endereço: Rodovia Tertuliano Brito Xavier, nº 661, Canasvieiras, Florianópolis – SC, Cep. 88054-600, sob a presidência do Sr. Carlos Leonardo Costa Alvarenga, Coordenador Geral da Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD e Superintendente do IPUF e com a participação das pessoas indicadas na lista de presença anexa. **O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga (Superintendente do IPUF e Presidente da mesa diretora)** convida todas as pessoas presentes para iniciar os procedimentos da Audiência Pública do Distrito de Canasvieiras referente a Revisão e Adequação do Plano Diretor do Município de Florianópolis. Convida também o Sr. Michel de Andrade Mittmann (Secretário de Mobilidade e Planejamento Urbano) para compor a mesa. Na sequência, passa a palavra ao **Sr. Topázio Silveira Neto (Prefeito de Florianópolis)** para realizar a abertura da audiência. Que cumprimenta os presentes e solicita que todos entrem para iniciar a audiência. O Sr. Prefeito inicia a sua fala: Boa noite a todos, inicialmente gostaria de pedir ao meu amigo Sardá que está lá na porta se puder convidar as pessoas para entrar. Muito boa noite, são 18h46min (dezoito horas e quarenta e seis minutos), nosso horário é 18h45min (dezoito horas e quarenta e cinco), então nós vamos iniciar a nossa (***) 17h (dezessete), fala o Vereador Dinho. Desculpa, eu que olhei aqui errado, são 17h46 (dezessete horas e quarenta e seis minutos), estamos no horário regimental aqui para iniciar nossa audiência pública. Essa audiência pública é parte do processo de revisão do Plano Diretor, conforme amplamente divulgado, para todas as pessoas de Florianópolis. Essa é a nossa segunda audiência pública. Nós fizemos uma primeira audiência, na quarta-feira, no Distrito do Ribeirão. Utilizamos lá, a nossa Escola do Futuro na Tapera. Foi uma audiência bastante proveitosa, com muita participação da população, o que nos deixou muito satisfeitos. Não é diferente do que estou vendo aqui hoje; as pessoas estão chegando para participar da nossa audiência. Qual a importância da audiência para Prefeitura? As pessoas me perguntam: Prefeito, mas por que nós estamos fazendo as audiências? Primeiro estamos fazendo as audiências por uma questão de um acordo com o Ministério Público, uma questão legal, mas sobretudo para possibilitar a participação da população nesse processo de construção, de um Marco Regulatório para ocupação do nosso território na cidade. Como que nós queremos ocupar o território em Florianópolis? A ocupação do território, ela leva em consideração diversos aspectos. Qual é o plano de mobilidade? Qual é o plano de saneamento? Como é que é o plano de abastecimento de água? E como que ocupo sobre o ponto de vista do Plano Diretor, as diversas áreas disponíveis da cidade. Esse é o marco inicial que vai ajudar com que a gente faça todos os outros? Como que eu posso fazer um plano de saneamento, se eu não sei quantas pessoas vão morar ou podem morar em determinado local? Como que eu faço um plano



de abastecimento de água se eu não sei qual é a população estimada para aquele bairro? A população estimada para o bairro, tem a ver com as definições que os senhores vão nos ajudar a tomar nessa revisão do Plano Diretor. Quando a gente fala em adensamento, que é a possibilidade de construir edificações acima de 2 (dois) andares no bairro, a gente tá falando de uma lógica de trazer pessoas ou tirar pessoas de zonas de preservação permanente e trazer pessoas mais perto das grandes vias de locomoção, melhorando a mobilidade. Tudo isso vai ser tratado nessa audiência de hoje. Mas o mais importante senhores e senhoras, é que ninguém aqui precisa entender de legislação para poder dar sua opinião. O que nós queremos é ver e ouvir, exatamente a opinião de quem mora no Distrito de Canasvieiras, que engloba Canasvieiras, Jurerê, Daniela, Praia do Forte e até a região aqui, vizinho com a Cachoeira do Bom Jesus, as pessoas que moram nessa região. O que nós queremos ouvir dessas pessoas, é o que elas precisam no bairro, o que sentem falta; como é que nós poderemos viabilizar moradia de interesse social; o que acham das nossas praças. Têm poucas praças? muitas praças? e assim por diante. Então, as pessoas que vão poder se manifestar, daqui a pouco, falem na sua linguagem própria. Falem daquilo que sentem sobre o bairro, daquilo que necessitam no bairro, porque isso vai ser interpretado depois, na construção das alterações que nós vamos propor na Lei 482 (quatrocentos e oitenta e dois), que é a Lei que originalmente definiu o Plano Diretor lá em 2014 (dois mil e quatorze). Então gostaria de saudar a todos, e desejar um bom trabalho para nós nessa noite, dizer que a gente se sente muito honrado, com a presença de todos os senhores que atenderam nosso chamamento. A equipe que tá aqui, que uma equipe grande na Prefeitura, são mais de 35 (trinta e cinco) pessoas trabalhando fortemente para construir esse material que os senhores vão ver hoje. Nós temos uma empresa, uma Fundação contratada que é a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos - FEPESE, que está proporcionando toda essa infraestrutura aqui para gente, de som e imagem, gravação, etc. Tudo isso vai para o *site* da Prefeitura e quem quiser, pode entrar lá no nosso *site*, já tem a gravação da Audiência Pública da Tapera, que foi há 2 (dois) dias atrás. E, por último, agradecer a nossa Secretaria Municipal de Educação que disponibilizou essa escola, com um nível de qualidade impressionante, para que a gente pudesse fazer essa reunião no dia de hoje. Muito obrigado a todos, eu repasso a palavra ao Alvarenga, que está coordenando os trabalhos. O **Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga** agradece as palavras do Prefeito. Obrigado também pela sua presença aqui, que é essencial e que corrobora com a seriedade do trabalho que estamos fazendo. Agradeço também a presença de todos que estão aqui, assim como de todos que estão à chegar. É essencial essa presença da comunidade para a gente escutar vocês na construção dos trabalhos e do projeto de Lei do Plano Diretor. É isso que nós estamos buscando aqui. Queria apresentar a mesa eu sou **Carlos Alvarenga**, Superintendente do IPUF e Coordenador Geral da Comissão Multidisciplinar do Processo de Revisão do Plano Diretor, agora de 2022 (dois mil e vinte e dois). O **Sr Topázio Silveira Neto** (Prefeito do Município), a minha direita, em

seguida Sr. Michel de Andrado Mittmann (Secretário de Mobilidade e Planejamento Urbano), a sua direita o Comandante Coronel Araújo Gomes (Secretário Municipal de Segurança Pública), a minha esquerda Sr. Alexandre Felix (Servidor de Carreira do IPUF/Geógrafo e Secretário Executivo Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD), a sua esquerda o Professor Maurício Fernandes Pereira (Secretário Municipal de Educação - Membro Executivo da Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD). Queria agradecer a presença da Coordenadora Geral Técnica da Comissão Multidisciplinar do Processo de revisão, que é a Cibele Assmann, muito obrigado pela sua presença. Agradecer a presença dos vereadores. O Vereador Dinho (Edison Manoel da Rosa), por gentileza, eu quero convidá-lo a representação do Distrito e da comunidade à compor a mesa. Muito obrigado pela sua presença Vereador. Agradecer a presença do Vereador Camasão, da Vereadora Carla Ayres, do Vereador Afrânio e do Vereador Renato Geske. Queria também agradecer a presença do Dr. Luiz Felipe, representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), da Comissão de Direito Urbanístico da OAB Santa Catarina. Muito obrigado pela sua presença. Vamos dar continuidade a esse processo que estamos vivenciamos para buscar o desenvolvimento pleno desse importante ato de cidadania. Juntos, a gente, nós vamos discutir os rumos que entendemos ser pertinentes e importantes no desenvolvimento urbano e, conseqüente ao futuro da nossa cidade. Agradecemos todas as autoridades presentes e dando seqüência a audiência, gostaria de solicitar a todos os presentes, que tomem assento, para iniciarmos com apresentação, nesta tarde de hoje. Igualmente solicito a atenção para que possamos respeitar a fala de todos os participantes, observando e respeitando o silêncio durante as mesmas. Informamos desde já, antes de dar continuidade aos trabalhos, conforme previsto no Regimento Interno, que as inscrições para manifestação, já estão abertas, é só procurar os representantes da FEPESE, estão devidamente identificados com uma blusa preta e escrito FEPESE. Iniciaremos agora com a apresentação de um vídeo sobre as regras de participação de audiência. Eu peço a todos, atenção. Pode passar o vídeo das regras audiência. ***“AUDIOVISUAL REVISÃO DO PLANO DIRETOR REGRA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS*** *sua contribuição é essencial para construir um Plano Diretor que converse com as necessidades de Florianópolis e você pode participar da revisão do plano de diferentes formas, seja por consulta pública, audiências de trás e geral. Mas você sabe como elas irão funcionar? As audiências públicas são uma ferramenta democrática importante na hora de participar da revisão do Plano Diretor. Elas são de caráter consultivo, com o objetivo de informar, colher dados e informações e críticas da população serão realizadas 13 (treze) audiências distritais e 1 (uma) audiência geral final. Todas terão início às 17 (dezessete) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos e serão feitas em dias alternados mas, para participar e realizar a sua manifestação, é importante que as regras presentes no Regimento Interno das audiências sejam respeitadas para se manifestar, deverá ser respeitadas de inscrição prévia e para se inscrever é preciso solicitar a ficha de inscrição. O prazo de inscrição inicia 15 (quinze) minutos antes da audiência e se encerra 3 (três)*

horas após o início das mesmas. **REGRAS DA AUDIÊNCIA** As audiências públicas serão gravadas e disponibilizadas no canal do youtube da Prefeitura Municipal de Florianópolis; As audiências públicas terão a duração de no mínimo 4h (quatro horas), podendo ser prorrogado por iniciativa do presidente da audiência para conclusão das manifestações previamente inscritas; Todos deverão assinar lista de presença para registro da audiência; O uso da palavra será por ordem de inscrição e não serão permitidas interrupções da ordem, sobre qualquer aspecto ressalvada as prioridades legais; Manifestações por escrito deverão ser entregues na forma de consulta pública; Todos os cidadãos terão direito a palavra apenas um uma vez e na sua ordem de inscrição tendo 2 (dois) minutos para manifestação podendo ser prorrogado por 30 (trinta) segundos apenas para encerramento do raciocínio e após o tempo acabar a fala será encerrada. Com exceção os presidentes ou representante das associações representativas dos vários seguimentos da comunidade, exercida comprovação conforme prevê a Lei Complementar n. 482/2014 quatrocentos e oitenta e dois de dois mil e quatorze), terão o direito a palavra também apenas 1 (uma) vez, na sua ordem de inscrição, com o tempo de 5 (cinco) minutos para manifestação, podendo ser prorrogado por 30 (trinta) segundos, apenas para encerramento do raciocínio e após o tempo acabar, a fala será encerrada. Importante ressaltar que o participante inscrito não pode ceder o seu tempo para somar ou mesmo para transferi-lo para outra pessoa. A gravação, ata, lista de presença e fichas de inscrição, serão publicadas no site da Prefeitura Municipal de Florianópolis no prazo máximo de 3 (três) dias úteis. As audiências públicas iniciarão com apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência, por meio audiovisual, no início do evento. Seguirá com as manifestações de cidadãos que procederam as inscrições prévias, durante a audiência, dentro do prazo e por ordem de inscrição. Então seguirá para considerações finais pela mesa diretora, e então o encerramento. Além disso, para segurança e garantia da manifestação de todos, as condições de acesso e permanência no ambiente, da tá realização da audiência pública são os seguintes: Instrumentos musicais, mastro de bandeira, objetos, bebidas alcoólicas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar a prática de ato de violência; Não arremessar objetos de qualquer natureza no interior do recinto, não portar ou utilizar fogos de artifício, ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogo; Não incitar e não praticar atos de violência física ou verba. Para ter acesso ao Regimento Interno, com as regras das audiências, conferir os locais, além dos materiais para cada audiência distrital, datas e outras informações sobre a revisão do plano, entre no site que está aparecendo aqui na tela: acesse <http://ipuf.pmf.sc.gov.br/pd2022>. Participe e contribua com os discussões. O conteúdo do referido vídeo poderá ser acessado no site <http://ipuf.pmf.sc.gov.br/pd2022/noticias.php#campanhas>. O Sr. **Carlos Leonardo da Costa Alvarenga (Superintendente do IPUF e Presidente da mesa diretora)** retoma a palavra: apenas para uma informação final, nossa inscrição vai até às 20h45 (vinte horas e quarenta e cinco minuto) , passado esse tempo as inscrições estão encerradas. Estando postas as regras de

participação de presente audiência informo que daremos seguimento as explicações das ideias que embasam as nossas sugestões de diretriz de revisão do plano; para em seguida, iniciarmos as manifestações dos inscritos. Passamos então a uma apresentação do Arquiteto e Urbanista, **Sr. Michel de Andrade Mittmann - Secretário de Mobilidade e Planejamento Urbano de Florianópolis, membro do Conselho Executivo da Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor**. Ressaltamos que o Secretário utilizou *slides* para apresentar imagens que ilustram sua fala. Iniciando a fala do Secretário: Vamos tratar dos 10 (dez) Pilares que embasam a necessidade de revisão do atual cenário sociourbanístico de Florianópolis, para que se possa compreender as motivações e aspirações de mudanças e ajustes em nossa política de desenvolvimento urbano. Passo então a palavra ao **Michel Mittmann**. Obrigado, cumprimentando ao Prefeito Topázio, cumprimento a todos os colegas da Prefeitura. Cumprimentando o nosso Vereador Dinho, cumprimento também, os membros da Câmara de Vereadores e toda a população aqui. Agradecendo a presença. Esperamos que tenham uma boa noite de contribuições. O que vou falar é uma introdução, naturalmente objetiva, um pouco mais simples e que tenta expressar um pouquinho das motivações porque que a gente precisa mudar. O importante do que nós estamos fazendo aqui hoje, é uma discussão sobre o que que a lei atual nos conduz e a partir de uma visão técnica preliminar, que tá sendo colocada, já tem material no site e aquilo que a gente vai apresentar um pouco hoje, colher as opiniões da população que podem ser outras, podem ser diversas. Como bem o Prefeito falou, depois a gente vai fazer um encontro dessas sugestões, ver se cabe, o que não cabe e ainda vamos ter apreciação do Conselho, vamos ter uma discussão na Câmara de Vereadores sobre tudo isso, com novas oportunidades, além da construção, ao longo do tempo que vai ser feita. O que nós queremos e temos problemas para discutir. A cidade é uma cidade que se construiu em um lugar. A cidade tem... é separada por elementos naturais muito belos praias, dunas, costões, morros, mangues e, que foi criando nucleações”. Alguns lugares já mais consolidados, como o próprio centro da cidade, com densidades maiores e que foi gradativamente e historicamente, gerando oportunidades econômicas, oportunidade de desenvolvimento e, junto a ela, começou uma população, um pouco de mais baixa renda, também a procurar a proximidade do centro, a ocupação do nosso maciço central. Gradativamente, esse centro se expande para o continente, ainda de forma bastante (***) vazio urbano, oportunidades não ocupadas, mas de forma dispersa. O que a gente vê aqui é o quanto o centro tem esse volume construído, uma “selva de pedra” que alguns falam. O continente também tem elementos isolados de edifícios, que são frutos também, muito do planejamento anterior, que acabava dispersando esses prédios e deixando outros lugares vazios, não tendo uma estratégia de ocupação. Ao longo do tempo essa cidade cresceu e foi juntando bairros, foi juntando aqui, mostra bem ali uma Rodovia antiga no Saco Grande, certo?! que é aquela sinuosa, perto do Morro, que é a antiga estrada com a SC-401 (quatrocentos e um), que vai ligar aqui para o norte da ilha. Aqui em Canasvieiras, Jurerê, etc. Que eram antigos balneários,



lugares de visita turística ou lugares de produção cultural da pesca. As comunidades mais antigas e essas comunidades se transformaram, foram se tornando bairros. Veja que essa foto por exemplo, que é uma SC hoje, uma estrada estadual, ela se incorporou já praticamente a cidade, ela é uma veia principal da cidade e carece de um melhor carinho, no sentido de entender e ocupar. Veja como as ocupações de baixa renda, já vão avançando em direção a outras direções da cidade. Aqui os morros ali no Saco Grande, vejam como a gente já tá subindo esses morros. Enquanto no plano, ali na parte um pouco mais ordenada, e possível de organizar, não tem nenhuma habitação, é proibido fazer habitação. E aí a cidade vai crescendo, vai se espalhando. Bairros que, como Canasvieiras, vieram de uma tradição turística, se transforma em lugar de moradia. Mas a pergunta que fica, além daqueles empregos do comércio local, uma tentativa aqui do Sapiens Parque, quais empregos diferenciados que podem trazer economia? que pode trazer diversidade, que pode trazer um crescimento e uma inteligência, de nós termos cidadão que possa ter uma expectativa de crescimento da sua família, de inclusão, de participação, de empregos nos bairros? A gente tem uma diferença aqui no norte da ilha, talvez dos outros bairros, falando um pouco mais do Distrito, que a gente tem, o que a gente chama uma malha, que é as quadras mais regulares. Alguns outros bairros como Campeche e outras regiões, já são mais irregulares. Aqui, Daniela também tem uma malha regular, tem ruas, falta qualidade dessas ruas, talvez falte praças nesses lugares, mas aqui no norte, tanto Jurerê, quanto Daniela, quanto Canasvieiras, pelo menos tem uma base já um pouco mais organizada. Claro que a gente indo para esses lugares de ocupação mais antigas, junto as estradas gerais, como é aqui na ilha, em Canasjurê, a gente tem um outro tipo de ocupação que a antiga centralidade, que organiza e ligava esses lugares. Porém, outros lugares da cidade tem crescido e, tem crescido de uma forma ruim. Tem crescido de uma forma que tem gerado impacto ambiental terrível e tem gerado uma dificuldade da vida das pessoas. Porque é difícil a prefeitura correr atrás dessa infraestrutura. Essas ocupações aqui são 86% (oitenta e seis por cento) para mais irregulares, A pergunta que se faz é: esse cidadão tinha uma outra opção? Nós demos condições, ao longo da história de dar dignidade de ocupação para essas pessoas? As formas de ocupação, a lei permitia uma outra saída do que essa? Será que é esse modelo de cidade que a gente quer? Cada rua dessa que fica feita de forma irregular, fica um passivo, fica uma briga né Prefeito? Poxa, quando é que vão calçar minha rua, quando é que vou botar água, quando é que vão botar o esgoto? E isso tudo é um modelo de ocupação que é a falência das cidades do mundo inteiro que optaram por esse modelo. Infelizmente pessoal, nós temos de parar e sair da ladainha e tem se falado sobre densidade e organização a partir de pequenos centros. Quando a gente fala crescer um pouquinho, que o Prefeito falou, seria para evitar essa expansão, porque a gente acaba levando essas pessoas a ocupar dessa forma, porque a gente não oferece lugares para ocupar de forma mais ordenada, A gente obriga as pessoas a ir para cima das APPs. A gente obriga as pessoas morarem longe do transporte coletivo e ele vai ficando mais caro, e



mais caro. A gente obriga todo dia o caminhão de lixo, entrar e sair de uma rua porque ela não tem uma ligação. Já imaginaram quantos quilômetros que a gente faz, de um caminhão de lixo entrar numa rua e voltar, entrar na outra Servidão e voltar entra na outra e volta, porque não foi organizado. Isso é o custo direto no bolso de cada cidadão, o tempo que a gente perde no trânsito porque essa região aqui não tem emprego digno, é impagável. A gente mediu que os bairros, eles têm 10 (dez) anos de atraso na formação da sua centralidade. Ou seja, é muito estranho nós termos ocupações como essa, que são ruas sem saídas, longas, que não se conectam e uma ali do lado, com loteamento, aquele loteamento entrou porque o terreno é um pouquinho mais largo, mas a maioria dos nossos terrenos na Ilha, são tiras fininhas e o plano diretor disse assim, ah não tem que ter um lote gigante, tem que ter uma rua gigante, tem que ter dimensões que não cabiam, é óbvio que a população correu para o irregular. E nisso, tem os oportunistas que também fizeram irregular e criou uma máquina né, de destruição do território, ou seja, está na hora da gente repensar a cidade e aqui é uma oportunidade que a gente tá colocando, vai trazer alguns conceitos. Vejam como a cidade se repete, ela se espalha, mangues. Desculpa aqui! dunas, arcos praias e espremidas numa ocupação, bastante baixinha. Não é que seja ruim, mas falta um pouquinho aqui, se a gente tivesse pelo menos concentrado um pouquinho, teria sobrado mais verde, a gente teria reduzido o preço da terra, a gente poderia ter incentivado para que as pessoas pudessem comprar imóveis, que isso gerasse um círculo de economia. Agora a gente vai ter que reorganizar tudo isso, vai ter que dar título de propriedade. Estamos correndo atrás da máquina e isso vai ser custoso. Vai ter muito tempo. Eu acho incrível que cada rua dessas a pessoa tem que andar 3 (três) km para visitar o vizinho ou pular o muro né! Quando mora pelo menos do outro lado. imagina para pegar um ônibus, então?! É óbvio que, todo dia tem um pedido de rua para passar o ônibus da Rua B, para passar o ônibus da Rua C, para passar o ônibus. Quando podiam estar concentradas e as pessoas acessarem a pé. Isso é custo e esse custo todos pagamos. Esse é o modelo de cidade que a gente quer? Baixinho, 100% (cem por cento) baixinho, que vai se espalhando, vai consumindo, é o gafanhoto, é a cidade gafanhoto consumiu todo verde. Daqui 10 (dez) anos a gente vai se arrepender, então se preparem ou a gente muda ou a gente está encomendando, já encomendou, o maior crime ambiental que já existiu na história. Eu quero e provoco aqueles que são contra, uma revisão do modelo, que apresentem os estudos que comprovem que o modelo de cidade que eles estão falando é o adequado. Não acho justo com a cidade este tipo de ocupação. Não podemos achar justo que a partir de uma via, uma SC, a gente escale o morro e aterre o mangue. É isso que a gente quer para os nossos netos, para nossas gerações futuras? Tá na hora de refletir sobre esse tipo de ocupação. Sobre a forma de ocupar o território. A gente tá indo espalhando até o Pântano do Sul, saindo em direção ao Pântano do Sul. Se a gente pensar em repetir esse carimbo vai acabar a ilha né. Daqui a pouco, é um problema bastante sério. E esse descompasso mostra nessa imagem, depois na apresentação a gente fala mais dela, mas não mostra que como centro o da






cidade tem empregos, serviços, comércios e os outros bairros, é bem azulzinho, bem fraquinho, não tem nada. Enquanto a população já mora lá, a gente tem que todo dia tirar 60 (sessenta) mil pessoas daqui, por uma SC, e levar para outro lugar da cidade. A gente tira uma cidade todo dia do Norte da Ilha porque não tem oportunidades aqui. Será que é tão difícil reconstituir essas oportunidades? Esse aqui é outro tema que vocês vão começar a se acostumar a falar. É o que a gente chama a tal da outorga. Falei desse gráfico hoje na reunião de colegiado. Esses pontos roxos, são aqueles edifícios que construíram um pouquinho mais de 2 (dois) pavimentos, que geraram um excedente que a prefeitura consegue cobrar para reinvestir em infraestrutura. Olha como a planície do Rio Vermelho, a planície do Campeche, e o resto de toda a ilha, não gera nada mais do que casinhas de 2 (dois) andares, não gera excedente mínimo a partir da própria construção civil para nós ver investir em infraestrutura, e esgoto, praça, escola, conexão de via. Então, cria-se um falso dilema, um falso discurso. Um falso discurso é: não vamos deixar organizar um pouquinho essa via ou melhorar ela porque não tem infraestrutura, porém a gente vai deixar se espalhar, criar mais falta de infraestrutura. Então tá na hora de revisar e repensar. E o convite enquanto técnico urbanístico, enquanto solução urbanística, o mundo já deu, já tem. A gente teve recentemente falando com Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e os projetos do BID são todos baseados naquilo que a gente vai apresentar depois. Que são desenvolvimento orientado a ter um pouco mais de concentração, oferecer mais vida urbana, comércio, segurança. Porque a cidade fica mais organizada. Mas não significa construir prédios em todo lugar, de qualquer forma, a gente está estudando, quer ouvir a população, especialmente das carências do bairro, daquilo que o bairro mais precisa, das formas. Mas, nós vamos aqui olhar a lei atual, “botar o dedo na ferida” dela. Esse é o objetivo, para daí construir a proposta, a partir das sugestões que vierem. A cidade tem detectado centralidades que já é falada muito tempo. O próprio plano diretor diz: tem que ser uma cidade multicentralidade. Tem que ter cada lugar... é muito longe as coisas, a gente não pode depender do centro a 30 (trinta) km. A gente tem que ter o centrinho do bairro, tem que organizar o bairro, a gente tem que dar vitalidade para os lugares e isso já vários estudos, e isso desde o (***) que é um estudo grandão que foi feito lá atrás, e outro como (***) Plano de Mobilidade Sustentável vem falando isso, e o nosso próprio plano, só que o nosso próprio plano não deixa a gente fazer isso. Então essa contradição que a gente tem que enfrentar (***) o plano briga com ele, então ele (***), e aí a cidade e o cidadão fica à mercê dessa situação. Os técnicos ficam à mercê da situação, não encontram, não conseguem encontrar solução para atender o cidadão e a gente fica enlaçado: ou tá no carro deslocando-se, o modelo de mobilidade insustentável, ou força populações mais vulneráveis a ocupar de forma irregular. Então a gente definiu 10 (dez) Pilares, que seriam como se fosse nosso mantra. O nosso caminho guia que a gente seguir na reconstrução, na revisão do plano. Primeiro: garantir os objetivos e as diretrizes do plano. São boas, se alguém tiver, quiser ler, as diretrizes que são as primeiras partes do plano diretor, inclusive estão disponíveis no *site* da



Prefeitura. São boas as diretrizes, mas elas não estão sendo alcançadas, por culpa do próprio plano. 2 fortalecer o planejamento e a gestão territorial, existe um erro histórico que é o de querer colocar dentro do Plano Diretor tudo, e aí ele acaba criando um monstinho que não sabe se mexer. Colocamos um elefante dentro da sala e a gente tá espremido, dentro e não tá conseguindo se mexer. A gente tem que acreditar mais na gestão da cidade, tirar o técnico da burocracia e deixar o técnico mais presente aqui no bairro, o IPUF mais perto dos bairros, a prefeitura mais perto do bairro, para ir gestionando, organizando. Então, porque não pensar num sistema de ir organizando os bairros com centralidades, com densidades equilibradas, mas que a gente possa fazer, com um grau de liberdade, o monitoramento social e fundamentalmente um apoio técnico como gestor. Porque a gente tem que dizer os limites que a gente quer, a partir daqui não passa, para lá não vai. Mas permitir uma margem de trabalho para gente ir regulando as formas e as políticas. Para quê? 3. Para a gente promover bairros mais eficientes. Eficiência no sentido econômico, no sentido de deslocamento do dia a dia. É um desenho mais inteligente da cidade, que permite que o cidadão mais inteligente também mais participe do bairro. A gente tem que ter esse modelo de Escola do Futuro, em lugares como... a nossa cidade deveria ser toda assim, nosso bairro deveria ser toda assim. Isso é mais sustentável. Chega de jogar dinheiro fora, chega de jogar a vida das pessoas fora no trânsito. Aí falam muito pra gente: eu não quero prédio aqui porque vai trazer o trânsito, ninguém tá construindo muito prédio. Eu vou fazer um desafio: o lugar que mais tem prédio eu mostrei na primeira foto, do centro da cidade, tá cheio de prédio, é um monte de prédio. Paredão que chama. Mas vai lá no sábado à tarde e domingo, para ver se tem trânsito? O trânsito da cidade e os bairros mais completos, mais cheio de serviço, ele se resolve a pé, de outras formas. Enquanto o trânsito desse lugar, do centro da cidade, é porque as pessoas precisam ir para lá acessar as coisas. Então ter um pouquinho mais de diversidade, dentro do seu bairro, pelo contrário, ele vai ajudar você se livrar um pouco do trânsito. 4. Conservar as áreas de preservação permanente: aquelas fotos falam por si, não precisa dizer mais nada. 5. Promover a geração e valorização espaço do público: como a gente tem ocupações muito irregulares em vários trechos da cidade, a gente precisa correr atrás e ter oportunidade de gerar espaço público. Uma das soluções, uma das tentativas que a gente vai tentar promover, que está sugerindo, é que a gente faça trocas. O Prefeito falou: Ah a pessoa constrói, o terreno tem 500 (quinhentos) metros. Mas porque a gente tem que fazer a ocupar todo o terreno? Porque que ela não dá um pouco do terreno, mas constrói os mesmos 500 (quinhentos) metros para cima? A gente ganha uma praça e ela continua com os 500 (quinhentos) metros. Então ser um pouco mais inteligente e fazer trocas. A proposta que nós estamos trazendo é fazer trocas. Ganhar espaço, por exemplo, para criar corredores de transporte coletivo, reorganizar as vias principais. Vocês sabiam que o Plano Diretor da 482 (quatrocentos e oitenta e dois), tem projetos... os projetos tem de melhorar um pouquinho o desenho da via, mas a largura das vias são excelentes, são muito boas, mas não acontecem, não conseguimos mudar as vias porque? Já te perguntaram?



Porque exatamente nessas vias principais se diz: bom constrói só 2 (dois) pavimentos. Aí você pega uma via pronta, como... pegar o Santa Mônica aqui, para ficar um pouco longe, a Madre Benvenuta, tá uma via pronta, antigas casas viraram em bares, e os estudantes que deveriam morar ali em cima daquela via, que tem 2 (duas) universidades importantes, a UDESC e a UFSC, tem que: morar em cima do morro, no edifício de 5 (cinco)/6 (seis) andares irregular; porque ali não tem a possibilidade de construir, porque a gente não cede espaço e não cria trocas. O bairro Santa Mônica tá perdendo população e é um bairro com infraestrutura. Ou seja, a receita tá errada, fora isso, cotidianamente, Vereador Dinho, todo dia chega um cidadão com uma injustiça, uma injustiça decretada em mapa, uma injustiça decretada no texto mal escrito ou por duas interpretações da Lei, e a gente vê que ele tem razão, mas eu não tenho como mudar. Ou eu convoco a Câmara para votar cada semana uma revisão do Plano Diretor. Acho que não vai dar certo, né?! Então, a gente quer identificar os erros de escrever mesmo, erros de escrita ou mecanismos que a gente supere erros de mapa, desde que tenha toda uma análise técnica, uma análise ambiental, que permita o cidadão exercer seu direito, mas também permita ao técnico uma proteção jurídica, mas também permita a Prefeitura exercer o contrário: não, tá errado, corrige, entendeu? Eu acho que é uma época de reencontro da revisão, valores da arquitetura, um pouco mais recortado, mas a gente tá com arquitetura ruim na cidade, o que é arquitetura ruim da cidade? Arquitetura ruim da cidade é aquela que não consegue, a gente não premia, por exemplo: o cara que recolhe água da chuva, que bota painel solar, que quer fazer um beiral para proteger da sombra. Tudo isso é proibido, não se premia. A gente tem uma arquitetura que obriga praticamente: olha não bota o comércio na terra". Por que a pessoa não pode ter comércio, padaria em baixo e em cima ter a pessoa morando? Essa relação do edifício com a cidade é feita através de muros, a gente obriga nas ruas que organiza o bairro criar muros, porque tem um tal de afastamento de 4 (quatro) metros, um tal de jardim que nunca vai acontecer. Porque não esse jardim não ser a rua, de calçada mais larga? e a rua ser o jardim e o edifício, prédio? conversar melhor com a rua, tornar ruas mais seguras? Então esse aqui é um tema, um pouco mais numa escala menor, mas é importante também, para dar vida a cidade. E finalmente, a soma tudo isso é promover a inclusão social e a redução das desigualdades. Eu gostaria de fazer um desafio: quem consegue comprar um imóvel novo nessa cidade aqui levanta a mão?! Pelo preço que é muito poucos, eu não consigo, é difícil pessoal é muito difícil, porque o preço da terra tá caro. Se imaginou no passado deixa construir só baixinho, espalha que vai segurar. Se tornou um dos maiores instrumentos de exclusão social. O que a gente quer criar é uma política forte de habitação social. Uma das trocas e eu tenho falado muito, insistido com os técnicos, todo dia: "olha o sistema de compensação, uma partezinha, deveria ser obrigatório para criar fundo de habitação, para criar habitação social no território"! E a gente vai perseguir isso ou seja, deixa construir o apartamento do mais rico, mas ele ajuda a pagar a conta do mais pobre, porque que a cidade precisa de

diversidade, a cidade precisa misturar, para nós superarmos as diferenças, a gente precisa se encontrar nos bairros. Dito isso, eu encerro, e passo a palavra para. Na continuidade, o **Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga** diz: Obrigado pelas explicações Michel. Antes de dar continuidade, eu queria passar informação para todos, que caso precise ir ao banheiro, é aqui ao lado, tem um ginásio, podem usar o banheiro, atrás ali tem água, vocês fiquem a vontade e, pedir a organização. Para quem estiver lá fora ainda, pedir para que essas pessoas entrem, que aqui na frente ainda tem bastante cadeiras para as pessoas sentarem e, inclusive, se puder, por gentileza, de preferência ao idoso, alguém que tenha dificuldade para ficar em pé, para aquelas pessoas terem essa opção. E pedir também às pessoas que estão sentadas, se observarem que tem algum idoso, uma grávida, alguém com necessidades especiais, ceder o lugar para essa pessoa. Com essa apresentação do Michel, esperamos ter elucidado um pouco sobre a atual problemática que nos motiva a uma necessidade de mudança, de adequação do nosso Plano Diretor, em busca de uma cidade melhor para todos. Agora após conhecimentos que acabamos de ver quanto aos 10 (dez) Pilares ou que nós chamamos de eixos, que ajudarão a orientar a análise do atual plano, visando a construção de uma proposta de revisão, passaremos um vídeo que explica agora de forma geral os estudos preliminares que estão sendo desenvolvidos, e que ao mesmo tempo complementam as justificativas anteriormente apresentadas pelo Michel. Acabando isso por guiar-nos a uma diretriz de revisão a serem propostos. Pode passar o vídeo de explicação e reitero o silêncio a todos para a gente prestar atenção. **AUDIOVISUAL EXPLICANDO ESTUDOS TÉCNICOS PARA REVISÃO PROPOSTA DIRETRIZES DE REVISÃO** *Estamos apresentando a diretrizes de revisão do Plano Diretor. Essas diretrizes servirão de base para acolher as manifestações e sugestões da população. Lembrando que são 13 (treze) audiências distritais, 1 (uma) audiência final e mais a consulta pública que se dará ao longo de todo o processo. Todas as diretrizes da revisão estarão sendo apresentadas junto com os outros materiais no site disponibilizado para o Plano Diretor. Importante frisar que estamos em revisão da Lei 482 (quatrocentos e oitenta e dois), ou seja, é a parte dela que deve se dar toda a avaliação. As diretrizes gerais servem de orientação conceitual geral, grandes temas e o que a gente pode buscar melhorar na lei. Isso servirá também para os distritos. Estamos apresentando um conceito geral de possibilidade, os quais através da consulta e audiências públicas, a população poderá se manifestar, mas também poderá e deverá propor inovações. Outros temas que podem ser incluídos na reestruturação do Plano Diretor. Somente a partir das consultas e audiências públicas, com análise técnica é que será feita uma estruturação final da proposta. A consulta pública e as audiências públicas formam a base de análise de demandas comunitárias. Isso tudo será integrado com uma leitura técnica, junto com diagnóstico final que formará as bases para estruturação e consolidação da proposta. Essa proposta que será encaminhada, tanto para apreciação do Conselho da Cidade, e posterior à ele, a apreciação da Câmara de Vereadores. Precisamos encontrar formas de*

ajustar o Plano Diretor. Precisamos que a população nos ajude a encontrar as maneiras de realizar ajustes e correções de erros materiais, como melhorar dispositivos que permitam uma melhor gestão do território, como promover a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política do município, que embora previsto no plano, não tem sido eficiente por motivos do próprio plano. Ou seja, o plano produz dificuldade de implementação dessa política. Além disso, é necessário e extremamente importante, encontrar maneiras dentro do Plano Diretor que garantam a valorização, evitem a ocupação irregular das áreas de proteção permanente. Precisamos identificar forma de desenvolver bairros mais completos, ou seja, oferecer mais comércio e serviços na escala adequada de cada lugar ponto isso aumenta a vitalidade a segurança e as oportunidades econômicas para toda população que vive naquele bairro. Identificamos também que é necessário buscar instrumentos no Plano Diretor, que garantam a qualificação e maior acesso à orla. Além disso, é extremamente relevante e importante que nós tenhamos terras mais baratas, terrenos mais baratos e acesso à moradia também mais barato, ou seja, o Plano Diretor tem que encontrar maneiras de efetivar essa política. É necessário mudar um pouco a diretriz do plano que favorece o uso dos automóveis individuais. Como por exemplo, a redução do número de vagas estacionamento. Existem imóveis, que muito pequenos precisam um excedente de vagas, isso gera até um preço maior dos imóveis. Ou seja, mudar a política de estacionamentos, mudar a forma como que propomos as vias é fundamental para que a gente favoreça os modais alternativos ao uso do automóvel individual. Nós precisaremos também adequar as políticas e o sistema viário com o modelo baseado do que a gente chama de DOTS - Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável, ou seja, reconfigurar território, reconfigurar os bairros, e para que o sistema viário atenda principalmente ao caminhar, ao usar a bicicleta, e transporte coletivo. Precisamos saber claramente o plano para alcançar uma melhor qualidade da arquitetura. O que seria isso? Hoje nós temos uma série de regras, detalhamento que inibem boas práticas de arquitetura mais sustentável. Por exemplo, não existe nenhum incentivo para aplicação de novas tecnologias da arquitetura, também as regras de afastamento de forma geral inibem e produzem sempre arquitetura meio igual. A gente, por exemplo, inibe beirais, áreas sombreadas, elementos de fachada, que poderiam melhorar como um todo a ambiência da arquitetura na cidade. Fora isso também a gente tem que privilegiar ações que façam uma integração melhor entre o edifício e a cidade. Como por exemplo, o que a gente chama de áreas de fruição, fachadas ativas, ou seja, que a cidade se conecte mais com arquitetura e que tenha menos muros e mais vida nas vias da cidade. É necessário revisar o Plano Diretor com busca de uma maior regularidade do uso do solo, ou seja, permitindo de forma rápida e efetiva aquilo e as atividades que os bairros precisam e que não causam impacto, mas sim que tragam melhorias da vida como um todo. Também mecanismos de controle da densidade e a forma de ocupação do território. Para tanto, precisamos revisar de forma geral o plano encontrando tudo aquilo que tiver o conflito normativo, para que a gente ofereça maior segurança jurídica, tanto ao

município, quanto ao próprio cidadão. A revisão do Plano Diretor é uma ótima oportunidade também, para trazer inovações sobre aquilo que já existe no próprio plano, trazer renovações de alguns instrumentos que ali estão previstos, por exemplo, arte pública, uso misto, ou seja, tudo que possa melhorar as políticas que já existem, e a gente encontrar algumas inovações para que elas se tornem eficientes. Ou ainda possam ser criadas outras inovações que garantam e busquem equilíbrio do desenvolvimento das cidades, sempre respeitando, como falamos antes, a diversidade e a característica de cada lugar. Para propor mudanças é importante observar como a cidade tem crescido ao longo do tempo. Veja que temos uma população que cresce de forma linear ao longo do tempo, mas que tem se espalhado muito para todos os bairros da cidade. Isso gera todo tipo de problema, se não for feito de forma adequada. Essas duas imagens ajudam a esclarecer bastante o problema que a cidade tem vivido. Enquanto na margem esquerda a gente tem a concentração de atividades comerciais de serviços, ou seja, emprego para população, muito focado na região central, ali hoje está mais vermelhinho, os bairros tem muito pouco de ofertas nesse sentido. A população residencial, ou seja, onde as pessoas moram já se distribui bem mais no território. Veja, aqui temos lugares já com bastante concentração, mas faltam ali às oportunidades econômicas para se tornar bairros completos. Ou seja, o plano diretor vai ter que discutir de alguma forma os mecanismos de readequação. Nossos estudos têm indicado a conformação de diferentes escalas de centralidade, porém muito aquém da qualidade necessária para atender a população que vive ao entorno delas. O tema de centralidade inclusive já é tema do próprio plano diretor. O Plano Diretor diz que temos que observar multicentralidades em todo o território, porém não oferece os instrumentos para que isso aconteça. O próprio plano inibe aquilo que ele diz que tem que acontecer e assim a cada dia que passa a cidade parece que está cada vez mais distante de alguns dos objetivos de desenvolvimento sustentável, como por exemplo, o trabalho decente, crescimento econômico, indústria, inovação, infraestrutura, redução das desigualdades, cidade de comunidade sustentáveis. Essas por exemplo afetam todas as outras e é necessário revisar esse modelo. Para tanto, a gente acredita que a diretrizes orientadoras da revisão, devem buscar um modelo que já está previsto no próprio plano. Nós precisamos é criar as condições para que isso aconteça. Ou seja, a grande pergunta que fica: como podemos propor adequações para que os distritos consigam contribuir nessa visão integrada de cidade? Como a gente pode propor adequações para que os distritos criem bairros mais completos? Acreditamos que utilizando os dois conceitos integrados o DOTS e o bairro completo conseguirão oferecer uma forma de reconduzir o planejamento e o desenvolvimento da cidade. O DOTS é Desenvolvimento Orientado ao Transporte e a gente agora vai explicar como isso pode ajudar para que a gente consiga orientar a revisão do plano diretor. O DOTS, Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável é uma estratégia de planejamento que tem sido adotada em muitas cidades, aqui no Brasil e fora do Brasil, principalmente. Ele traz consigo estratégias de desenvolvimento



integrado entre mobilidade e planejamento urbano. A gente acredita que seja uma ferramenta interessante e fundamental para reorganizar os nossos bairros. Ela propõe, por exemplo, conectar mais a cidade, em especial ao longo daquelas vias ou eixos que configuram o transporte coletivo de massa. Os ônibus, no caso de Florianópolis, em outras cidades, por exemplo, são muito comuns o desenvolvimento ao redor de estações de metrô. O Adensamento. Adensar a cidade não significa construir prédios para todo lugar e subir gabaritos de forma desenfreada. Pelo contrário, a partir desses eixos mais integrados que o DOTS identifica, é possível criar condições de adensamento, ou seja, crescer o gabarito, respeitando a escala de cada bairro, sua perspectiva de crescimento e adequação, naturalmente ao seu lugar. Os adensamentos próximos às vias de transportes geram uma facilidade para que promova o transporte coletivo como prioridade. O transporte coletivo no DOTS é essencial, ele se soma a outros modais de transporte, não pode ser pensado só o transporte coletivo, mas sim especialmente, os modais mais sustentáveis como a bicicleta e o andar. Transportar as pessoas de um lugar para outro, de forma eficiente, é fundamental para que a gente consiga mudar a cidade. Isso envolve alterações de conexão no território, ou seja, mais perto ali no bairro. Mudar aquela rua, que a gente consiga valorizar ela para o pedestre, para que a gente consiga conectar mais as vias entre si. É muito comum, por exemplo, aqui em alguns bairros termos longas servidões, sem conexões entre elas. Isso gera movimentos bastante grandes do pedestre e, as dificuldades às vezes de acessar serviços, lugares de comércio, acabando muitas vezes as pessoas optando de usar o automóvel até para visitar o vizinho ou ir até o comércio comprar alguma coisa para o uso do dia a dia. Então é fundamental reconectar os bairros, promover sempre as pessoas em primeiro lugar. É fundamental também junto dos DOTS a mistura de usos, ou seja, a partir da orientação do desenvolvimento focado no mix de atividades que podem ser feitas no bairro. Não precisa separar tudo porque tem que morar longe do lugar de trabalho? Porque tem que morar longe do lugar que a gente vai comprar as coisas que a gente precisa no dia a dia? Então a ideia que sempre se busca é que pelo menos em alguns eixos desses bairros a gente consiga fazer um mix de uso ou seja morar, trabalhar, ter o comércio, tudo perto, tudo junto e se possível no mesmo edifício. Também é importante fazer a mistura das pessoas que moram no bairro, ou seja, a gente tem que oferecer mistura de padrão social. Nós precisamos ter habitações a preços acessíveis para que os bairros criem condições de absorver pessoas com baixa renda, porque senão cada vez mais elas morarão mais longe dos eixos de transporte, cada vez mais irão para aquelas áreas de proteção ambiental. Aa gente tem que trazer as pessoas e incluir as pessoas dentro dos bairros. Todos têm o direito à cidade. A promoção da bicicleta como meio de transporte é uma das estratégias fundamentais do desenvolvimento orientado ao transporte sustentável. Usar a bike pode ser uma alternativa bastante eficiente para fazer aquela distância mais longa, que dificilmente conseguiria fazer a pé, e que hoje muitas vezes as pessoas preferem fazer de automóvel e com isso reduzir o uso do automóvel é uma estratégia fundamental. A gente tem que ir mudando a cidade, tem que ir

mudando os bairros, para retirar aquilo que é destinado simplesmente para uso do automóvel. A gente tem que redesenhar os lugares e reconfigurar os bairros para que se promova o andar a pé. Ou seja, a gente precisa ter uma cidade e os bairros para as pessoas. Agora de que forma a gente pode aplicar esses conceitos de desenvolvimento orientado ao transporte sustentável dentro dos nossos bairros? A ideia é identificar as carências dos bairros, mas também as oportunidades. As carências seriam, por exemplo, praças, uso da bicicleta, estão incentivadas ou não se a gente precisa mais espaço para elas, conexão entre vias, melhoria de infraestrutura como um todo. Se falta habitação social, se a gente pode criar um corredor de ônibus e assim por diante. E as oportunidades também. Se cabe, onde cabe, de que forma que a gente pode conseguir. Isso tudo está sendo realizado dentro do diagnóstico. Porém para esse diagnóstico técnico, a gente quer a opinião da população para que ajude a identificar essas necessidades, e a participação nas audiências e na consulta pública é fundamental. Falando de oportunidades, temos que identificar aquelas vias que organizam o bairro em suas diferentes escalas, ou seja, desde as mais principais, até aquelas mais locais, mas que tem também sua importância e, a partir delas, identificar de que forma podemos utilizar para desenvolver o conceito de DOTS. O conceito DOTS vai provavelmente conduzir a uma seleção de setores que poderão receber incentivos. Pensando na ideia de concentração, de ocupação, e não o espalhamento, podemos selecionar vias ou até mesmo trechos de vias que poderão receber algum incentivo construtivo, que seria utilizado para compensar trocas daquilo que o bairro necessita. É possível pensar no sistema de incentivos e contrapartidas, ou seja, aliando carências com oportunidades. Por que não pensar numa troca de índices construtivos para criar aquela infraestrutura que o bairro necessita. No processo de identificação das vias que tem potencial de ser organizadoras dos bairros estamos analisando o cenário tendencial destas. Olhando o que está previsto dentro do plano diretor, vendo se essa via conforme previsto, está sendo alcançada. Se a transformação que também está prevista no plano diretor, está acontecendo. Isso integrado à análise de centralidades vai nos dar uma proposta integrada da via e o equilíbrio para o adensamento específico de cada lugar, também buscando uma adequada política de compensações. As vias, as ruas de uma cidade, são parte importante da sua rede de espaços públicos, que tem como função de conectar pessoas, lugares, oportunidades, ou seja, fazer a vida fluir. A gente pode ter vias de diferentes escalas, desde aquelas mais locais onde todos se conhecem, onde nos identificamos como vizinhos, onde brincamos na rua, por exemplo, até outras que começam a ter pequenos comércios, serviços e que já começa a organizar a vida do bairro. Ou ainda aquelas que seriam uma rede principal que organiza os fluxos principais deste bairro, ou seja, os principais eixos do transporte coletivo e suas centralidades e chegar até aquelas que integram a cidade como um todo. A gente precisa ter clareza dessas escalas, desse tipo de via para conseguir organizar os nossos bairros e também identificar quais dessas tem a melhor característica para ser reorganizada, dentro da revisão do Plano Diretor. O



sistema de troca e compensações por incentivos que já foi falado é instrumento previsto no Estatuto das Cidades e também no nosso Plano Diretor. Ele é o que chamamos outorga onerosa do direito de construir, ou seja, normalmente o terreno, a gente tem o direito de construir área igual ao próprio terreno, por exemplo, um terreno de 300 (trezentos)m², permite construir, quando índice básico for 1.300 um mil e trezentos) m² de construção. A outorga onerosa do direito de construir por sua vez é uma concessão emitida, que permite que a gente construa mais do que o índice básico, desde que seja feito o pagamento de uma contrapartida financeira, um depósito direto no fundo municipal. As contrapartidas da outorga também podem ser aplicadas em investimento no local da obra. Então a estratégia que imaginamos é agregar uma outorga incentivada para aplicar naquilo que o bairro precisa, é uma outorga geral. Isso geraria possibilidade de investimentos naquilo que um bairro mais precisa. Por exemplo, podemos ter oportunidades para a melhoria de geração de espaços públicos, melhor infraestrutura, melhor habitação social, entre outras. Isso tudo ajuda a conformar um bairro completo e integra o conceito de DOTS. As alterações do plano diretor podem trazer bairros e uma cidade melhor, com valorização das áreas ambientais, valorização do patrimônio histórico, aumentar conectividades, ocupação de vazios, incentivar o parcelamento, criar uma melhor infraestrutura dos bairros com uma mobilidade sustentável, melhorar as conectividades de ruas locais, gerando inclusive a possibilidade de pequenas praças, incentivar em definitivo a habitação social, investir nos equipamentos comunitários de infraestrutura, que são necessários para a vida dos bairros. Definimos quatro etapas fundamentais para a proposta dos distritos a começar pelo seu diagnóstico, que busca identificar as carências e oportunidades. Aqui a leitura comunitária e a participação social são fundamentais para identificar as escalas e as virtudes das vias, através de uma análise técnica, mas também colhendo a opinião da comunidade, para então, entender de que forma podemos incentivar quais os limites de cada lugar, as virtudes de cada lugar, para que a gente possa responder as carências daquele bairro. O conteúdo do referido vídeo poderá ser acessado no site <http://ipuf.pmf.sc.gov.br/pd2022/noticias.php#campanhas>.

Na sequência, o **Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga** retoma a palavra: Dando continuidade, eu vou fazer um agradecimento a algumas autoridades: Vereador Diácono Ricardo (Ricardo José de Souza), muito obrigado pela sua presença. Vereador Adrianinho (Adriano Analdino Flor), muito obrigado pela sua presença. Vereador Marquito (Marcos José de Abreu), muito obrigado pela sua presença. Vereadora Marina Caixeta dos Santos do Coletivo do Bem Viver, muito obrigado pela sua presença. Vereador Maycon Costa, muito obrigado pela sua presença. Hélio Leite, Gerente de Articulação da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL de Florianópolis, obrigado pela sua presença. Carlos Fernando Cruz, Diretor Geral e Regional de Canavieiras da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - ACIF, obrigado pela sua presença. Narbal Marcelino, Presidente da Associação dos oradores do Loteamento Praia

do Forte - AMOFORTE, muito obrigado pela presença de vocês. Também gostaria de agradecer a presença dos Servidores do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF, que eu vejo aqui, a Maíra, a Eliza e a Mariana, muito obrigado pela presença, ver vocês aqui é excepcional. Orgulho de poder ver que vocês estão interessados em ouvir a comunidade na participação da construção do Plano Diretor. Com essa apresentação que a gente acabou de ver, isso até agora à gente viu um conceito de estudo geral. Isso serve para todos os Distritos do município até agora. A partir de agora então a gente vai assistir aquilo que é específico do Distrito de Canasvieiras, onde nós aplicaremos ideias e proposições que nós do poder executivo, gostaríamos de apresentar para comunidade no dia de hoje. Essa dinâmica irá se repetir em todos os bairros de maneira individual. Importante reforçar que essas ideias e estudos são gerais e apontam para este caminho, como uma alternativa para uma construção de uma proposta de revisão do plano, com a comunidade e por isso que está sendo trazido aos distritos, para que se possa apurar um diagnóstico comunitário complementar e fundamental importância. Assim agora de igual forma peço atenção a todos para em silêncio acompanhar o vídeo específico do Distrito de Canasvieiras, pra melhor compreensão desse caminho que estamos trilhando e que embasa nossas propostas. Pode passar o vídeo. **PROPOSTA PRELIMINAR DIRETRIZES DA REVISÃO PARA O DISTRITO CANASVIEIRAS.** *A partir do diagnóstico preliminar de cada Distrito, buscou-se identificar padrões de uso e ocupação do território, para vias selecionadas, assim, como as morfologias urbanas de cada localidade. Avaliou-se também como o Plano Diretor atual, tem sido pouco efetivo e como suas projeções e regulamentações, estão distantes daquilo que se percebe e necessita a cidade. Ao não ser efetivo quanto a implantação de novos empreendimentos, o próprio plano tem limitado as condições necessárias que permitam a transformação dos bairros, a partir, por exemplo, da implantação dos perfis viários. Com isso foram feitos diagnósticos preliminares de carências e potencialidades, de limites territoriais, uso do solo, estrutura fundiária, ocupação do solo, habitação de interesse social, áreas de especial interesse social e zonas especiais de interesse social. como aparecem na tela. Também foram analisados os equipamentos públicos dos espaços públicos, empregos e serviços e aspectos socioeconômicos do distrito, além de paisagem, patrimônio, proteção ambiental, mobilidade, transporte coletivo e mobilidade ativa, que você pode acompanhar aí na tela. As propostas preveem aplicação de instrumento de outorga onerosa, que é a utilização de construir a mais sobre contrapartida financeira, ou seja, o proprietário é autorizado a construir a mais que o limite previsto no Plano Diretor, porém dentro dos limites, características e necessidades da rua, em troca, ele fornece a implantação de, por exemplo: um espaço público, melhorias na mobilidade, ampliação da oferta de empregos e serviços na região, entre outros. Por exemplo, a Rodovia Jornalista Mauricio Sirotsky Sobrinho, localidade de Jurerê, no Distrito de Canasvieiras, tem a previsão no plano diretor de caixa de via com largura de 27 (vinte e sete) metros, mas, atualmente, possui entre 14 (quatorze) e 17 (dezessete) metros, não permitindo que equipamentos planejados sejam implantados, como*



calçadas adequadas, ciclovia e faixa exclusiva para transporte coletivo. Com os incentivos como outorga onerosa, existirá um estímulo para que o que prevê o Plano Diretor seja executado e torne o bairro mais completo. Após análise prévia, três locais do distrito foram identificados como centralidades, ou possíveis centralidades: Canavieiras, Jurerê e Daniela. Nestes locais foram destacadas as áreas e vias que possuem potencial de servir em diferentes níveis como centralidade de bairro a estas regiões. Em Canavieiras foram identificados os seguintes locais mostrados nesse mapa, com potencial para receber incentivos: Rodovia José Carlos Daux, Avenida Luiz Boiteux Piazza, Rodovia Tertuliano Brito Xavier, Avenida das Nações, Rua Madre Maria Vilac, Avenida Professor Milton Leite da Costa, Rua Afonso Cardoso da Veiga, Rua Jorge Mussi, Rua Apóstolo Paschoal. Áreas onde já é permitida a construção de no máximo 3 (três) pavimentos, poderão somar, mediante outorga onerosa, até dois pavimentos, chegando a altura máxima de 5 (cinco) pavimentos, com os incentivos. Já as áreas onde é permitida construção de no máximo 4 (quatro) pavimentos, poderão somar até dois pavimentos, mediante outorga onerosa, totalizando altura máxima de 6 (seis) pavimentos, com os incentivos. vias integradoras centrais e regionais distritais poderão ter acréscimo de mais um pavimento, no limite máximo dos seus zoneamentos, mediante outorga de desenvolvimento econômico. Em Jurerê foram identificados os seguintes locais, mostrados neste mapa, com potencial para receber incentivos: Avenida dos Salmões, Avenida das Raias, Rodovia Jornalista Mauricio Sirotsky Sobrinho, Avenida dos Búzios, Rua Jurerê Tradicional, Avenida dos Dourados, Rua das Algas, Alameda César Nascimento. Áreas onde já é permitida construção de no máximo 2 (dois) pavimentos, poderão receber mediante outorga onerosa, até 2 (dois) pavimentos, chegando a altura máxima de 4 (quatro) pavimentos, com os incentivos. Nas áreas onde é permitida construção de no máximo 4 (quatro) pavimentos, poderão receber até dois pavimentos, mediante outorga onerosa, totalizando altura máxima de 6 (seis) pavimentos como os incentivos. As áreas onde é permitida construção de no máximo 5 (cinco) pavimentos, poderão receber até um pavimento mediante outorga onerosa, totalizando altura máxima de 6 (seis) pavimentos com os incentivos. E por fim, áreas onde é permitida construção de no máximo 6 (seis) pavimentos, poderão receber até um pavimento, mediante outorga onerosa, totalizando altura máxima de 7 (sete) pavimentos, com os incentivos. Vias integradoras e centrais poderão ter acréscimo de mais de um pavimento, no limite máximo dos seus zoneamentos, mediante outorga de desenvolvimento econômico. Na região da Daniela foram identificados os seguintes locais mostrados nesse mapa, com potencial para receber incentivos. Na imagem em destaque: Rua das Margaridas, Avenida das Palmeiras, Avenida das Pitangueiras, Rua das Papoulas, áreas onde já é permitida construção de no máximo 2 (dois) pavimentos, poderão receber mediante outorga onerosa, até dois pavimentos chegando a altura máxima de 4 (quatro) pavimentos com os incentivos. Importante ressaltar que a revisão não está propondo a alteração de zoneamento e que as alterações estão sendo propostas, previamente, apenas nos locais indicados nos mapas. As propostas estão em discussão e serão

encaminhadas somente após a participação da comunidade, que irá colaborar com os estudos. Depois das audiências e encerramento da consulta pública. Tecnicamente serão analisados os cenários, com o impacto das propostas e consolidado o texto final. Os incentivos, índices e gabaritos da área, aplicados conforme a proposta, impactarão 19,63% (dezenove vírgula sessenta e três por cento) da área urbanizada existente no distrito. O conteúdo do referido vídeo poderá ser acessado no site <http://ipuf.pmf.sc.gov.br/pd2022/noticias.php#campanhas>. O Sr. **Carlos Leonardo da Costa Alvarenga** ressalta: Pessoal é importante registrar que se trata uma proposta preliminar inicial para nós ouvirmos vocês. Isso não é definitivo. Depois de construir com vocês, a participação da sociedade é que nós vamos consolidar uma proposta final construída com a comunidade. Então, o objetivo principal dessa apresentação se deve a intenção de parear e homogeneizar, ou seja, equalizar a informações técnicas ao longo de todas as 13 (treze) audiências distritais, a serem realizadas, durante os próximos dias. Ou seja, todos os Distritos receberão de forma igualitária, as mesmas informações técnicas ao longo das audiências, evitando possíveis lapsos, lacunas, nesse sentido. Ressaltando-se que todo esse material, contendo os vídeos, os diversos cadernos com justificativas, revisão, estudos técnicos para proposições de diretrizes, além dos diagnósticos e das diretrizes de revisão, os dois distritos, inclusive o que inclui o de Canasvieiras, estão disponíveis no portal do Plano Diretor de Florianópolis de 2022 (dois mil e vinte e dois), no endereço e IPUF e esse endereço está descrito em vários cartazes espalhados pelo local da referida audiência. A gente criou com QR code. Para quem não sabe que é um QR Code, é um aplicativo, que você consegue colocar, apontar a câmera do celular e ele já leva, te direciona diretamente pelo site. O endereço do site é: <http://ipuf.pmf.sc.gov.br/pd2022/> É só digitar isso no seu navegador do celular ou do seu computador você consegue acessar todas as informações. Finalizada apresentação desses trabalhos efetuados pela Prefeitura de Florianópolis, passaremos então, as manifestações públicas. Para quem fez inscrição prévia, registrando que a inscrição permanece aberta e continuará até às 20h45 (vinte horas e quarenta e cinco minutos). Só não poderá se fazer novas inscrições após as 20h45 (vinte horas e quarenta e cinco minutos). Agora nesse momento, a gente vai fazer uma pausa de 10 (dez) minutos, para gente ir ao banheiro, beber uma água e a gente volta com manifestação das pessoas, tudo bem? Muito obrigado pela atenção só agradecer a presença de Josias Monteiro (Intendente do Distrito de Canasvieiras) e o Guilherme Santana (Superintendente do Pró-Cidadão). Às 18 (dezoito) horas e 51 (cinquenta e um minutos), o Presidente da Mesa encerrou as apresentações e informa o intervalo de 10 (dez) minutos para a organização das inscrições. Às 19 (dezenove) horas, o Sr. Carlos Alvarenga, pede que as pessoas retornem aos seus lugares para dar início a segunda parte da audiência, as manifestações públicas. E ele reinicia sua fala: Só vou pedir novamente para que todos retornem aos seus assentos, para gente iniciar as manifestações da Comunidade. Convido a todos para se assentarem para iniciar as manifestações da comunidade. A gente dá a devida atenção ao que



nós viemos aqui, escutar a comunidade, aquilo que nos interessa, que nós entendemos que é essencial, a participação comunitária, para nós construirmos o Plano Diretor, conjuntamente com vocês. Aproveitando a oportunidade de registrar para todos que a Audiência Pública não é a única forma de participação popular. Desde do dia 13 (treze) de junho está aberta a consulta pública. O que que significa isso? É que vocês, de forma escrita, podem se pronunciar. O que vocês entenderem sobre a proposta construída até agora. Isso não tá disponível só no *site* do Plano Diretor e, presencialmente vocês podem se direcionar na unidade do Pró-cidadão. Em todas as unidades do Pró-cidadão tem formulário para preencher e documentação em papel para leitura, disponível para a sociedade; para vocês lerem com calma; dentro do seu tempo. No material que nós disponibilizamos no *site*, se vocês tiverem a cautela e a curiosidade de acessar, vocês vão ver que tem vídeos explicativos e que nós buscamos desenvolver em uma linguagem mais simples possível para que vocês entendam; desde o que é um Plano Diretor, o que que é Distrito, porque nós separamos em Distrito, definições simples para que vocês consigam compreender todo o processo e participarem efetivamente de toda essa construção conosco, tá. Vou convidar as pessoas que estão lá fora para entrar, tomar assento para a gente prestar atenção na manifestação pública. Dando início e continuidade dos trabalhos aqui, antes eu vou cumprimentar outras autoridades estão presentes: Sr. Marco Bueno (Marco Antônio Bueno Geraldo -Presidente do CONSEG), muito obrigado pela sua presença. Sr. Cleber Rottava (Presidente da Associação dos Moradores de Canasvieiras – AMOCAN), muito obrigado por sua presença. Antes da gente começar eu vou deixar bem claro como é que vai funcionar as regras da manifestação pública, além da inscrição prévia a gente vai fazer a partir da ordem aqui que a gente recebeu da mesa. Vou chamar 1 (um) por 1 (um) por nome. E, como vocês podem ver aí na frente no local de fazer a inscrição, tem os números pares e os ímpares. Vocês que fizeram inscrição receberam o número de inscrição e eu vou chamar de 4 (quatro) em 4(quatro). Aí eu peço que vocês façam fila, porque encerrada manifestação de 1 (um), nós vamos imediatamente iniciar a outra. São 2 (dois) minutos de fala para população geral, com exceção daqueles que são representantes de uma entidade que vão ter 5 (cinco) minutos de fala. Os vereadores também, que são notoriamente representantes da comunidade, também tem 5 (cinco) minutos de fala. Encerrado tempo de manifestação, nós vamos parar a fala de automaticamente, o microfone vai parar de funcionar e já vamos passar para a próxima fala. Então, vou chamar os primeiros 4 (quatro): Sr. Américo Sapata Gameiro, Sr. Ivan César Fischer Júnior, Sr. Afrânio Boppré (Vereador), Igor Dias Praxedes Campagnoni - representante do Condomínio Gralha Azul. **O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga** passa a palavra ao **Sr. Américo Sapata Gameiro**, 2 (dois) minutos: “A minha indignação no manifesto (***) Eu vim aqui para me manifestar, para falar da minha indignação e demais 7 (sete) vizinhos meus. No Plano Diretor de 2014 (dois mil e quatorze) para frente nos engessou de que forma? o correto seria ARM 4.5 e um (***) lá que fez o Plano Diretor antigo apertou o botão errado provavelmente e colocou AVL, AVL talvez os senhores não saibam é

pare verde livre, que me permite só 50 (cinquenta) metros quadrados, eu tenho 160 (cento e sessenta) desde 86 (oitenta e seis). Bom, muito bem. Um juiz não pode errar, o médico não pode errar, tudo bem, né?! Eles dizem que o erro é humano, aí eu falei com IPUF, aliás falei com um corretor, que eu tinha vontade de vender a propriedade. Estou ficando velho, eu quero sair dali, e olha, você não pode vender porque está em irregular. Faz uma viabilidade de construção e vamos ver o que o IPUF diz. O IPUF respondeu que não podia fazer nada, porque existe uma lei que não permite modificações. Que lei é essa senhores, que não permite que se conserte o erro? Não pode contratar, entra com uma ação administrativa, que a gente vai tentar fazer alguma coisa. O advogado mais barato que eu encontrei, que claro que você leu mais barato ele não era eficiente, me pediu R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil) Se eu tivesse R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil) eu estava sentado na praia ali tomando cerveja. Claro é um profissional, então eu gostaria de que os senhores soubessem; eu ouvi agora e fiquei até muito satisfeito o Sr. Michel Mittmann e o Sr. Carlos Alvarenga aqui confirma isso, que possivelmente serão feitas algumas modificações e consertados erros. Fiquei contente com isso. A minha crítica é o pessoal lá de 2014 (dois mil e quatorze).” O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece pela manifestação e passa a palavra ao **Sr. Ivan César Fischer Júnior**, com 2 (dois) minutos para manifestação. Boa noite a todos os presentes e as autoridades, a minha crítica ou contribuição aqui para Audiência Pública, é falar um pouquinho das áreas reconhecidas como de urbanização especial, as Áreas da Urbanização Especial - AUE. Passados 8 (oito) anos do Plano Diretor não tem uma regulamentação dessas áreas suficiente que dê segurança jurídica para quem quiser empreender nessas áreas. A minha família tem um terreno aqui na região da Vargem Grande. E, nós estamos amarrados nessa situação. Especificamente esse terreno coloca aqui para as autoridades e os membros do IPUF, fica na Rua das Goiabas e há uma distorção e foi colocado pelos senhores, que é esses erros vão ser corrigidos e se buscar retificar. Na Rua das Goiabas nós temos de um lado da rua na mesma via pública Área Residencial Unifamiliar - ARM e Área Residencial Condominial - ARC, do outro lado da rua com as mesmas consolidações urbanas só ficou enquadrado como AUE. A gente fica submetido a essa insegurança jurídica, e a gente quer, eu enquanto morador, proprietário dessa área, quero que essa distorção seja verificada e corrigida. Lá atrás quando dá provação já havia sido reconhecido mas por conta de intervenções dos órgãos de controle as alterações não foram possíveis. Então é isso que eu peço, que se analise com toda a tecnicidade possível para se corrigir essa distorção e obrigado a todos.” O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga chama o **Sr. Afrânio Boppré (Vereador)**, com 5 (cinco) minutos: Boa noite a todos vocês. Eu inicialmente queria só fazer uma constatação. Vocês não precisam se virar para trás, mas lá nós temos uma placa dizendo que a lotação máxima 45 (quarenta e cinco) pessoas. Aqui nós temos mais do que 130 (cento e trinta) numa contagem pelo alto. Das duas, uma ou a Prefeitura não acreditava no interesse de vocês, da Comunidade de vir aqui participar ou costuma desobedecer às próprias leis. Então, deixar aqui esse registro, porque tem aqui



inclusive o Corpo de Bombeiro está aqui. Eu queria também começar dizendo que nós ouvimos aqui no último vídeo, ali nos últimos 2 (dois) minutos, uma frase mais ou menos assim: importante ressaltar que não vai haver mudança de zoneamento. Também lá na Câmara de Vereadores, para quem não me conhece eu sou Vereador. Na Câmara de Vereadores, também chegou essa conversa: não vai haver mudança de zoneamento, para quem não sabe o zoneamento aquilo que pinta o mapa, aqui é vermelho permite isso, aqui é amarelo, aqui é verde limão. Eu inclusive pedi autorização ao Alvarenga, para usar o data show, mas não me permitiram, porque eu queria mostrar exatamente o mapa, e fui cerceado de permitir uma melhor comunicação com vocês. A propósito que foi dito aqui pelo aquele senhor sobre Área Verde de Lazer - AVL, que precisa sim e tem erros e precisam ser corrigidos, por isso a necessidade da revisão do Plano Diretor, mas isso não quer dizer que não deva existir AVLS na nossa cidade. Eu quero dizer para vocês, eu vou ler então, na medida em que eu não posso expor, fui proibido, o que diz o artigo 58 (cinquenta e oito) da atual lei do Plano Diretor com relação às AVLS, diz assim: em áreas verdes de lazer será permitida apenas a construção de equipamentos de apoio ao lazer, ao ar livre, como *playgrounds*, sanitários e vestiários, quiosques e dependências necessárias aos serviços de segurança e conservação da área. Um lugar onde possa guardar uma máquina de cortar grama, um balde, um carrinho de mão, alguma coisa assim é permitida construir em AVL. Naquela minuta que chegou a tramitar aí nas redes, e fizemos até uma audiência pública, o texto sobre AVL, está dizendo assim: será permitida, tirar apenas, a construção e licenciamento de equipamentos em edificações de uso coletivo ou interesse público. Isso aqui é coletivo e interesse público, a escola, mas um *shopping* também é, mediante análise de características e porte da AVL. Tais como, apoio ao lazer, ao ar livre, quadras esportivas, lâminas, espelhos d'água, edificações para fins administrativos, um prédio da prefeitura por exemplo, ambientais, comunitários, educacionais e de cultura, turísticos, comerciais, cabe um *Shopping*. Volto a dizer, em área verde e de serviços de segurança e conservação da área. Então, eu quero dizer para vocês que são falácias, eu não estou mudando o mapa, ele tá pintado de verde limão, mas na lei, ele tá mudando aquilo que previa uma AVL, vai passar pelo texto da Lei, não pela mudança de cor, a ter uma outra funcionalidade. Então eu quero trazer aqui essa defesa, que por exemplo, dar um exemplo distante, como eles também deram aqui, o Parque da Luz é uma AVL, o parque de Coqueiros é uma AVL, para que não se permita que esse tipo, minha proposta é para manter o texto original de AVL que hoje está na lei. Manter um mesmo texto *ipsis litteris* sem alteração. Segundo, que eu queria considerar, uma cidade que cresce não necessariamente se desenvolve, porque crescimento tem a ver com quantidade e desenvolvimento tem a ver com qualidade. E, uma cidade pode se desenvolver e não necessariamente, crescer e inchar, quando falam em adensamento eu quero dar um exemplo prático: se construir uma casa, para uma família, com 2 (dois) quartos, vamos adensar essa casa, vamos botar 4 (quatro) pessoas, 15 (quinze), 20 (vinte), 30 (trinta) pessoas? Adensar, sem criar a infraestrutura, sem criar umas camas para se dormir,



banheiros para se usar, uma cozinha melhor para se comer. Então é o seguinte: que proposta é essa que tem que adensar, adensar, adensar, e que deveria ter como pré-requisito, a capacidade de suporte e saneamento? Porque não adianta engordar a praia e deixar (...). O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece o Vereador, e explica para algumas manifestações que regras foram passada e a ordem é a da inscrição. Pode por gentileza a ordem do recinto? E chama o **Sr. Igor Dias Praxedes Campagnoni representante do Condomínio Galha Azul**. Boa noite, a minha questão é relativamente simples, é tem muito a ver com que o primeiro manifestante posicionou. Eu tô em nome do condomínio Galha Azul, aqui do Distrito de Canasvieiras. É um condomínio que foi instituído e aprovado pela em 2002 (dois mil e dois) pela Prefeitura, numa área residencial, na época. E como todo condomínio de lotes, ele deve seguir os zoneamentos da época e o projeto ao qual ele foi aprovado. O Plano Diretor de 2014 (dois mil e quatorze) alterou o zoneamento de parte desse Condomínio. Parte de proprietários do condomínio dormiram com lote, onde você podia construir uma casa e acordaram com uma AVL por exemplo, que você só poderia construir um parquinho para criança brincar, e um condomínio, já aprovado pela Prefeitura. Então, a nossa solicitação é que seja corrigido isso, é uma questão relativamente simples, só alterar o zoneamento, corrigir esse zoneamento, para que a gente não precise passar por todo inconveniente, que nem o Milton comentou ainda agora, para a gente conseguir uma viabilidade de construção, você consegue ela não é aprovada, é aprovada como zoneamento do Plano 2014 (dois mil e quatorze). Você entra com processo administrativo para corrigir, tem que o gerente da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano - SMDU, dá um parecer. Isso daí, você tá ocupando o tempo de funcionários público, de técnico, e sem necessidade alguma. E fora isso, em alguns casos como por exemplo, aconteceu no ano passado, às vezes uma decisão judicial bloqueia todas as questões de aprovações da Prefeitura e acaba você entrando nessa questão, e aí você tem que entrar com ação judicial, para poder reaver. Então, a minha questão seria consignar nesse manifesto, consignar em ata, dessa solicitação para correção, para que o condomínio, já aprovado, volte ao plano normal dele, que é uma área residencial mista. Seria somente isso mesmo. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga chama a **Sra. Carla Ayres (Veradora)**, 5 (cinco) minutos: Boa noite a todas as pessoas presentes, aquelas pessoas que não me conhecem eu sou, a vereadora Carla Ayres do Partido dos Trabalhadores na Câmara Municipal, e queria inicialmente a partir de inclusive da manifestação da Ana, dizer o quanto que é importante que a gente enquanto parlamentares também se manifeste, por que é preciso fazer um resumo do porquê que estamos aqui. Inclusive, neste momento, por que se chegou a essas 14 (quatorze) audiências públicas. Tentou-se no ano passado, aprovar um Plano Diretor nessa cidade, sem que um espaço como esse, fosse construído com a população. E foi graças a uma parcela da população organizada e também de alguns parlamentares, junto ao Ministério Público, que se garantiu que na quarta-feira passada, se iniciasse um calendário amplo e



participativo com a população. Porque senão em 15 (quinze) de janeiro de 2021 (dois mil e vinte um) o Plano Diretor teria sido aprovado na Câmara Municipal, sem que vocês soubessem integralmente as intenções conforme foi apresentado aqui, as diretrizes bases dessa revisão. Mas é também importante que para gente converse sobre essas diretrizes bases, que algumas respostas ainda sejam dadas pela prefeitura. Por que muitos questionamentos foram colocados inclusive pelo Secretário Mitmann, de Planejamento Urbano, que infelizmente não permaneceu aqui na mesa, para também ouvir a população e as manifestações, mas muito se fala que nós vamos partir da 482 (quatrocentos e oitenta e dois), dos problemas da 482 (quatrocentos e oitenta e dois), do atual Plano Diretor, para se apresentar um novo modelo de cidade. Mas eu não vi aqui destacado, como fez o Vereador Afrânio, os itens objetivamente da 482 (quatrocentos e oitenta e dois), que trazem esses problemas hoje. Afinal de conta dentro da 482 (quatrocentos e oitenta e dois) quais são esses elementos? Quais são esses conflitos normativos? Quais os artigos que são problemas? Vamos trazer o texto da Lei, vamos discutir. Porque inclusive a parte do diagnóstico preliminar, trazido ali, em linhas e letras muito pequenininhas, eu não sei se todos conseguiram ler aquele diagnóstico preliminar apresentado, tá no site do IPUF. E, eu convoco os senhores a ler esse material. Este estudo preliminar por exemplo, diz que este Distrito aqui, é o sétimo pior em saneamento básico da cidade. Não foi dito isso, que o estudo apresenta isso, e quais são as alternativas para o saneamento. As únicas alternativas que estão sendo apresentadas é a construção, é aumentar gabarito de algumas ruas, chamadas das centralidades. Aquele diagnóstico preliminar também diz que este distrito aqui que compõem Canasvieiras, Daniela e Jurerê, não tem nenhum equipamento público de cultura. O que vai ser feito para que isso seja superado? Existe quase uma nulidade naquele estudo preliminar ali, de equipamento de convívio público e social, como parques, praças. Agora se a gente vai esperar os interessados em aumentar gabarito, depositarem incentivos, para garantir que esses equipamentos existam. E se algum empreendedor ou empreendimento não quiser dar esse incentivo? A prefeitura não tem resposta para suprir esse diagnóstico das deficiências? Como que vai ficar? não é? A única resposta que se tem é a centralidade e é o aumento de gabarito e eu acho que a gente precisa, como o próprio Prefeito Topázio colocou no início da sua fala, apresentar a capacidade de suporte da cidade, se a gente quer ocupar e se a gente já tem inclusive aqui problemas de abastecimento, falta de água, falta de luz, no cotidiano, no verão, como que a gente vai colocar mais gente aqui? Podemos colocar, mas que venham os números, as taxas dessa possibilidade de fato. Como é que a gente vai oferecer essas respostas para a população? É o nosso papel também chamar atenção disso, porque depois em algum momento, quando o projeto de lei sintetizado for para câmara municipal, cabe a nós qualificar essa discussão na Câmara e entregar um Plano Diretor de qualidade, ao contrário da 482 (quatrocentos e oitenta e dois) que hoje está vigente. Muito obrigada. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o **Sr. João Fernando Alves Cruz**, com direito a fala de 2 (dois) minutos. Autoridades aqui já

nominadas, senhoras e senhores, boa noite. Prestei bem atenção no estudo sobre o Distrito de Canasvieiras e não contemplou, não falou, não mencionou nada sobre a AVL na orla, que é fruto de um governo anterior, da Ângela Amin, quando propôs, para fazer ali um terminal turístico que não deu certo e se tornou uma AVL e nunca mais voltou ao status quo que era uma VR3. Seria interessante rever isso aí porque os imóveis a gente não consegue inscrição no Requerimento de Inscrição de Ocupação - SPU, não consegue alvará, não consegue construção, e tem muitos ali que estão na clandestinidade. Uma outra coisa são as ruas ali, se eu não me engano Avenida das Nações, Madre Maria Vilac, Afonso Cardoso da Veiga, Milton da Costa, já são praticamente consolidadas, tem ali prédios, com exceção de uma ou duas, três casas, e ficou de fora Rua das Goiabas, que tem um potencial muito grande, com várias áreas ali, onde o zoneamento é dois andares, taxa de ocupação 40% (quarenta por cento), que poderia e poderá trazer Imóveis ali com preço, como bem falou vossa excelência o Michel Mittmann, que vai contemplar alguns imóveis populares. Não aquele popular que todo mundo acha... Ah vai vir pra cá favela, não é igual, imóvel popular em Canasvieiras, no norte da ilha, seria em torno de R\$300.000,00 (trezentos mil), R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil). Então a rua da Goiaba, é um campo vasto ali para se fazer empreendimento bom. O Gerson vai defender depois o quinhão dele ali, ele é dono de uma área que eu tô negociando e o andar ali fala em 2% (dois por cento), 2 (dois) andares com taxa de 40% (quarenta por cento). Nós gostaríamos que ali fosse 4 andares, para atender essa camada da sociedade aí, que pode pagar 300.000,00 (trezentos mil) com financiamento da Caixa R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil), que hoje está em dois andares. Ah, e sobre uma distorção que existe na Rua das Goiabas, o rapaz falou aqui sobre que, não é só esse problema que tem na Rua da Goiaba, tem problemas ali da APP ser na rua de frente para rua e aonde fica o Rio é uma APL, quer dizer nós gostaríamos de corrigir essa distorção, aproveitando agora nova proposta para o Plano Diretor (...). O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e passa a palavra para o **Sr. Gerson Tadeu Muller**, 2 (dois) minutos. Boa noite senhores e a todos aqui presentes. Eu sou morador da Vargem Pequena, naquela região que fica entre Academia de Polícia Rodoviária e antiga *Sixteen* Clube. E aí, nós temos um zoneamento de 2 (dois) pavimentos e uma área muito grande, porque também anteriormente, no antigo zoneamento ela tinha uma área de interesse social, que foi tirada, permitindo a construção de moradias populares, tipo Minha Casa Minha Vida. É uma região de bastante necessidade de adensamento, porque existe agora ali outros empreendimentos, que foram recentemente construídos, como o FORT, a Havan, Academia da Polícia Rodoviária e é uma região bastante carente de moradias. Então, gostaria de pedir que fosse aumentado esse zoneamento, igual existe ali na *Sixteen* Clube, que é 4 (quatro) pavimentos, que fosse estendido daquela região da *Sixteen* até lá na academia. E também a região da frente da rodovia, que fosse também uma área mista de comércio, como era também antigamente e foi retirado também esse zoneamento. Nós entendemos que a região tem um potencial muito grande de crescimento por ela ser





contigua, a SC 401 (quatrocentos e um) ao lado ali, e bastante importante que são as a moradias para as classes de média renda e de baixa renda que contém também essas construções. Então seria basicamente isso meu pedido Obrigado aí pela atenção. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agrade e diz que antes do Vereador Renato iniciar sua fala, vai chamar os próximos 4 (quatro): Vereador Leonel Camasão, Ana Cláudia Caldas do CCPONTAL - Conselho Comunitário Praia da Daniela, Máximo Porto Selene, Simara Machado da Costa. Pode falar **Sr. Renato Geske (Vereador Renato da Farmácia)**, com 5 (cinco) minutos de fala. Boa noite a todos, eu quero aqui saudar a mesa em nome do Prefeito Topázio e também saudar as mulheres e o público, em nome da Beatriz, que talvez seja a autoridade mais importante hoje a noite aqui, porque é da FLORAM, e a Ilha depende, o continente depende, dependemos muito das ações da FLORAM. A questão da verticalização, foi dito aqui que é importante que se permita a verticalização para que crie esse dinheiro para fazer a infraestrutura e de cair a questão das moradias, que são mais planas, elas iriam numa certa forma diminuir. Ora, o (***) mostrou exatamente uma crueldade que tá acontecendo no Saco Grande, é o avanço das construções que vão chegar na Costa da Lagoa e mostrou também na parte da SC, toda aquela área que pode ser construída. Vocês acreditam, por exemplo, que depois que se permita construir na SC, aquele morro não vai avançar mais? Se hoje nós temos várias construções clandestinas, milhares, eu acredito que temos aí, talvez 16 (dezesesseis) a 20% (vinte por cento) na cidade nesse nível de construção. Elas existem porque falta exatamente a fiscalização da prefeitura. Se não aumentar o corpo de fiscais ligados a este tipo de trabalho, vocês acham que pelo fato de construir prédio, a clandestinidade vai diminuir? Então nós temos que cuidar de que esse Plano Diretor ele tem que ser feito para cidade toda, não apenas ao incentivo da construção e simplesmente uma construção que pega uma cidade que não tem condições de avançar na questão do investimento, a cidade ela precisa investir na questão do saneamento básico urgente, não é proibido, não é possível nós permitimos a construção do aumento de edificações sem ter esgoto. Nós estivemos na outra audiência pública na Tapera, a prefeita Ângela Amin tentou iniciar um tratamento de saneamento básico que até hoje não se concretizou, mas lá se falou também em aumento de gabarito. Então nós entendemos o seguinte, se a área não tiver saneamento básico, não pode se permitir o aumento de gabarito. Isso é uma coisa lógica, respeitável, porque a cidade ela não pode avançar sem cuidar de saneamento básico. Estão aí as doenças, estão os hospitais cheios, as clínicas cheias, postos de saúde cheios, de tanta gente doente que a gente tem na cidade e aí entra a questão do saneamento básico, entra a questão da mobilidade. Quais são os critérios que foram adotados para que a gente possa aumentar o gabarito em algumas ruas e outras não? Outra coisa que eu vou chamar atenção em todas as audiências que eu vou, questão da água. Hoje nós temos águas do rio Cubatão para 700 (setecentas) mil pessoas da Grande Florianópolis, inclusive em Florianópolis e inclusive cidades aqui como Biguaçu, Palhoça, São José (***). Quem já fez o estudo de que a partir do momento que nós vamos aumentar essa população,

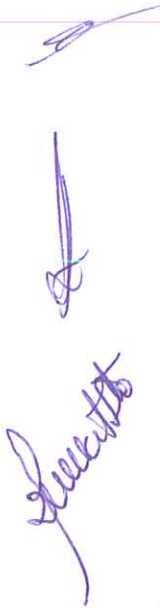


talvez em mais de 200 (duzentas) mil pessoas, há água para isso tudo? Será que tem água para isso tudo? Nós temos oito mananciais na cidade que contribuem de uma certa forma com água, mas se nós permitirmos uma série de construções, a impermeabilização do solo ele deixa de acontecer. Evidentemente que os mananciais vão diminuir a sua contribuição de água na cidade. Então eu entendo que há uma carência de estudo nessa revisão do plano diretor nas questões básicas, nós queremos a cidade grande, nós queremos que haja um maior pagamento do IPTU para poder ter recurso, mas se nós não olharmos as questões básicas, nós simplesmente vamos rolar cidade do jeito que ela continua rolando o tempo todo, sem ninguém apresentar critérios técnicos. Nós precisamos de fiscais da FLORAM, nós precisamos de fiscais no SMDU, para exatamente proibir uma série de ações clandestinas que a cidade é predominante. Nós... se nós não inclusive não cuidarmos da questão do desenvolvimento da cidade para gerar emprego em cada região dessa, que se coloque uma situação que as pessoas não precisam, como disse o Mhitmann? 60 (sessenta) mil pessoas saíram daqui, mas o que que tem no plano diretor que vai fazer com essas pessoas fiquem por aqui? Não tem, absolutamente não tem, não existe um passe de mágica que nós vamos simplesmente agora transformar o bairro com edifícios sem construções irregulares e um local que haja emprego. Isso não existe meus senhores. Então por isso que eu tenho dito, esse plano diretor ele precisa chegar na Câmara e aí Ana, quero dizer o seguinte, a importância que tem do Vereador estar aqui é ouvir a comunidade para ver quais são as suas propostas [30 (trinta) segundos para encerrar], seus propósitos, suas dificuldades e os seus medos, porque muita gente com certeza tem medo desse plano diretor, o que pode acontecer. Quem mora hoje tranquilamente no local de uma hora para outra pode ter um Edifício do lado e não ter mais sol, não tem mais nada na sua casa, ele vai ser obrigado a vender por qualquer dinheiro e isso nos preocupa bastante, por que onde é que tá a qualidade do nosso cidadão? Essa é a grande importância, por isso nós estamos aqui hoje e quero dizer para os senhores, nós não temos (...)

Muito obrigado, vereador. Vereador Camasão, sua fala, 5 (cinco) minutos. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o **Sr. Leonel Camasão (Vereador)**, 5 (cinco) minutos. Bom, primeiramente boa noite a todas as pessoas aqui presentes. Boa noite a mesa, vou ficar aqui um pouquinho curvado porque tá baixinho aqui. Tá, muito adequado(...) Bom, primeiramente quero me apresentar, meu nome é Leonel Camasão, eu estou Vereador na Câmara de Florianópolis pelo PSOL. Eu sou jornalista de formação e sou morador do Bairro José Mendes, também conhecido como Prainha, ali na região central. Eu queria antes de fazer a minha fala, fazer uma pergunta para vocês que estão aqui para essa audiência. Quem aqui é morador liderança comunitária do distrito? Só para ter uma noção com quantas pessoas nós estamos falando. Ok, estamos bem representado, estamos bem representado, obrigado. Gente que eu quero dizer para vocês então em especial e sem de mérito aos que não são do distrito, acho que esse é um debate que toda cidade tem que acompanhar, mas o que eu quero dizer hoje para vocês é o seguinte, da forma como está apresentada a proposta aqui hoje, há uma evidente



desconexão entre as diretrizes e a proposta concreta para o distrito. As diretrizes falam em mobilidade, em saneamento, em bairro completo, em futuro, em preservação do meio ambiente, e o que fala proposta concreta? Esse conjuntinho aqui de ruas, a gente vai aumentar o gabarito de construção de prédio, falou muito bem o Vereador Renato, qual é a capacidade de suporte de saneamento? Quem aqui lembra do caso do Rio do Braz? Aquela mancha de esgoto vazando para o mar. Do que vive aqui o distrito de Canasvieiras gente? Qual é a principal atividade econômica aqui? Se não é o turismo por conta da praia. Se vocês entrarem hoje agora no site do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina, vocês vão ver que todas as praias da Bahia Norte até ali ponta do Sambaqui, como postou hoje o Afrânio no Instagram, estão impróprias para banho, e nós estamos no inverno, nós não estamos no verão. Então o que tá colocado aqui parece ser o principal problema dessa proposta, é que não está dito de forma nítida quais são as mudanças, a não ser os gabaritos. Isso que o Afrânio traz aqui da mudança do conceito de Áreas de Urbanização Especial - AVL é bastante perigoso, porque não tá sendo apresentado aqui. Tá sendo dito contrário, nenhuma parte do zoneamento vai ser alterada, todo o zoneamento vai ficar igual. Então não sei se o seu Américo tá aqui ainda, que falou primeiro, ali seu Américo, se nada vai mudar no zoneamento o seu problema não vai ser resolvido seu Américo, porque vai continuar sendo uma AVL. Se nada do zoneamento vai mudar, não vai ter “Minha Casa, Minha Vida” em Florianópolis, o “Minha Casa, Minha Vida” foi criado em 2009 (dois mil e nove) e vocês sabem quantos condomínios foram construídos desde 2009 (dois mil e nove) em Florianópolis? 2 (dois), os 2 (dois) no continente, na ilha nenhum. Em que lugar do universo que nós vamos pegar o conjunto de ruas nos bairros, na centralidade dos bairros, e dizer assim agora ao invés de dois você poder construir quatro, ao invés de quatro você vai poder construir 6 (seis) e isso vai fazer o valor dos imóveis do aluguel baixar. Em que o universo gente? Que você vai dizer que as pessoas podem vender os seus imóveis para construir mais e isso vai baratear preço de aluguel, em que universo? Isso não existe, isso é uma fraude, isso é uma mentira. Sabe o que que vai baixar preço de aluguel? É quando a prefeitura decidir voltar a zonar zona especial de interesse social, para dizer que esta área aqui é para habitação popular, é assim que a gente vai baratear preço do aluguel, é assim que a gente vai misturar classes sociais mais altas com classes sociais mais baixas na mesma região. E isso é o plano, é o Executivo que faz Prefeito Topázio, é uma (***) tem uma (***) aquele que quer revisar o plano tem uma intencionalidade, qual é a intencionalidade da prefeitura em criar habitação popular se não vai mudar nenhum zoneamento? Se não tem área para habitação popular? Como é que vai baixar o preço do aluguel? Onde vai ser construído escolas, postos de saúde? Onde vai ser construído mais linhas de ônibus, aumento das vias para mobilidade suportar todo esse impacto de novas e novas construções da nossa cidade. Nós não somos contra desse aumento, nós não estamos ignorando que a cada ano chegam milhares e milhares de pessoas e que a cada 10 (dez) anos chegam talvez aí 100 (cem mil) mil



peessoas na nossa cidade, nós não estamos ignorando isso, nós não somos contra pensar sobre isso. Nós estamos dizendo que essa proposta aqui não chega perto de dar conta dos problemas que vêm para o futuro da nossa cidade, não dá conta, é insuficiente, é pobre, é pobre, não dá conta e o pior... não temos aqui o texto. Cadê o texto? Cadê as mudanças no texto? Porque nas diretrizes nós temos um mar de promessas e boas intenções, vocês sabem que lugar que tá cheio de boas intenções né... Então assim a gente precisa de objetividade nessa discussão porquê da forma que está colocada não temos segurança de fazer qualquer mudança que seja, porque nós não sabemos o que vai acontecer. A verdade é essa, tá tudo escondido em baixo dos panos e a comunidade precisa saber o que vai ser feito antes de (...). O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga diz: Obrigado Vereador, passando a palavra para a **Sra. Ana Cláudia Caldas (Presidente do CCPONTAL - Conselho Comunitário da Praia Daniela)**, ressaltando que ela tem 5 (cinco) minutos de fala. Boa noite a todos, eu vou evitar falar em relação a fala dos vereadores porque eu quero aproveitar os 5 (cinco) minutos pros problemas que tem a minha comunidade, a praia da Daniela. Só para (***) eu queria começar falando que o bairro da Daniela é um bairro aprovado desde 72, um loteamento regular, todos os imóveis tem matrícula, escritura pública, coisa bastante rara na nossa cidade né, que tem uma elevada taxa de irregularidade, ocupação irregular. Só que nós vivenciamos uma situação há 40 (quarenta) anos de judicialização e pedidos de demolição de 384 (trezentos e oitenta e quatro) casas. Iniciou pelo loteamento todo, depois de 30 (trinta) e poucos anos de uma ação judicial, chegamos a 334 (trezentos e trinta e quatro) lotes para demolição. Esse é um dos grandes problemas que tem e que o plano diretor (***) isso não é só uma alegria, uma felicidade só da Daniela tá? Isso ocorre pela cidade inteira, diversas ações civis públicas, têm Praia do Forte, processo de demolitória, tudo, toda cidade tem algum processo de (***) Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição e até bairros inteiros assim, Anchieta, Santa Mônica (***) A gente imagina que essas coisas passem longe, não (***). Lá tem ações demolitórias. O que que se tenta fazer nessa cidade? Se tenta colocar regras atuais e uma cultura atual, numa cidade que já existe há séculos. Então eles ignoram o nosso passado, ignora a nossa cultura, ignora o que o que (***) isso eu falo o poder público em geral tá? E o plano diretor, prefeito é um excelente momento para gente resolver essas pequenas coisas que criam entaves anos e anos e anos, eu herdei uma casa que eu cresci ouvindo falar o que era ação pública, isso é justo? A gente crescer, passar uma vida inteira ouvindo falar em ação civil pública? Isso acontece nos bairros da nossa cidade e isso pode ser resolvido no plano diretor. Na Praia da Daniela, Prefeito, ao longo dos anos por causa dessa ação e por causa de um entendimento errôneo dos técnicos da prefeitura que APP, zoneamento, eles tratam como se fosse um zoneamento, trazem para o plano diretor, cria um entrave absurdo nas nossas áreas, absurdo. Então a gente tem área consolidada urbana, aprovada, loteamento aprovado, 42 (quarenta e dois) áreas verdes (***) Quem aqui conhece a praia da Daniela? É uma localidade linda, vocês conhecem uma área mais preservada, mais cuidada, mais amada que aquilo ali em Florianópolis? Tem a



nossa Restinga é uma das maiores da cidade, a gente tem 42 (quarenta e dois) áreas verdes. A população lá ama aquele lugar e a gente vivência isso há 40 (quarenta) anos. Isso não é um privilégio nosso, tem alguém aqui da Praia do Forte? Uma pessoa com todo problema que vocês têm? Acordem, acordem, se ajudem gente. É triste a gente vivenciar isso. A gente tem problemas lá, aí para ser bem pontual eu acho que, eu não sei se vai poder ser entregue documento, Carlos? Vai poder ser entregue documentos da comunidade?" "Com certeza, a consulta pública está aberta." "Tá, então eu vou protocolar, pode ser amanhã no IPUF?" "Não, o protocolo vai ser de duas formas, você pode protocolar no Pró-Cidadão, de todos os distritos, ou virtual. Virtual tem o site do Plano Diretor, tem lá o local de consulta pública, preenche o formulário e segue aberto." "Tem prazo?" "Tem até dia 12 (doze) de agosto." "Ó, viu gente, se atentem a isso e façam os pedidos também de forma protocolar. Então a gente tem a Área Verde de Lazer - AVL's Prefeito, que lá são ocupadas já por equipamentos, como tem a capela, tem o Posto Policial, tem os conselhos comunitários que estão com a AVL, precisariam mudar para Áreas Comunitárias Institucionais -ACI. A gente tem três ou quatro quadras que estão inseridas como reserva, uma dessas três quadras, ela não é reserva e vem sendo tratado pelo geoprocessamento e pela prefeitura como parte da reserva ecológica de Carijós e não é. Isso é um problema que acontece em diversas áreas em Florianópolis também, Lagoa do Peri, Parque da Lagoa, reserva da Lagoa da Conceição, tem áreas que são atingidas erroneamente pelas reservas. As reservas são criadas depois dos loteamentos aprovados e a gente fica irregular por conta de uma... tipo a reserva ecológica Carijós, foi criada em 87 (oitenta e sete), o nosso loteamento é de 72 (setenta e dois). Aí a gente já consolidado, já com a casa construída, veio um decreto Federal e criou uma reserva em cima da nossa casa, entendeu? É um absurdo. Isso a gente vivencia, então é o momento de regularizar essas coisas, já na revisão passada a gente participou ativamente e não conseguiu fazer com que a equipe da prefeitura acatasse as mudanças com base legal, com base legal. Não percam essa oportunidade de fazer essas (...). Isso é uma segurança jurídica, o cidadão não aguenta mais ter o governo contra ele, é necessário ver essa sensibilidade. Obrigada. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agrade e diz: Nós que agradecemos. **Sr. Máximo Porto Seleme**, 2 (dois) minutos. Boa noite a todas as pessoas presentes, Senhor Prefeito Topázio, cumprimento a mesa, Vereador Dinho, cumprimento o legislativo. Vim falar sobre a região da Vargem Pequena, onde iniciei um trabalho lá em 1985 (mil novecentos e oitenta e cinco), inclusive residindo lá, implementamos naquela região a rede de baixa tensão, a água potável que não existia da CASAN e todo empreendimento legalizado, todas as edificações legalizadas pela prefeitura, pelos órgãos ambientais inclusive, e fomos surpreendidos em 2015 (dois mil e quinze), quando acordamos nada mais valia, o zoneamento havia sido alterado sem consulta nenhuma, os direitos de comércio que existiam foram suprimidos, as pessoas perderam esse direito, não conseguiram mais licenciamentos para trabalhar. É uma luta de 8 (oito) anos que nós temos e eu





vejo sim, aos membros eu peço que certifiquem, isso é uma luta pela mudança de zoneamento sim. Áreas da cidade importantes do zoneamento foi alterado unilateralmente, de maneira irregular eu acredito, pelas pessoas da época. Que nem se deram o luxo de ir nas áreas visitar para ver se aquilo era, pelo que eu vi foi feito pelo Google né, para alterar. Prejudicaram inúmeras pessoas. Quero agradecer aqui, porque faz Justiça isso ao vereador Dinho, que é da nossa região e tem atendido toda aquela comunidade ali do nosso entorno e tem nos ajudado nessa luta. Existem Leis hoje a 169 (cento e sessenta e nove) de 2005 (dois mil e cinco) que diz que aquela área é área urbana, essa lei foi atropelada pelo Plano Diretor da época. Fui buscar junto a câmara de vereadores um mapa da minha região, o mapa da minha região diz que aquela minha área ali é uma APL, porém no site da prefeitura tá como o APP, esse mapa é um mapa que foi aprovado na câmara de vereadores, por *link* no site é outro. Então eu venho aqui falar que realmente senhores, é imprescindível a revisão do zoneamento, áreas estão deixando de ser produtivas, o comércio que vocês querem descentralizar precisa do zoneamento adequado ao longo da SC 401 (quatrocentos e um) se não vai concentrar e as pessoas vão ter que ir para o centro e vim do centro para cá. E é isso que eu vim pedir então, que se faça essa revisão do zoneamento sim e urgente. Muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agrade e diz: agradecemos, antes da Sinara falar, eu vou chamar os próximos 4 (quatro) tá? Gabriela Moss Lelis, Clóvis Uchoa, Fernando César Demetri e Cássio Xerém Neto. Pode falar **Sra. Sinara Machado de Costa**, por 2 (dois) minutos. Boa noite, boa noite para a mesa. Eu estou aqui representando, eu sou síndica do Edifício San Domenico, do centro aqui de Canasvieiras e eu estou representando a preocupação maior do pessoal do prédio, é que eu estou imersa na ilicitude desde (...) a 5 (cinco) anos, porque várias propriedades ao redor do prédio resolveram construir de maneira clandestina ilícita e contra o plano diretor. E essa administração da prefeitura que se encontra, que tá de administrando, ela vem modificando leis como por exemplo a lei 374 (trezentos e setenta e quatro) que tá no site da Prefeitura, o que que diz essa lei? Ela foi modificado o ano passado 2021 (dois mil e vinte e um) tá e diz o seguinte, ela torna passível de legalização as obras clandestinas ilícitas do município de Florianópolis desde que pronta até dezembro de 2020 (dois mil e vinte), então o que que aconteceu? Essas diversas obras que foram construídas ilícitas em torno do prédio, elas prejudicaram o prédio entendeu, e o que que veio a resolver? A gente tem preocupação com quem está conduzindo essa alteração do plano diretor, será que quem está conduzindo essa alteração, ele também não vai dar prioridade para o ilícito como foi dado nessas duas ocasiões alterando essa lei e proporcionando o ilícito. Porque foi feita essa lei, essa lei foi modificada em 21 (vinte e um) e também em 17 (dezessete), tornando todas essas obras ilícitas passíveis de ser legalizadas, incluindo dando habite-se para obras que não estão dentro do plano diretor, foi como um tapa no plano diretor. Então a gente tem preocupação como que isso vai ser conduzido não vai ser conduzido para um grupo de pessoas essa alteração? O que que a sociedade ganha, o que que a sociedade ganha quando o ilícito... a prioridade é o ilícito como foi



possível verificar com a alteração dessas duas leis. Eu agradeço. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga diz: nós que agradecemos, **Sra. Gabriela Hoss Lellis**, por 2 (dois) minutos. Boa noite eu vim aqui falar com vocês como moradora de Jurerê, e também, como arquiteta. Inclusive se eu tivesse entregado esse caderno na minha matéria de Urbanismo, eu levaria um 10 (dez) nas diretrizes e zero na proposta, porque ela é pobríssima, ela não entrega nada, falta tudo, e como eu vou falar especificamente de Jurerê. Jurerê é um bairro consolidado em grande maioria, com casas unifamiliares, de dois pavimentos e com essa outorga onerosa de dois pavimentos nós vamos ter então prédios. Infelizmente, Jurerê, apesar de todo poder aquisitivo que se reúne nesse bairro, nós não temos infraestrutura suficiente. A maioria das casas ainda possui fossa séptica, nós não temos conexão com o sistema de esgoto, e além de o esgoto acabar chegando à praia. Nós Ainda temos lugares impróprios durante o ano, que só resolvem com as marés. Realmente nós esperamos as marés durante o verão, e Jurerê não é acessível. Nós não temos calçadas, os prédios que estão sendo construídos agora não estão sendo adequados a calçada, nós não temos nenhuma acessibilidade para quem tem cadeira de rodas, que passeia com o seu bebê no carrinho, anda pela rua, isso é absurdo. Jurerê não tem o mínimo, não temos a maioria dos pontos de ônibus não tem abrigo. O nosso posto de saúde, eu já tentei atender lá ele e é somente para grávidas e bebês de colo. Então nós não temos um Posto Saúde, agora que conseguimos conquistar uma escola, mas assim, isso tratando como se todos os moradores lá fossem ricos, que conseguiram acessar essas outras necessidades em outros bairros. E assim, qual é o interesse realmente de adensar o bairro? Apenas das grandes construtoras, não tem nenhuma razão de colocar mais pessoas lá, mais donos de apartamentos. Por que as pessoas não residem lá, elas apenas compram os apartamentos e alugam na temporada, então nós somos poucos moradores. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga diz: Muito obrigado pela sua manifestação. **Sr. Clóvis Uchoa**, por 2 (dois) minutos. Boa noite a todos eu sou morador aqui de Canajurê, da Tertuliano Brito e eu vou colocar dois assuntos aqui que na realidade são dois pedidos, assim com total urgência. O primeiro pedido (...) Eu também, só para os senhores saberem, eu também sou Presidente do Conselho aqui da Escola Básica Municipal Osmar Cunha, e essa escola no passado, há uns 4 (quatro) anos, era uma coisa horrível aqui, as paredes caindo, a gente teve que ir a televisão enfim, e graças a Deus, a prefeitura se manifestou, fez um projeto maravilhoso. Hoje a gente tem uma Escola Modelo, não é sensacional? Toda equipada, não é a toa que hoje os senhores estão aqui desfrutando desse ambiente maravilhoso, que eu agradeço em nome de todos. Foi uma obra de espetacular, só tem que tem um porém, da noite para o dia isso aqui pode ser invadido por vândalos e ladrões. Há 1 (um) ano que essa escola foi entregue e a gente vem pedindo, de diversas maneiras e nós não estamos sendo atendidos, não existe uma mínima segurança aqui, os nossos vigias que estavam aqui anteriormente, antes da escola ser reformada, foram alocados em outra escola, na Virgílio, e nós ficamos a ver navio, ficamos sem ninguém aqui. Já houve invasão de mendigo,





já se encontraram pessoas aqui usando o banheiro que não pertencem à escola. Enfim, falta muito pouco para acontecer uma invasão e levar isso tudo que vocês estão vendo aqui ó... som, ar condicionado, aparelhos, vão levar tudo isso que custou muito caro. Então o que tá acontecendo? Porque que nós não estamos com segurança aqui na escola? Esse é o primeiro pedido, por favor, resolvam isso urgente. A gente recebe as respostas dizendo que está em licitação, pelo amor de Deus. Isso não é para tá em licitação, isso é para ser resolvido, mas ok. O outro assunto, que já foi bastante abordado, eu vou ser bem rápido, precisamos ter um hospital aqui na Norte da Ilha, o bairro dos Ingleses é o maior bairro de Florianópolis, e não tem um hospital, todo mundo tem que se deslocar para o centro. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama Fernando Cesar, que pediu retirada da fala. Antes de chamar o próximo então eu vou chamar os próximos 4 (quatro): Maurício Burtet, Max Guimarães, Volmar Bez, Alvoní José Conti. Pode falar **Sr. Calil Cheren Netto**. Olá, eu gostaria(...) eu tenho um apartamento aqui no Águas do Norte, aqui em Jurerê. Esse apartamento ele tá situado na Rua Cheren quase próximo a César Nascimento. Eu queria fazer um pedido em especial, em especial, ao Prefeito e os vereadores e todo mundo que possa da Prefeitura fiscalizar. Eu trabalho há 41 (quarenta e um) anos no ramo imobiliário. Tenho Imobiliária. Eu acredito que, quando se facilita que se dá uma concessão, uma outorga, é para beneficiar a cidade, beneficiar os moradores. Eu acredito que muitos elementos que saíram para parte de turismo, nessas coisas, eles não tiveram a destinação que foi dado no alvará. Então, eu acho que nós temos um problema de fiscalização e eu gostaria que o Prefeito pudesse; desculpa eu fazer esse pedido para o senhor; que quando o senhor sair daqui, o senhor passe na Rua César Nascimento (...) o senhor possivelmente é um homem que conhece o mundo todo, como o senhor. Eu vejo que as construções que estão fazendo, essa fazenda (***) tem um prédio de 4 (quatro) andares liberar um prédio com 2 (dois) pavimentos a mais e querer que aquilo incentivo ao turismo. Que isso vai melhorar a qualidade de vida das pessoas. Não vai melhorar, não vai ser bom turista, não vai ser bom para o morador. Peço para vocês, encarecidamente, as pessoas que estão pagando outorga, acho que outorga tem que vir em benefício da comunidade; em benefício nosso. Eu acho que as Alamedas, elas são espaços da comunidade. E isso, nós temos que olhar. Eu peço que vocês fiscalizem, porque eu acredito hoje, que tá sendo liberado a pessoa não vai ter condições de construir ali, se ela não usar a alameda. Vocês têm que olhar, por exemplo a construção que se libera subsolo. Como é que vai liberar um subsolo, ali mesmo, o cara vai continuar pagando outorga, não vai prejudicar os outros. E, por último, ainda porque eu vi um secretário, respeitosamente ele falou: quem tem dinheiro? tem muita gente que as suas economias é aplica seu dinheiro na praia. Quanto gaúcho, muito carioca, muito paulista que vieram para cá agora. Eles vêm em busca de qualidade vida. Então, ia pedir para vocês que fiscalizar isso aí. Eu vejo que muita coisa que está sendo feito não tá dando a destinação que era para (***), ao invés de agregar valor, vai prejudicar todos nós. muito obrigado desculpa (***) O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama **Sr.**





Maurício Buttet, 2 (dois) minutos. Boa noite a todos, eu sou arquiteto e urbanista, fico bem feliz que uma jovem recém-formada, também arquiteta, tenha vindo se comunicar e prestar seu depoimento. A minha referência é em relação a alguns clientes, que a gente tem a 30 (trinta) anos, trabalhando na ilha, sobre áreas de APP, e se vai haver algum tipo de compensação, porque essas pessoas pagam IPTU e não podem usar. Eu acho isso bem importante, não sei se isso foi citado ou não, pode ter passado a AVL já foi bastante comentado, e em relação ao gabarito, ao acréscimo de área construída, eu acho que a proposta é interessante, porém ressalto, conforme falou o Vereador Renato, que tem que existir estrutura, infraestrutura. Eu sou arquiteto e urbanista a 30 (trinta) anos e tudo que a gente não vê acontecer, é essa preocupação. Então, por gentileza senhores, vereadores, encaminhem esse assunto, porque é impossível de se faça uma obra de 8 (oito) pavimentos e 10 (dez) mil metros quadrados e, se tenha tratamento de fossa filtro e sumidouro no terreno, nós estamos demolindo a nossa praia, nós estamos demolindo nosso manancial. Se não puder enterrar o subsolo, permitam que se faça mais um pavimento pilotis. Não contaminemos nosso subsolo. Essa é minha contribuição, é o que eu tenho de falar. Já foram bastante, não quero me prolongar. Muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama **Sr. Volmar Bez**, 2 (dois) minutos. Então, boa noite. Eu sou morador de Rua dos Chernes e venho manifestar nossa preocupação com as alamedas de Jurerê. O IPUF, creio que de maneir inadequadamente considera 51 alamedas em Jurerê; quando na verdade, alguma uma boa parte dessas são apenas passagens para praia. Alamedas efetivamente são aquelas no quadrilátero entre a Maurício Sirotsky, a Algas, César Nascimento e a Rua dos Búzios. São 32 (trinta e dois) alamedas. Cada uma com 2.000 (dois mil) metros quadrados. E a particularidade é que os prédios, as edificações, as casas são vizinhas, são em cima da alameda. Então qualquer uso que seja diferente de uma área de lazer estreita vai comprometer muito o sossego, a qualidade de vida dos moradores do entorno. E a nossa preocupação passa por que a uma proposta de alteração do artigo 58 (cinquenta oito) do Plano Diretor que propõe o uso para ambientes comunitários, educacionais, de cultura, turísticos, comerciais, de serviço de segurança. Se essa proposta for aprovada vai poder tudo, qualquer coisa. Aí tudo que não se terá é a área de lazer passar teremos até qualquer outra coisa que não seja verde e lazer essa nossa preocupação. Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama diz que ele pode continuar. O Sr. Volmar encerrou sua fala. Desta feita, Sr. Carlos lembra que as inscrições ainda estão abertas. Nós vamos até as 20h45min. E, aproveita para chamar os próximos 4 (quatro): Antônio Leal, Divo Tirloni, Carlos Fernando Cruz e Marcelo Lopes Coutinho ou Tamara Fernandes, os dois? O próximo **Sr. Alvoní José Conti**, pode falar. O senhor tem 2 minutos para falar. Boa noite a todos, a mesa já nominada. Eu queria falar alguns aspectos que já foram comentados aqui. Foi falado da compensação onerosa, mas sobre a infraestrutura e saneamento, onde está sendo feita a compensação onerosa, também não vi comentários onde está sendo feita melhorias. Eu sou morador de Jurerê e tenho presenciado inúmeras vezes a questão de tubulação de



esgoto entupida e a dificuldade para os moradores sem estrutura para deslocar os seus dejetos. É complicado. E uma outra situação das outorgas de novos empreendimentos, também com essa questão de infraestrutura e saneamento, faltando no nosso no nosso entendimento, e a questão de novas edificações, sem que tenha um laudo cautelar e de vizinhança. Nós estamos morando, daqui a pouquinho tem um empreendimento do nosso lado, como um senhor já levantou aqui, e a gente não tem conhecimento e não tem onde buscar essa informação. Então a gente é tomado de surpresa, muitas vezes como tá acontecendo agora, e a gente não tem como fazer. O que nós estamos fazendo um laudo cautelar para tentar saber o que vai ser construído ali naquele local. A outra questão também que foi levantado sobre as questões das alamedas. As alamedas são áreas de lazer, que são aproveitadas pelos moradores em geral, mas a edificação que está sendo construída, extremante da alameda, ela pode invadir a área da alameda? Ela pode usar área da alameda enquanto a edificação ficar pronta? A gente não conseguiu encontrar essa resposta. No nosso entendimento, não pode. A alameda é uma área de lazer e tem que ser preservada. Muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga diz: nós que agradecemos e passa a palavra para o Sr. **Antônio Carlos Leal**, 2 (dois) minutos. Boa noite a todos. Eu nunca tinha participado de uma Audiência Pública, mas, eu falei para os colegas quando nós estamos vindo para cá, eu disse assim: eu tenho certeza que vamos dar uma, algumas voltas e vamos terminar em subir mais andares dos prédios e, foi exatamente o que eu ouvi. Então, essa questão de adensamento não é que nada mais é do que liberar mais prédios, com mais altura. Se nós fossemos fazer uma pesquisa aqui, que eu não vou ter tempo, mas eu diria que é uma minoria dos presentes aqui que querem saber de adensamento. Porque nós estamos satisfeitos com as alturas que já temos e não queremos mais sombra para nós, para nossa vizinhança. Aqui assim, que eu penso então isso, eu acho que é do interesse de uma minoria de empresas querer construir mais um andar. A nossa rede de esgoto, eu moro em Jurerê, também na Rua dos Chernes, que tem uma saída esgoto e que já está saturada. Nós, do prédio, que tivemos que desentupir pois a CASAN demorando muito para vir, saturando subindo esgoto para cima dos prédios, banheiros começando a extravasar. Nós tivemos que, através do nosso funcionário, desentupir a rede que a rede foi feita para casas; é uma rede de 20 (vinte) cm de diâmetro e agora tá cheio de prédio, imagina com mais andares?! A rede viária também está saturada. E o que que acontece, medidas simples que poderiam ser adotadas de imediato, não é, não são adotadas. Por exemplo, a Avenida dos Búzios, ela é duplicada até um trecho dela, chega na Avenida das Algas até a Sirotsky, ela tem toda a largura já sem nenhuma construção, não precisa desapropriar nenhum 1 (um) centímetro (***) não é duplicada o trânsito ali no verão fica caótico. Tem 3 (três) ruas entre a Búzios e Dourados que estão, não estão abertas, deveria estar aberta ocupado por moradores, as alamedas obstruídas, e é isso. Mais ciclovias no bairro também, que eu acho que é uma coisa, nós somos um bairro plano, ali fazer círculo ciclovia circundando o



bairro, minha sugestão. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga a chama o **Sr. Dilvo Tirloni, representando o Instituto Liberal Dias Velho, por 5** (cinco) minutos. Boa noite a todos, eu na verdade pensei que podia entregar o documento. Eu fiz, nós temos aqui o nosso Movimento Liberal produzido esse trabalho, juntamente com apoio do Wesley (***)). Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga informa que pode protocolar via consulta pública. Sr. Dilvo retoma dizendo, perdão (...) nós depois vamos protocolar isso no Pró-cidadão. Mas, eu queria trazer aqui uma visão liberal do Plano Diretor, no sentido de que eu vi aqui todos os que me antecederam falando nos interesses próprios. Eu quero dizer que estou aqui falando e nome das pessoas que precisam de renda e geração de empregos. E, é para essas pessoas, na minha visão, que o Plano Diretor deve ser concebido. Neste sentido, nós entendemos que cabe uma série de medidas agora, até simples, dentro do Plano Diretor. Eu acho que o atual Plano Diretor é muito complexo, prolixo e muito limitador da geração de empregos. Ele é hostil aos investidores. Nós precisamos ter uma cidade parceira dos investidores e não ser hostis aos investidores. Essa é a nossa visão e nesse sentido eu quero dizer, eu ouço de vez em quando falar de que a nossa cidade vai afundar porque no máximo no máximo 700 (setentos) mil pessoas Talvez um 1.0000 (um milhão) eu quero dizer que isso é uma fraude cometida por muita gente, inclusive intelectualizada. Só na mentira porque senão, se compararmos a nossa cidade, o nosso município, que tem 675 km quadrado com Singapura que tem 719 (setecentos e dezenove), por 6% (seis por cento) a mais, Lá, em Singapura, que é uma Ilha igual a nossa lá, cabe hoje, hoje, estão morando lá 5 (cinco) milhões de habitantes. Já estão aterrando uma parte da ilha para recepcionar mais ou menos 5 (cinco) milhões, portanto, eles querem 10 (dez) milhões de habitantes em Singapura. Porque que nós aqui temos que limitar em um 1 (um) milhão de pessoas. Absolutamente, porque que nós devemos ficar refém da CASAN? Hah! não se pode fazer isso ou aquilo. Porque nós não temos saneamento básico? saneamento básico, porque nós somos vítimas da CASAN, que é uma empresa estadual, que não presta os serviços que devia prestar, não investe o que ela contratou com município. E os vereadores que estão aqui são também responsáveis por essa iniquidade da CASAN. É muito fácil vir aqui ... então nós, não podemos parar a cidade por causa da CASAN. Não podemos parar cidade porque não temos transporte. Nós temos transporte, basta apenas que nós inserimos novos modais. Porque não transporte marítimo? Porque que está demorando tanto para o problema do transporte marítimo? Qual o problema do teleférico? Então, isso tudo é possível de ser feito e o Plano Diretor ele tá aí para dizer que isso é possível. Agora, presta atenção numa coisa: a nossa cidade, do Pântano do Sul aqui a Praia Brava, nós temos uma extensão aí, em que eu gostaria de ver vocês como é que está sendo ocupado hoje?! Por que muita gente pensa o seguinte, ao Plano Diretor tem que cuidar do meio ambiente. Peraí, o meio ambiente já tem muitas leis para cuidar disso; eu vou dar um exemplo para vocês, eu vou dar um exemplo. Quem conhece aqui o Código Florestal ? Acho que todo mundo conhece. Quem estuda sabe o que que é o Código Florestal. Então, eu vou dizer para você seguir o Código

Florestal. Se nós pegar o nosso mapa e começar a pintar ele de vermelho, que não pode não pode ! As faixas marginais, as faixas marginais e todas as bacias hidrográficas, pinta de vermelho. Depois pinta de vermelho todo, até 30 (trinta) metros, depois pinta de vermelho todos os entornos das Lagoas, mais 30 (trinta) metros. Pinta de vermelho também, temos aqui, as outras áreas, já tá no final, restingas, encostas etc. Vocês vão ver depois, ainda temos as unidades de conservação, pinta de vermelho. Também pinta de vermelho unidades conservação federal, estadual e municipal. Depois vocês podem pintar de vermelho também as fortalezas, os entornos (****) e, o que sobrou 30% (trinta por cento). O resto tudo é vermelho. Porque não agora nesses 30% (trinta por cento) que é o azul não construir em toda essa, nossa proposta, em todos os distritos edifícios de até 6 (seis) andares em qualquer distrito 6 (seis) andares e com contribuição social o dobro (...) O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga a chama o **Sr. Carlos Fernando Cruz**, representante da ACIF, por 5 (cinco) minutos. Boa noite meus amigos de Canasvieiras, eu sou Carlos Fernando Cruz, eu nasci em Florianópolis, criado em Florianópolis. Meu pai comprou um terreno em 1970, aqui em Canasvieiras. Em 1972, a casa ficou pronta e eu fiquei nascendo e criado aqui também em Canasvieiras. Desde lá, eu pude observar, tanto em Canasvieiras, como norte da ilha, as mudanças que nós tivemos. Grandes avanços, coisas importantes, melhorias que nós tivemos, porém tantas outras que nós ainda temos que melhorar. Além de voluntários da ACIF, somos voluntários também como Diretor Regional da Canasvieiras da ACIF. A nossa Associação Empresarial de 107 (cento e sete) anos, que ao longo desse tempo sempre esteve ao lado da cidade, sempre colaborando para o desenvolvimento de Florianópolis. Pensamos na coletividade, na organização da sociedade civil e, é por isso que acreditamos no associativismo. Juntos podemos fazer uma cidade cada vez melhor. Pensamos nesse conceito de centralidades urbanas, com desenvolvimento sustentável, geração de oportunidades, emprego, renda, em uma cidade, e um bairro, que possamos viver, trabalhar, estudar, ter acesso à saúde, ter o nosso lazer e no caso de Canasvieiras, integrar tecnologia e turismo. Nessa configuração já temos 50% (cinquenta por cento) do território da Ilha totalmente preservados. São áreas de APP, metade da nossa Ilha, 23% (vinte e três) são áreas urbanas, 6% (seis por cento) corpo hídricos, rios, lagos e 21% (vinte e um por cento) então, áreas mais sensíveis APLs. Portanto, a cidade está preparada para ter a capacidade de suporte, para crescer, para se desenvolver de maneira ordenada. Como morador de Canasvieiras, como morador de Florianópolis, e expressando o posicionamento da ACIF, somos favoráveis pela aprovação, na integralidade desse projeto de revisão do plano diretor que está sendo encaminhado, Vou abrir aspas aqui para o filósofo Voltaire: "posso não concordar nada, com nada, com o que você diz, mas defenderei até a morte pelo direito de dizer." Por isso parabenizamos a Prefeitura Municipal de Florianópolis, por oportunizar esse espaço, de forma democrática, para que a população possa se manifestar livremente. Aliás é com a participação minha, sua, de cada um de nós, que podemos fazer uma Florianópolis cada vez melhor. Nós que amamos



Canasvieiras, amamos Florianópolis, queremos e trabalhamos sim, pelo seu desenvolvimento. Todos nós juntos. Podemos e vamos fazer isso. Juntos somos mais fortes e vamos continuar a colaborar para pulsar e prosperar Florianópolis. Forte abraço e Viva Floripa. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece. Marcelo me permita, vou chamar os próximos 4 (quatro), Henrique Jacinto de Oliveira, representando Associação Clube 12 de agosto, Ailson Antônio Coelho, representante da UFECO, Cristian Pimenta Becker, representante dos Movimento ODS de SC Comitê da Ilha, Michelangelo Vargas. **Sr. Marcelo Lopes Coutinho Fernandes**, pode falar, 2 (dois) minutos. Boa noite a todos, minha esposa eu somos corretores e arquitetos, aqui em Florianópolis, e minha esposa manezinha, moramos aqui em Canasvieiras, e quando nós chegamos, nós estávamos na Câmara de Vereadores, em uma reunião da Câmara de Vereadores, eu achei que os colegas vereadores já estavam aqui representando a Câmara e os seus colegas, e que todos os nossos vereadores participassem do plano diretor, de conversas com plano diretor, afinal de contas eu nunca vi o prefeito numa reunião do plano diretor, e eu quero lhe parabenizar, pela sua iniciativa de estar aqui conosco, nessa conversa e, nas outras, que eu soube que o senhor vai participar. Então, todo respeito eu escutar aqui, representantes que a gente elege, para dizer que Florianópolis não tem Minha Casa Minha Vida. Vou citar só três: três CEPAG, Vargem Grande, tenho vários amigos que moram ali, Tríplíce Vargem Bom Jesus, vários amigos, mais de mil apartamentos Minha Casa Minha Vida, aqui no nosso entorno, NR na Vargem Pequena. A gente não tá aqui para ouvir mentira. Gente, não conhece a cidade pelo amor de Deus, pelo amor de Deus, são Minha Casa Minha Vida, aprovada pela Caixa Econômica Federal e, eu vendo Minha Casa Minha Vida dessas construtoras. A gente precisa entender que, e o colega falou, muitos falaram bem aqui, a Prefeitura não gera receita ela precisa da iniciativa privada para gerar receita, então porque não fazer isso de forma inteligente? Eu acredito que, evidente que o plano não é o ideal, mas parabeno a maneira com que ele tá sendo conduzido. O que é que tá sendo feito. Essa revisão é extremamente inteligente e já foi programada. Sinto só a falta da presença do Ministério Público aqui, para não haver contestações depois, mas nós precisamos destravar o sistema. A iniciativa privada precisa trabalhar para gerar emprego, é um absurdo a nossa cidade turística não ter um teleférico e eu ter que sair daqui, com parentes com amigos, que vem visitar, para ir para Balneário Camboriú, para gastar R\$ 500 (quinhentos) no teleférico. Uma brincadeira e sai todo mundo feliz. Então, muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga chama o **Sr. Henrique Jacinto de Oliveira**, por 5 (cinco) minutos, representando a Associação do Clube Doze de Agosto. Boa noite a todos, eu quero aqui cumprimentar a todos aqui presentes em nome de três Associados: Coronel Araújo Gomes, Patrícia filha da minha prima e ao Calil que me antecedeu. Eu estou aqui representando o Clube 12, na condição de Presidente, que estou até maio de 2019 (dois mil e dezenove). O Clube 12 (doze) este ano estará fazendo 150 (cento e cinquenta) anos. No dia 12 (doze) de Agosto. Uma história que para muitos aqui na cidade, muito linda.



É evidente que os clubes sociais, com decorrer do tempo, eles passaram por dificuldades. E muitos tiveram que fazer permutas. Trocas de terrenos por construções em suas sedes. Assim como aconteceu com o Lira, aconteceu com Paula Ramos e o Clube 12 (doze) não. O Clube 12 (doze), em 2018 (dois mil e dezoito), ele desligou do quadro social, 8 (oito) mil associados aproximadamente. Hoje estamos com 440 (quatrocentos e quarenta) associados adimplentes. Então a dificuldade é muito grande, e tem surgido propostas, que seriam soluções para resolver o problema do clube. Uma delas, foi a sede do centro, que infelizmente, viemos recebendo muitas críticas, na situação em que se encontra. Tentamos tudo, tudo que foi possível para resolver o problema, inclusive com contrato assinado a 2 (dois) anos com Angeloni mas, houve desistência por fatores que aqui não vem dizer. Agora em relação a sede de Jurerê, que é uma sede muito visada, principalmente, por construtores. Temos recebido propostas, mas os associados entendem que aquilo lá não pode em hipótese alguma ser vendido. Eu jamais levaria essa proposta, até que num passado não muito distante tivemos problemas. A grande questão é em relação, eu até quero tirar essa dúvida, eu vim até meio que forçado, que a área de Jurerê do Clube 12 (doze) de Agosto, ela se tornaria uma área verde, só que o Clube 12 (doze) é uma associação com fins esportivos. Nós estamos resgatando essa finalidade. As quadras de tênis estavam abandonadas. Hoje estão lá funcionando. Estamos terceirizando. Estamos construindo agora, nós não, parceiros, construindo quatro quadras de *beach tennis*, duas cobertas e duas descobertas. Coqueiros, cinco quadras de *beach tennis*. O tênis terceirizado, academia terceirizada. Então, hoje os clubes praticamente sobrevivem de parceiros. Então viemos pedir aqui, aí vamos apresentar propostas, com a finalidade de quê, que a área verde é interesse dos associados em preservar. Isso daí não tenham dúvida, e aquilo lá é muito lindo, muito, muito. Então há o interesse de preservar. É evidente que nós temos que atender aos interesses dos associados. Muita gente crítica, nós temos lá um camping, mas muita gente critica lá os trailers. Jurerê só não foi vendido ainda, agradeço aso campistas, que qualquer movimento em termos de negociação, eles se mexem. Eu tenho lá na minha sala, um catálogo, um dia poderia, quem tiver interesse, à presidência não está mais no centro, está em Coqueiros, onde tudo acontece, e Jurerê, o Coronel sabe disso, então ali um projeto de um resort para Jurerê. Hoje aquilo ali seria um resort e não, o associado não teria mais direito. Resort a coisa mais linda, tem lá catalogado, tanto que quem apresentou a proposta na época, renunciaram o conselho, porque não foi aprovado. Então o que eu quero pedir é que haja possibilidade de o Clube 12 (doze), dentro da área de Jurerê, ele possa realmente, voltado para sua atividade, possa construir, para que possamos atrair mais associados. Porque infelizmente nós já tivemos uma arrecadação, Clube 12 quem conhece sabe da história, maior do que muitos municípios. 8 (oito) mil associados, mais seus dependentes, já gerava em torno de 25.000 (vinte e cinco mil) associados. Hoje reduzida a 434 (quatrocentos e trinta e quatro) associados, e hoje o clube para poder sobreviver, depende da terceirização de serviços. Então é isso, vamos apresentar proposta, queremos

tirar essa dúvida, e eu peço, encarecidamente, que futuramente, quando tenhamos uma proposta para a sede do centro, que possa ser atendida, porque não é o que nós queremos ver, o cartão postal da Hercílio Luz, que hoje nós vimos. Infelizmente aqui lá, é deprimente, é deprimente. Então eu peço a Prefeitura que possa nos ajudar nesse sentido. Obrigado. Tá bom. Agradeço. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga diz, nos que agradecemos e chamamos o **Sr. Ailson Antônio Coelho, representando União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO**, por 5 (cinco) minutos. (***) Sr Carlos Leonardo da Costa Alvarenga informa que é só avisar que está faltando 15 (quinze) minutos para encerrar as inscrições. Sr. Ailson retoma a fala: Boa noite a todos boa noite a todos, boa noite Dinho, já cumprimento a mesa complementando Vereador Dinho. Bom, tanta coisa para tá falando. Então, pelo menos 22 (vinte e dois) anos debatendo uma cidade, queremos uma cidade que precisamos para viver. Então, muita coisa para falar, 5 (cinco) minutos talvez não dê, mas nós vamos lá. Bom, primeiro eu quero começar a minha fala demistificando um ponto muito importante aqui para vocês. Estão gostando dessa audiência pública? Estão gostando de vir aqui? De ouvir, de falar, contribuir? Estão gostando? Mas, isso não é graças a prefeitura. Se não é graças ao IPUF, isso não é graças a uma boa quantidade de vereadores que não votaram a ideia projeto do prefeito (***) natal (***) início do ano tentaram passar essa força e esse plano. Alguns vereadores, advogados e pessoas afim, entraram na justiça e conseguimos barrar esse absurdo antidemocrático. Algum tempo parado e, finalmente saiu, que é o que nós temos hoje. E poderia ser melhor, porque o TAC, as sugestões que nós fizemos, muita coisa ficou fora e nós precisamos conhecer também quem estava a favor disso. Aqui veio ACIF, não sei se veio a CDL, eles estavam a favor daquele plano colocado pelo prefeito. Não precisaria debate, o que estava escrito já tava bom. (***) satisfazer a necessidade de todos nós aqui, certo? Algum acrescentam também amanhã como se tivesse preocupado com Floripa, né?! Sustentável como se tivesse preocupado com a sustentabilidade da cidade. Também aprovavam esse projeto meio a “guela a baixo”, sem discussão, certo? Então, quero dizer para vocês que nós não somos contra. Nós somos a favor, sim. Mas não há discussão de uma cidade para todos, para poucos, certo? E quando a mídia pede, aí, depois vocês vão ver as propostas, mas como a gente tá esperando o Plano Diretor como nascimento de um filho, uma coisa construída democrática, parece que jogaram o filho fora tão trabalhando com a placenta, certo? A coisa já vem errada desde o início. São várias leis, são várias normas, são várias coisas, que não são respeitadas na construção desse plano. Então, vamos lá. Em alguns pontos gente, a gente trabalha com habitação, já que tão falando aqui tanto em habitação. O que que a Prefeitura tem de programa habitacional? Se eu não me engano foi o próprio Mittmann, diante da pandemia, aqui no colégio do lado do TICAN, apresentou o absurdo do valor que tem para Política de Habitação do município em 2018 (dois mil e dezoito. Nós temos 20 (vinte) mil pessoas inscritas esperando casas. Que dê o projeto? De lá para cá, antes da pandemia. Foi no curso o próprio funcionário da prefeitura falou que nós não tínhamos uma conta



adequada, desde o governo Cesar Souza. Uma conta adequada para captar dinheiro para investir na habilitação. Será que para isso precisa fazer Plano Diretor? ou falta vontade política, certo?! Questão de saneamento, ótimo. As pessoas são bem-vindas, a maioria dos meus amigos são gaúchos. Boa noite Gaúchos, certo!? E aí, eles podem vir, mas o que que a gente tem de oferecer para eles? Como é que tá o sistema de esgoto? Não tá dando conta gente, porque nós temos aí, na verdade, olha aqui, o nosso Rio, aqui, o Rio do Brás, né! Falamos da questão econômica. Dependendo da praia, muita gente aí gente vive do trabalho na praia, cadeira de praia, vendendo as coisas na praia e passa até a metade do ano, né?! Para mim não esquecer, outra coisa que eu lembrei agora, em relação habitação fala que, se ele ficar, nós vamos ter chance de comprar alguns apartamentos, terrenos, questão de redução de valores, gente eu vou falar aqui com assalariado: que ganha até 3 (três) salários mínimos, o Prefeito daqui, lá ele ofereceu 3% (três por cento). Gente, por trabalhador da prefeitura, quanto é que tá a inflação mesmo? Gente quem ganha 3 (três) salário mínimo tá quase tendo que vender o almoço pra comprar a janta. A gente vai ter dinheiro para comprar apartamentos mais simples. Não tem, não tem, não tem política para nossa gente, para a população realmente mais simples, certo?! Sapiens Park, esse baita terreno aqui 40.00000 (quarenta milhões) metros quadrados, na última reunião que eu participei, o diretor disse que iria privatizar a área. entendeu o interesse ali gente que era para 20 (vinte) a 30 (trinta) mil empregos, ele ofereceu mil empregos. Tecnologia que era para ser investidas nas escolas ao redor, não está sendo investido. Nós temos que trabalhar nessa gurizada (***) a gente tem que dar emprego para eles lá dentro, não para oferecer cafezinho, garagista, essas coisas. Gente vamos abrir os olhos, vamos exigir uma Audiência Pública, um Plano Diretor realmente popular e para nós para todos, hoje. Viva Floripa. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece a fala e passa a palavra para o **Sr. Christian Pimenta Becker, representando o movimento ODS SC/Comitê da Ilha, 5** (cinco) minutos. Muito boa noite a todos, sejam todos bem-vindos a nossa consulta pública, nessa plenária que descentraliza a tomada de decisões um Plano Diretor. Quero saudar o Excelentíssimo Prefeito Topázio, saudando Vossa Excelência cumprimento as demais autoridades. Vejo no olhar de cada um do senhor, das senhoras a esperança e a mobilização, porque essa cidade, ela é uma das principais capitais do país; onde estilo turístico inteligente que está sobre a liderança do Prefeito Topázio e, todos os atos da administração pública, todas as ações do governo; elas não são pautadas numa decisão do Prefeito. Ela é descentralizada pelo Parlamento, pela Câmara de Vereadores. E, os vereadores estão também no intuito de fiscalizar um orçamento, de votar um plano plurianual, que nada mais é do que as diretrizes estratégicas de uma previsão das infraestruturas que cidades vão ter durante os 4 (quatro) anos. Então, quando nós falamos Prefeito, em captar recursos de organismos internacionais, quando o plano diretor alinha sua agenda de 2030 (dois mil e trinta) como uma meta. Foi numa agenda na FECAM - Federação das Associações de Municípios, consórcios públicos de Santa Catarina, que houve um acordo Cidades 20:30 (vinte e trinta), onde o Prefeito Topázio é signatário



da plataforma do Programa Cidades Sustentáveis, a capital de Florianópolis, acessível a qualquer um dos senhores pelo seu celular. Pesquise o que é a plataforma do Programa Cidades Sustentáveis. Todos esses indicadores que estão sendo pautados aqui, saneamento básico, ligação de rede de água, cada metro cúbico de saneamento vai ser comemorado. Nós precisamos trabalhar a perda de água potável, também, mas isso não se dá sozinho, as emendas parlamentares, atuação dos vereadores, coloca na prática uma estação de tratamento de esgoto e aqui, estão os vereadores para demonstrar o seu comprometimento. E, tenho certeza, tenho convicção Prefeito Topázio, dei a minha contribuição para o município fomentando o Programa Cidades Sustentáveis, porque ele vai dar um soft no banco de indicadores de dados abertos. Nós vamos captar recursos de organismos internacionais, quem dos Senhores dúvida ou sabe a dimensão o anseio na responsabilidade que o prefeito Topázio tem?! Olhem o quê Santa Catarina representa para o mundo? Olhem os investimentos, os recursos que vão ser disponibilizados para cá! Então, esse planejamento, essa tomada de decisão, essa mobilização, passa por cada um. Eu fico lisonjeado Prefeito de ver as pessoas que estão aqui comprometidas dedicando o seu tempo e não pensem os senhores que vocês não são importantes! O gabinete do Prefeito tá com as portas abertas. Cada secretário de município que tá aqui, recebe as demandas da comunidade. Os vereadores recebem, lá. Mas, nós estamos descentralizando a tomada de decisão. É importante, que cada um de nós assumir o seu papel, tem o seu protagonismo. Estou morando em Canasvieiras, aqui na Rua Madre Maria Vilac, preocupado com a questão da preservação ambiental, dos equipamentos turísticos, da mobilidade sustentável. Santa Catarina tem exemplos importantes para dar carro elétrico, já tá na (***) , segurança pública, a mobilidade sustentável, o ciclo turismo traz recursos internacionais e dá um exemplo bem prático. Quem viveu a pandemia viu o problema que foi o desenvolvimento econômico e a geração de empregos, a atração e a permanência dos empreendedores. Quem passou por ele, enfrentou os fenômenos climáticos severos, que nós não conseguimos medir força mais com a natureza. Mas, esse olhar, essa atenção que cada um, ou que cada um dos cidadãos tá tendo aqui, representando a sociedade, vai gerar reflexos, sim! Acredito Prefeito, ou não é esse movimento?! Quero ajudar no que for possível e agradeço a oportunidade de estar presente aqui, em uma profícua reunião. Que todas as plenárias tenham essa mesma participação e, não existem não, existem usar um instrumento de gestão, formalizar um documento, não precisa ir lá na Câmara de Vereador. O que tá requerendo o cidadão, liga para Prefeitura, Liga para ouvidoria, fala com servidor, seu quadro, a sua função, é direito! O serviço público está sendo prestado e o Prefeito Topázio está aqui para dar sua contribuição, a sua presença aqui é o que marca esse encontro hoje, e os vereadores também, então fica minha admiração e respeito a todos, muito boa noite, muito obrigado. Antes da fala dos Sr. Michelangelo Valgas, vou chamar os próximos 4: Vereador Maicon Costa, Sérgio Rodrigues da Costa, Marina Caixeta dos Santos, Rui Alcides da Costa. Pode falar o **Sr. Michelangelo Valgas**, por 5 (cinco) minutos, representando o **Conselho Comunitário do**



Córrego Grande. Boa noite a todos para eu não me perder eu fiz um texto e vou ler. Começo minha fala lendo uma parte do hino de Florianópolis: “num pedacinho de terra, beleza sem par, jamais a natureza reuniu tanta beleza, jamais algum poeta teve tanto para cantar” Essas belezas naturais, as quais o Alvim mencionou no seu poema, tem sido um dos maiores atrativos turísticos em nosso município. Mas, o Plano Diretor que a Prefeitura de Florianópolis quer aprovar amplia ainda mais a possibilidade de avanços urbanos em áreas naturais, sendo que muitas delas estão protegidas por leis federais. Para quem ainda não sabe em 2018 (dois mil e dezoito) na Lei Orgânica de nosso município tornou a natureza como um sujeito de direitos. Mas não é o direito de ficar calada, até porque, a própria natureza vem nos dizendo todos os dias que tem muita coisa errada. Tão errada, como a poluição da Lagoa da Conceição. Permitam-me mencionar mais uma parte do hino de Florianópolis: “Tua lagoa formosa ternura de rosa poema ao luar, cristal onde a lua vaidosa, sestrosa, dengosa vem se espelhar”. Essa Lagoa que em 25 (vinte e cinco) de janeiro de 2021 (dois mil e vinte um) foi palco do rompimento da barreira da CASAN e despejou uma quantidade de poluentes e destruiu a moradia de vários moradores, que até hoje sofrem reflexo desse episódio catastrófico. Essa Lagoa, onde muitas pessoas pescam, mas que levam para suas casas animais que estão contaminados e conseqüentemente, também se contaminam. Essa Lagoa que apresenta plaquinhas e impróprias para banho com odor desagradável por está altamente poluída, ou seja, não temos mais a Lagoa Formosa e muito menos Cristal. Assim, como na Lagoa, aqui em Canasvieiras também tem poluentes sendo lançados diretamente no mar tomemos como exemplo o Rio do Brás está altamente contaminado lançando essa contaminação para o mar. Agora no dia 29 (vinte e nove) de junho, o IMA Instituto do meio ambiente divulgou um relatório onde várias praias de Florianópolis apresentaram pontos impróprios para banho devido à poluição. Nesse mesmo estudo, à Beira-mar Norte está imprópria para banho. Até aí nenhuma surpresa, né?! A beira-mar está imprópria para banho. Mas o ex-prefeito Gean, que gastou um valor astronômico lá, dizendo que até iria dar um mergulho lá na Beira-mar Norte, eu tô esperando esse mergulho. O que é Prefeitura apurou em seus estudos para querer (***) a população se hoje, se quer dar conta de atender as necessidades da população que aqui já reside? Não tem nenhum estudo por parte da Prefeitura da capacidade de suporte de Florianópolis. Somos um município em que sua maior água se encontra em uma ilha; por aí já um limite geográfico, bem delimitado, que precisa ser levado em consideração. Como atender a toda a população que já vive nessa ilha e vive diariamente com congestionamentos? com uma malha viária que já não comporta o fluxo de veículos que circulam diariamente pelo município, e que agrava ainda mais no período da temporada? Lembrem que Florianópolis é uma cidade turística? A falta de água é uma outra constante, principalmente para as pessoas que moram em áreas mais elevadas e; que se agrava ainda mais também na alta temporada. Muitas casas não tem caixa d'água. Convém lembrarmos que a rede elétrica existente está defasada, cheia de instabilidade provocando a queima de diversos equipamentos elétricos. O bairro onde eu





moro, o Córrego Grande é o campeão em relação a isso. Relembrar é viver, em outubro de 2003 (dois mil e três), Florianópolis e viveu-se o maior apagão ficando 55 (cinquenta e cinco) horas sem energia elétrica. Sim, mais de 2 (dois) dias sem energia elétrica. Isso, porque nós importamos nossa energia, mas nada disso está sendo levado em consideração pela Prefeitura. Onde estão os estudos que dão suporte para o despautério de ampliar os gabaritos para promover o adensamento populacional? Não existe, pois essa proposta é a única e exclusivamente para atender as necessidades da construção civil. Diga-se passagem, setor este que financiou algumas campanhas eleitorais. As pessoas ficam chocadas quando há uma reportagem de um *container* de lixo que chegou de um determinado lugar do planeta, em um porto brasileiro. Pois bem, nós fazemos todos os dias, somos uma das capitais que mais produz lixo por habitante e, somente 10% (dez por cento) dele vai para o processo de reciclagem e o restante 90% (noventa por cento) exportamos para o município de Biguaçu. Não fica horrorizado com essa situação? O aterro de Biguaçu, e se um dia a cidade de Biguaçu saturar para onde vai o lixo de Florianópolis? Outro aspecto importante a ressaltar a ineficiência do transporte público de Florianópolis no sistema integrado que não entrega. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o **Sr. MaiKon Costa (Vereador)**, 5 Cinco) minutos. Cumprimentar aqui o Alex, Alexandre Félix, do Campeche, meu amigo e todos os valorosos profissionais do IPUF, cumprimentar o Dinho e assim cumprimento os demais vereadores e no nome do Prefeito Topázio, cumprimento também, todos os presentes. Senhores e senhoras, eu membro do Partido Liberal, um liberal convicto, que tenho desobstruído legislações no Município de Florianópolis, venho propor mais leis, eu tenho combatido leis inócuas, eu quero dizer aqui, quero trazer uma citação de Winston Churchill: “que a maior lição da vida é que às vezes, até os idiotas tem razão” e nós só estamos aqui, Vereador Marquito, porque os vereadores do PSOL entraram com MS, e eles que precisam ser parabenizados pelo fato de hoje nós estarmos aqui. Eu sei que a prefeitura vive um novo momento. Topázio tem uma postura completamente diferente do Prefeito Gean Loureiro, inclusive foi no distrito de Ribeirão da Ilha, está aqui, e acredito que estará em todas as outras reuniões. Mas não é a ele e nem a ninguém que se deve parabenizar por esse momento aqui. Nós precisamos reconhecer até aqueles que nós temos diferenças ideológicas. Fazendo esse prefácio, Vereador Marquito, eu quero dizer que mais uma vez nós estamos fazendo um processo de discussão, no afogadilho, de maneira completamente equivocada e eu vou continuar na minha linha de raciocínio, na linha que eu trouxe no distrito do Ribeirão da Ilha, meu querido distrito Ribeirão da Ilha, onde minha avó era parteira, bisavó Mariazinha. Da mesma forma Canasvieiras, teve sua constituição de espaço datado de 6 (seis) de janeiro, não é a data específica, mas, é onde a Gênese, é nós temos a gênese do início da constituição do distrito de Canasvieiras. 6 (seis) de janeiro de 1747 (mil setecentos e quarenta e sete) com a chegada dos açorianos, que depois ficaram em quarentena e desembarcaram em 22 (vinte e dois) de fevereiro, desembarcaram e foram distribuídos, pelas freguesias desse município. E hoje nós temos uma





concepção espacial desproporcional para a discussão desse plano diretor. Eu quero citar aqui o Ratonês, o Ratonês vai ter o mesmo tempo de discussão que Canasvieiras vai ter, tendo Jurerê dentro do distrito, tendo uma condição populacional muito maior e inclusive, e vai ter o mesmo tempo para discutir esse assunto. Tá equivocado, quem aqui já jogou aquele joguinho do War? Quem? Levanta a mão para mim aqui. Os continentes eles têm, proporções diferentes, precisam de tempos diferentes para discutir, para serem discutidos e nós temos 13 (treze) audiências proporcionais em distritos, que são diferentes nos seus tamanhos, diferentes na sua geografia, diferentes nas suas dimensões e nós precisamos urgentemente, de uma revisão distrital, antes da revisão do plano diretor. Nós estamos construindo a casa pelo telhado. Primeiro se discute a revisão dos distritos. As freguesias já não representam de fato a conurbação dessa cidade. Vamos discutir Canasvieiras sem discutir Cachoeira do Bom Jesus que está ao lado. É o mesmo distrito praticamente. Então nós precisamos urgentemente uma revisão dos distritos. Porque datam de 1747 (mil e setecentos e quarenta e sete). Precisamos dar um F5, atualizar, tem um outro dado também, que aí se menospreza o que tá aqui inclusive no elemento trazido pelo IPUF, que fala que sobre o IBGE. Sobre os dados do IBGE do ano de 2010 (dois mil e dez). Para quem não sabe o IBGE faria a revisão do Censo em 2020 (dois mil e vinte), não fez por causa da pandemia. Nós vamos fazer a revisão do plano diretor sem o Censo. Nós vamos dar a benzetacil antes do diagnóstico do médico, sem o raio-x antes, sem a ressonância magnética. Nós precisamos dos dados do IBGE, Prefeito, tem que dar uma puxada no freio de mão, inclusive o senhor vai ser o primeiro a participar do censo. Participou lá com o superintendente Roberto. Então nós precisamos desses dados que nós não sabemos se é ou não é, nós estamos atirando no escuro. Para que a pressa? Ninguém disse aqui que nós não precisamos da revisão do plano diretor. Precisamos, precisamos trabalhar a Mário Lacombe, que nós estivemos lá Vereador Renato, a rua do skate, a João de Barro tá esperando a revisão do plano diretor, nessa região muita gente tá esperando a revisão do plano diretor. Mas nós precisamos fazer isso de maneira ordenada e o Distrito de Canasvieiras, merece respeito porque tem Jurerê tem a região de Canasvieiras, tem toda uma região vasta, que precisa ser fracionada nesse processo de discussão. Para finalizar senhoras e senhores, eu quero citar uma adaptação da frase do Almirante Barroso na guerra do Paraguai da batalha do Riachuelo "Florianópolis espera que cada um de nós se cumpra o seu dever" Muito obrigado. O Sr. Carlos Alvarenga diz: nós que agradecemos vereador. Na sequência, o Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o **Sr. Sérgio Rodrigues da Costa**, representante Associação dos Proprietários Jurerê Internacional, 5 minutos. Boa noite a todos, boa noite Prefeito e demais integrantes da mesa. Nós gostaríamos que, Senhor Prefeito, que fosse realmente revista, vamos ver o número de audiências, nós colocamos isso na reunião do Conselho da Cidade na segunda-feira, solicitando mais audiência no nosso Distrito e também protocolos oficialmente junto ao IPUF essa semana. Então, eu acho que é muito interessante fazer mais audiências públicas como essa, permitindo que

os moradores da Praia do Forte. Foi colocado aqui só tem uma pessoa morador Jurerê Tradicional, Internacional e da Daniela. Para que possam participar das audiências públicas é o deslocamento é difícil, eu mesmo tive dificuldade de estacionar o meu veículo, tive que estacionar 5 (cinco) quadras de distância. Nós daremos todo suporte de local, né; toda a estrutura necessária para realizar outra audiência pública. Que é muito interessante. Nós queremos de fato discutir, participar da revisão do Plano Diretor. Bom a nossa posição aqui, nessa audiência é renovar nossa solicitação e inúmeras solicitações que fizemos desde 2016 (dois mil e dezesseis); quando foi aventada a revisão do Plano Diretor, né. Através da apreciação pública da minuta do projeto do Plano Diretor, nosso protocolando de fevereiro de 2022 (dois mil e vinte e dois), as nossas considerações com base na lei anti projeto apresentado de 2021 (dois mil e vinte um). Agora vamos ter um novo projeto e nós gostaríamos, eu não vou ler o documento que trouxemos para não me estender. Eu gostei muito da manifestação de dois moradores Jurerê Tradicional que fizeram claramente o diagnóstico do nosso bairro. Nós também nos colocamos à disposição de apresentar para os técnicos do IPUF a realidade a nossa realidade Jurerê Tradicional. Jurerê Internacional é um exemplo de planejamento urbanístico de organização. Organização onde o mapa de zoneamento é bem definido. Onde é residencial, onde era a mista, de serviço, comercia, área turística, onde é BVL, área verde, área de APP, tudo bem definido. Todos vocês conhecem Jurerê Internacional; exemplos de planejamento urbanístico. Outra questão muito especial porque ele se mantém até hoje; porque nós o empreendedor temos o cuidado na sua implantação de criar cláusula restritivas, ou seja, o primeiro comprador do imóvel, eles pactuam é um contrato de compra e venda, ele assina pelas condições ele comprou aquele móvel. Naquelas condições a área residencial, vai ser para uso exclusivo unifamiliar; 2 (dois) pavimentos ele assina que vale, o vizinho também assina, todos pactuam. Inclusive o Supremo Tribunal de Justiça ele reconhece isso como uma norma piso; você não pode fazer essa alteração ao tirar.do zonamento. Hoje Jurerê internacional, principalmente nas áreas residenciais, certamente vai ter um imbróglgio jurídico muito grande, que eu acho que precisamos discutir melhor essa questão. Por isso que eu, a nossa proposição, que se coloque no anteprojeto de lei que vai ser construído de forma bem clara, as condições restritivas; que certamente teremos muitos problemas por causa por que é um bairro. Eu não sei se os outros bairros tem essa restrição. Essa verbação de matrícula inclusive na época o próprio loteamento foi registrado nessa condição da Prefeitura e o empreendedor com muito cuidado, vamos ver o foi averbado na região norte. Vemos um caso de um vendedor que comprou um terreno, dois terrenos e na unificação ele tirou a decisão de matrícula se juntam Registro de Imóveis, e deu imbróglgio jurídico e quase que o cartório perdeu a concessão. Tem que voltar com as restrições urbanísticas porque ali você não pode, eu compro um terreno com tua minha casa em vista, os meus investimentos pessoais para morar, ter qualidade de vida e o meu vizinho altera aquele pacto que ele fez. Isso passa a ser um estelionato. Outra coisa o gabarito nós também gostaríamos que fosse mantido



Jurerê

gabarito, porque até um conjunto planejamento urbanístico da Internacional, ele trouxe um conjunto de organismos (***) arquitetos e urbanistas devem reconhecer isso. Você alterar de 4 (quatro) pavimentos para 6 (seis) pavimentos como foi colocado aqui no artigo tem um artigo aqui do plano atual diretor a aqui [30 segundos para finalizar] (...) Bom, nós queremos manter o gabarito. A questão do suporte a capacidade de suporte, realmente (***) nosso sistema é isolado não é CASAN, 40% do nosso bairro não tem rede de esgoto e onde tem precisa de fossa séptica. Então essa capacidade é muito importante ser analisado previamente a concessão de novos alvarás. Nós temos várias questões para colocar, inclusive na área ambiental (***) ter muito cuidado (...). Terminada a fala do Sr. Sérgio, o Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama a **Sra. Marina Caixeta dos Santos**, representando a Coletiva do Bem Viver. Boa noite a todos e todas. Boa noite a mesa, na figura do Prefeito Topázio, cumprimento as demais autoridades aqui presentes. Meu nome é Marina, eu estou como vereadora do mandato coletivo, Coletivo Bem Viver, na câmara de vereadores, e eu gostaria de começar a minha fala registrando um pouco do processo. Apesar de que já foi bastante falado isso disso aqui, eu vou passar por isso breve mente, mas eu acho importante fazer o registro de que todo esse processo começou, no “pacotaço”, ano, passando então pela audiência pública que aconteceu na ALESC e, o mandato de segurança que a bancada do PSOL impetrou, e foi acatada pelo Judiciário, que nos trouxe até o processo que estamos aqui como bem disse o vereador Maikon Costa, que me antecedeu. Esse processo só aconteceu, está acontecendo na marra, ele é participativo e está acontecendo, dessa forma, porque ele passou por um processo judicial. Quero então falar um pouco sobre o que eu consideraria que seria o ideal para esse processo. Essas audiências que são promovidas pelo poder executivo, deveriam ter a prerrogativa de elaborar as diretrizes que vão chegar, na elaboração da minuta que o poder executivo tem essa prerrogativa de elaborar. Junto com essas audiências públicas a gente poderia ter oficinas comunitárias, que explicam para a população, o que é um plano diretor, para que ele serve, de que forma ele é elaborado. Esse é um conteúdo, que não é de fácil apreensão pela maior parte das pessoas, precisa de curso superior para entender o que significa. Isso muitas vezes. Eu estudei um tempo de Engenharia Civil na Universidade Federal e, muitos dos meus colegas não sabem como se elabora um plano diretor porque realmente, não é ensinado na universidade. Então, imagina que muitos engenheiros civis, não sabem como é esse processo. Porque ele se dá dentro do âmbito legal, dentro do âmbito político e, muitas vezes, as pessoas não sabem. Então porque a gente não tem oficinas comunitárias que explicam esse processo para a população? Que ajudam nessa elaboração? Por que a gente não tem debates que colocam em discussão dois projetos diferentes de cidades, que a população pode trazer? Porque o que a gente tá fazendo aqui é uma discussão em cima de um projeto de cidade, que já está estabelecido, que já foi apresentado para a gente, como se fosse o ideal. Mas ele traz consigo muita carga, que também é ideológica, é colocada muito a peixa da ideologia e quem vem aqui para apresentar um projeto diferente, sem entender que o que





está sendo apresentado para a gente, também traz consigo essa carga. Também representa um grupo específico da população. Quando a gente discute por exemplo as centralidades, elas são interessantes, elas são uma solução urbanística que faz sentido mas, se ela não é feita pensando na inclusão da população, na inclusão social das pessoas que trabalham naquela centralidade, que não tem condições de adquirir um imóvel por centenas de milhares de reais, ou que não tem condições de pagar muitos milhares de reais em aluguel, nós todos sabemos qual é o valor dos aluguéis aqui na cidade, essa solução da centralidade acaba causando o efeito contrário, acaba expulsando daquele lugar as pessoas que não têm condições de adquirir os seus móveis ou de pagar esses aluguéis, causando um efeito de criação de periferias, de favelização Talvez seja um elemento Rio de Janeiro, daquele Projeto Cingapura, que foi citado mais cedo. E eu convido todo mundo, depois jogar ali no Google: Poluição em Cingapura, só para vocês terem uma ideia de como as coisas estão por ali. A gente precisa ter incluído nesse plano diretor, áreas que são específicas para habitação de interesse social, de verdade não só Minha Casa Minha Vida, faixa 2. Existe uma faixa para pessoas que realmente precisam, que não tem condições de adquirir um imóvel mesmo. E isso não tem, isso realmente não tem, então após a elaboração dessas diretrizes que seriam feitas nesse momento aqui, elaboraria-se a minuta, que seria levada a câmara de vereadores, que também tem a prerrogativa de chamamento de audiências públicas e que aí poderíamos fazer o que estamos fazendo aqui agora. Que é discutir um projeto, fazer correções, propor alterações. A gente não tem uma minuta aqui, mas a gente tá discutindo em cima de um projeto que está apresentado para gente, que nós não tivemos muitas condições de participar da elaboração dessas diretrizes. Como últimas considerações eu queria dizer que, o plano que está vigente hoje, ele também foi construído após um processo muito truculento e, o que a gente tá vivendo hoje é a consequência desse processo que a gente está passando novamente. É um plano diretor problemático, que não dá respostas para os problemas reais, enfim, eu queria fazer uma citação mas não vou ter tempo, muito obrigada. O Sr. Sérgio, o Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga salienta que, antes da fala do Rui, vai chamar os próximos 4 (quatro): Danilo Rodrigues Dantas, Narbal Ataliba Marcelino, Vereador Marquito e José Wilson de Oliveira Taveira. (***) não existe ação de ordem de fala somente inscrição mesmo. **Sr. Rui Alcides** pode falar por 2 (dois). Eu gostaria, Sr. Carlos Alvarenga, antes de disparar o meu tempo eu gostaria de fazer uma pergunta. Tudo o que está sendo feito aqui, está sendo gravado? O Sr. Carlos Alvarenga responde: Sim, e a ata estará sendo disponibilizada em 3 (três) dias úteis no site da Prefeitura. Sr. Rui, agradece, porque eu vi o Prefeito ali fazendo anotações, parabéns. A fala que mesmo que antecedeu foi bem interessante, porque falou de uma coisa que o que eu queria mesmo falar, eu vou escrever e colocar lá no onde você (***) me pareceu interessante o que o vereador Maicon e a pessoa que me antecedeu falaram aqui, o vereador dizendo uma coisa bem simples, parece que nós estamos construindo uma casa pelo telhado. Eu tenho um afilhado chamado Jackson Andrade Silva, que quando a coisa tá muito



enrolada e eu digo para ele assim: “meu filho você tá querendo operar hemorroida pela boca, tá?!” me parece que na verdade nessa situação é bem isso, o Plano Diretor que, pelo que o Vereador Renato falou é bem simples. Nós temos um exemplo bem simples na Avenida Hercílio Luz, onde está o Clube doze até Maternidade Carlos Correia fizeram aquele paredão e; aquele paredão ali, ele durante muito tempo; olha uma coisa que tá aí nos livros acadêmicos, né?! Nós temos hoje uma situação de meio ambiente que a gente chama de ilha de calor, que se você for em frente da Catedral e medir a temperatura ali, a temperatura é uma. E, se for na Hercílio Luz a temperatura é menor e por que menor? Porque se fez um paredão e, todos vocês provavelmente conhecem que, vai dali do Clube 12 (doze) até a Carlos Correia, que durante, ali, no período da tarde 15 (quinze) horas mais ou menos 16 (dezesesseis) horas oferece um cone de sombra que vai até a Mauro Ramo; daí você não consegue fazer nada. Sabe o que é isso? É uma loucura, é a verticalização da cidade (***) na verdade o que o que queria pedir a vocês é que por favor não deixe a Ilha ficar fria, salvamos ela daquele estaleiro do Rei (***), salvamos a ponta do coral, pelo amor de Deus. Encaminhando o processo da Audiência, o Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o **Sr. Danilo Rodrigues Dantas**, por 2 (dois) minutos. Olá boa noite a todos, estamos aqui falando sobre infraestrutura, crescimento da cidade. Eu moro aqui na Vargem Grande, que hoje em dia é chamado de Vargem de Fora. Se eu falar um nome assim: Papaquara, vocês vão me olhar diferente, porque é um lugar que todo mundo tem medo. Onde tá a infraestrutura para aquele bairro aqui? Da Vargem Grande? A gente, nem mal chove, crianças você vê andar na água de esgoto, entendeu, você vê mãe de família perder tudo dentro de casa. Somos abandonados pela Prefeitura. Hoje é o melhor dia da minha vida. De eu estar aqui mostrando meu rosto para vocês com toda dignidade. Sou um trabalhador e eu creio que a partir do momento que eu falei aqui, todo vocês ficaram com uma impressão mais ou menos negativa por causa do lugar. Tem muitas pessoas boas lá, mas a Prefeitura, falta de infraestrutura para lá. E só fala em crescer. Desejamos que a cidade cresça, mas que nós também sejamos olhados, seja representado, que nós pagamos impostos também, pagamos IPTU, taxa de lixo, já tivemos ajuda da AMOCAM, com o Cleber, que está aqui. Várias vezes famílias passando fome e eu fui pedir cesta básica. Então precisa mais auxílio, porque não adianta crescer a cidade e não ter auxílio para aquelas crianças, ter um esporte, alguma coisa, para elas crescerem juntos, serem pessoas dignas. Porque cresce com infraestrutura, mas a dignidade daquelas crianças, fica lá, porque são estruturadas por outras pessoas que (...) gera uma cidade estilo Japão? Não Rio de Janeiro. A gente amamos a ilha, quando eu cheguei para cá, eu sou baiano, eu cheguei pra cá e chamava a capital pacata, porque não existia negócio de violência, a gente andava para cima e para baixo sem medo. E hoje em dia a gente tem até medo de sair na rua. Falta de que? Infraestrutura. Falta de apoio da Prefeitura. Eu encerro minhas palavras aqui e espero que, igual como está sendo filmado, que nós possamos ser ouvidos aqui, e ser olhado. Que daqui a 6 (seis) meses, seja um planejamento básico, para aquela água de esgoto não ficar na rua.



Quem for hoje lá, é água, de esgoto na rua o dia todo, um mal cheiro. Quem é digno de viver em cima de uma água de esgoto? Obrigado a todos. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama para expressar sua fala o **Sr. Narbal Ataliba Marcelino, representando a Associação dos Proprietários Moradores e Amigos do Balneário de Jurerê**, com 5 (cinco) minutos. Boa noite a todos. A nossa Associação tem como motivação principal as alamedas de Jurerê. Já foi feito aqui uma apresentação principal. O que nos motiva é que são 32 (trinta e duas) quadras, com 18 (dezoito) lotes e uma alameda central. Essas alamedas tem 15 (quinze) metros de largura. E, é isso (***) que distingue das outras alamedas de Jurerê (***), Nó, vamos falar de um assunto das alamedas pois o zoneamento atua define estas alamedas como áreas verdes de lazer. E temos um loteamento onde esta área verde é distribuída uniformemente em todos os lotes. Isso é verdadeiramente peculiar, e tem que ser, digamos assim, ressaltado. Ela tende, toda a área de lazer que é exigida tanto (***) estadual, como municipal também. O que a gente quer é disciplinar esse tipo de uso do espaço público, evitando o uso particular ou exclusivo. A maioria dos moradores tem manifestado a importância da manutenção dessas áreas desta forma. Foi citado aqui ou alteração do artigo 58 (cinquenta e oito) (***) 57(cinquenta e sete) definir, muito claramente, que são espaços urbanos ao ar livre, de domínio público, que se destina uma prática de atividades de lazer e recreação, privilegiando quando seja possível, a criação e preservação da cobertura vegetal. Evidente que essa preservação de cobertura vegetal é um pouco distinta de preservação da Mata Atlântida. Ela exige um empenho maior do poder público e o envolvimento maior dos moradores. E, é nisso que nós temos trabalhado no entanto o IPUF e a FLORAM. A gente procurou os dois órgãos e insistiu nessa ideia de que nós podemos ter áreas verdes exemplares assim como, nosso projeto mentor, que foi projetado por Oscar Niemeyer da década de 60, e que, tem uma área verde que a legislação de hoje exige, nós temos que ter isso como exemplo a semelhança do Jurerê internacional, que tem o seu orgulho a partir de 80 (oitenta) e, pouco nós, temos esse orgulho anterior, né?! Então, apesar de tudo isso o IPUF e FLORAM estão fazendo adoções desde 2016 (dois mil e dezesseis) e entregando-a os empresários para que eles revitalizem as alamedas. Não chamo de revitalização, no entanto, esse próprio termo de ajuste que eles combinam tá escrito: o seguinte as benfeitorias efetuadas pela adotante não poderão em nenhuma circunstância modificar a natureza do uso e gozo da área pública adotada, como igualmente não vai gerar nenhum ressarcimento futuro. Então, aí que nós estamos insistindo porque em 2016 (dois mil e dezesseis) o IPUF aprova e autoriza a transformação da área verde, nessa paisagem que é fácil de perceber que deixa de ser área verde. Em 2016/2017 (dois mil e dezesseis/dois mil e dezessete), em 2018 (dois mil e dezoito), uma segunda alameda é concedida e a área verde se transforma. Para quem conhece Jurerê sabe disso. E, é isso que nossos Associados tem me passado como maior reclamação, que ela passa a ser um espaço calçado. Se fosse preciso ter essas duas praças que foram feitas. Para isso nós temos dois lotes lá (***) que a prefeitura nunca usou, nunca aproveitou. Esses dois

lotes estão lá disponíveis. Então, o que a gente quer registrar aqui é que em 2022 (dois mil e vinte e dois) a coisa continua. Nesse ritmo então, nós futuramente podemos pensar em 32 (trinta e dois) praças desse tipo aqui. Além disso, um cidadão fez o uso comercial da alameda. Quem é de lá conhece; ele chamou de café no primeiro momento, depois ele transformou em um restaurante e depois tem a música ao vivo no final de semana; entrando na madrugada. Então, a nossa preocupação nesse caso dessa transgressão é o sossego, a perturbação do sossego que é o problema que nós temos sofrido em decorrência desse relato que eu passei. Era isso, obrigado. Encerrada esta fala, O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o **Vereador Marquito**, por 5 (cinco) minutos. Queria inicialmente a cumprimentar todas as pessoas, que ainda permanecem aqui. Quero cumprimentar também o Prefeito Topázio Neto, que acompanha aqui essa audiência e todos os vereadores, todos as representações comunitárias, que estão aqui conosco, ouvindo esse espaço. Eu não vou me repetir, como foi colocado, eu faço uma saudação especial por a gente ter esse espaço hoje, de debate. Não haveria esse projeto, essa tentativa de alteração do plano diretor. Ela foi passada lá na Câmara, em janeiro de 2021 (dois mil e vinte e um) e por um voto não foi aprovada. Depois foi tentado novamente. Mas eu quero dizer, para todos e todas, que estão aqui trazendo suas demandas, suas necessidades, que nós já tivemos uma tentativa e um esforço, em resolver esses problemas que foram colocados onde, na verdade é uma APL e foi colocado como APP. Esses problemas de zoneamento, isso foi tentado apresentar a câmara, através de um projeto de lei que foi o 1715 (um mil e setecentos e quinze), que era um projeto construído com o conjunto das entidades, lá do Conselho da Cidade, com os técnicos do IPUF, técnicos da Prefeitura e, que tinha a intenção de resolver esses problemas e rebatimento de problemas reais e concretos com aquilo que tava de inconsistência no projeto. Esse projeto foi retirado da câmara, ele foi retirado. E por que foi retirado? Porque veio uma alteração, que tinha uma intencionalidade, que tá colocado aqui ainda. Que é olhar apenas para um setor. Acho que essa é uma questão que a gente tem que debater com qualidade. Apenas um setor, como muito bem foi colocada a partir, da diretriz ou da proposta de diretrizes, que é aumentar pavimentos e aumentar gabaritos. Eu tenho ouvido aqui atentamente e quero participar de todas, se Deus quiser vou participar de todas, a gente não ouve as outras áreas, outros setores, outras necessidades. O companheiro, o amigo, colega que vem aqui falando da Papaquara, é um relato o fundamental nesse sentido. A gente não ouve aqui o relato dos pescadores, que estão em Canasvieiras, que estão aqui em Canajurê, disputando espaço com as amplas embarcações, que conseguem ter livre acesso e, eles com dificuldade de sair com seu barco. A gente não vê como diretriz apresentada, uma proposta de transporte marítimo. Deveria apresentar como uma diretriz, colocada pontualmente. Neste distrito que foi apresentado, nós temos dois rios importantes: o rio do Braz e o Rio Ratores e o Papaquara e a gente não tem, não vê ele desenhado, como uma diretriz importante. Todo mundo tá vendo. Nós temos uma estação de tratamento de esgoto operado pela CASAN, com problemas terríveis, que traz

problemas centrais aqui para os moradores. Nós temos aqui um trabalho e um distrito que vive essencialmente hoje da atividade comercial e da atividade do Turismo e, a gente vê aí o tratamento que se dá para todos os trabalhadores, que trabalham na beira de praia, que trabalham nos hotéis, que trabalham na casa das pessoas. Essas pessoas trabalham o verão inteiro, juntam 30.000 (trinta mil) 25.000 (vinte e cinco mil) e compram um lote, em lugares que são parcelamento irregular. Porque a única condição que ela tem. Ela vai no banco e ela não consegue fazer um financiamento de uma casa, de um apartamento, de uma kitnet, legalmente com R\$25.000,00 R\$ 30.000,00, que ela trabalha durante todo o verão, durante todo o ano. Então o que eu quero dizer com isso é que: esses pontos que eu tô trazendo, são pontos necessários para que a gente faz um debate amplo. Eu venho defendendo, enquanto vereador, venho colocando enquanto Poder Legislativo, a garantia do amplo debate. E para isso eu acho que a gente precisa ampliar as oficinas temáticas. Elas são instrumentos importantes. Acredito que o prefeito tem se deparado com essa situação, a partir das audiências. Espero que tenha sensibilidade suficiente, porque senão, quando for para a Câmara de Vereadores, vai acontecer como aconteceu em 2014 (dois mil e quatorze) gente, foram mais de 600 (seiscentos) emendas na Câmara e ele desconfigura completamente o plano diretor. Isso é um problema, é um problema sério, porque vira um negócio de um corre-corre dentro da câmara e cada um vai lá, individualmente, tentar resolver o seu problema. E vira um Frankenstein que não resolve o problema urbanístico da cidade, não resolve problemas concretos da cidade. É muito ruim para toda cidade e para vocês, moradores, que querem resolver seus problemas. Eu sou um ambientalista, assim de essência e acho que a gente tem que defender isso, eu quero ver no plano diretor, diretriz para resolver isso, do saneamento. Seja lá de quem vive no Papaquara, seja para quem vive aqui na beira do mar. Então isso a gente precisa trazer para exibir. A minha proposta essencial é que a gente consiga fazer, além da audiência pública, que tá colocado aqui, também oficinas temáticas, e resolva os problemas concretos a partir dessas propostas que vem. É um grande momento Prefeito Topázio. É um grande momento a revisão e eu espero que a gente consiga avançar e não vire um Frankenstein lá na Câmara novamente. Obrigado. Sr. Carlos Alvarenga diz: nós que agradecemos vereador. Antes eu vou chamar os próximos 4 (quatro): Dolores Zagonel da Costa, Roberto de Santana (ele pediu a retirada), José Salatier Rodrigues, Everton Pinheiro e Carlos Leite. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o **Sr. José Wilson de Oliveira Taveira**, ponderando os 2(dois) minutos. Boa noite a todos boa noite da mesa eu quero fazer primeiro uma sugestão para o Plano Diretor, que primeiro se fala comunidade, depois a entidades e só depois os vereadores. Por que a comunidade é que sabe o problema que ela tem. O Vereador vem aqui do lado do centro, só interrompe, não tem encaminhamento no Plano Diretor. Eu tenho problema aqui do Canto do Lamim, porque botaram tudo como AVL. Como é que pode botar um bairro inteiro com uma AVL? Eu não conheço isso. Isso não existe. Eu já participei do Plano Diretor de outros municípios, fui candidato a vereador, vice-prefeito em outro município e, não pode ser assim. Se o



vereador vem aqui é ele o último a voltar, não importa. Tudo que a gente discutir aqui, tudo que a gente vai escutar aqui, que o Prefeito vai apresentar; os Vereador vão desconfigurar tudo. Então, eu proponho que na próxima na próxima Audiência Pública os vereadores seriam os últimos a falar. Porque tem que ouvir a comunidade, porque esse vem aqui é o primeiro a falar, vai embora entendeu? Aí, não ouvi nada, não sabe a necessidade da comunidade, não sabe o que tá faltando na comunidade, não sabe se falta um posto de saúde, não se falta um hospital, um ponto de ônibus. Não sabe se faltar nada; aí foi embora e chega lá, depois, ele que vai desconfigurar tudo o trabalho que o Prefeito fez; tá fazendo excelente trabalho. Tá aqui ouvindo nós até agora. Foi o primeiro a chegar, vai ser o último a sair; e os vereadores, nada contra eles; tem que ser os últimos também. Porque eles que vão ser os últimos a dizer como é que vai ficar o Plano Diretor e eles, na hora de votar que vão dizer que vai ter no plano: vai ter um pavimento a mais ou um pavimento ao menos; um hospital; uma praça. Assim não dá, eu respeito todos vereadores, eu acho que a senhora, eu tenho um problema no Canto do Lamim, eu vim aqui trazer o problema do bairro, o que não pode é uma pessoa sentar fazer um Plano Diretor, pegar um bairro inteiro botar AVL. Eu não conheço isso; não conheço. Eu já vi vários Planos Diretores, isso não existe, tá! E no mais era o que eu quero dizer para você, muito obrigado pelo espaço e dizer para você sim, como encaminhamento da próxima reunião, que a comunidade seja a primeira a ser ouvida, que só tem 2 (dois) minutos. Depois a entidades, que têm 5 (cinco) minutos e depois ouvir os vereadores, que têm 5 (cinco) minutos, e de preferência se possível botar eles no canto aparte (...) O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga sinaliza que acabou o tempo, passando a palavra para a **Sra. Dolores Zagonel da Costa**, 2 (dois) minutos. Boa noite a todos, e a minha proposta é a seguinte, olha só vim para melhorar. O nosso retorno da Várzea Grande, prometeram e nós estamos esperando até hoje. Porque vocês aqui de Canasvieiras, surge um problema de saúde, e vocês vão ter que ir até lá, fazer um retorno, para ir no posto ali. Então, nós gostaríamos de saber, qual é a solução para isso. Porque quando fizeram aquele projeto, botaram ali uma entrada. Agora sumiu. O outro probleminha aqui, que eu tenho falado, eu tenho ligado, procuro melhorar, porque aqui Canasvieiras é um turismo, vocês vivem do Turismo. Tem o direto do campo, que é aquele baita terrenão e botaram umas pedras, desse tamanho, se eu tivesse força eu ia tirar aquelas pedras de lá, porque... faz estacionamento. Porque não fazer um estacionamento? Tu quer ir no direto do campo, tu não tem um estacionamento. Outra coisa também, antigamente usavam tudo, depois cercaram tudo. Não sei porque. Do lado do supermercado Imperatriz, antigamente, os ônibus de turistas paravam ali. Sabe agora onde eles estão parando? Lá perto da Igreja Católica. Eu tenho uma amiga que mora ali perto, ela disse que no verão, é gente gritando, socorro, socorro. Claro, onde é que eu vão botar os ônibus? E ali é desocupado. Ah mais é do Governo. Que do Governo. É para a população. Guardar terreno ali, só cria mato. Vocês não acham certo gente? Por favor, vamos fazer isso. Outra coisa, todo ano eu ligo por causa das lixeiras. O ponto de ônibus eu tenho fotografia, que hoje eu fui para os ingleses, a sujeira, vocês



não fazem ideia. Eu reclamo, eu cheguei já ligar 8 vezes. Um manda para o outro. O que eles estão fazendo prefeitura? Então, por favor gente, vamos melhorar. Vocês querem o turismo, então vamos melhorar, se não, não sei não. Obrigada. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga informa que o Sr. Roberto Santana abre mão da sua fala. Agradece a fala da Sra. Dolores e chama o próximo, **Sr. José Salatier Rodrigues Pires**, sinalizando que ele possui 2 (dois) minutos. Boa noite a todos, boa noite a mesa. Agradeço a oportunidade aqui. Eu acho que é salutar que a gente esteja vivendo Plano Diretor. No mundo inteiro, principalmente cidades costeiras estão revendo seus planos diretores e no mundo inteiro a gente vê alta tecnologia. Uma cidade de alta tecnologia, de turismo, à questão de turismo e adensamento, basta olhar o que tá acontecendo no resto do mundo em relação a lugares de turismo, o adensamento é complicado; principalmente que você não tem infraestrutura. A segunda questão é a tecnologia. O mundo inteiro tá olhando nas cidades que são costeiras, olhando para o futuro. Temos que olhar para os próximos 30 (trinta) anos e verificar que a gente tá subindo o nível do mar em torno de 8 (oito) cm por ano e o que vai acontecer com a própria infraestrutura de água de esgoto e, das casas? se você não escolher o lugar que você quer passar para seus filhos agora, daqui 30 anos você vai escolher os lugares errados dentro dessa Ilha. Essa Ilha, ela não pode ser adensada, essa ainda tem que tomar muito cuidado porque, realmente se você olhar todos os modelos climáticos em relação ao nível do mar; em 2050 (dois mil e cinquenta) nós teremos boa parte desta Ilha debaixo da água. Todas as cidades costeiras estão planejando sua nova infraestrutura para o Futuro. Todas, pega Europa, pegue as principais cidades e verifique os planos diretores que estão sendo mudados. E nós, nesse plano não tá nem olhando para isso. Nem por que vai ser o nosso futuro amanhã em relação à água, esgoto, saneamento básico e etc; muito menos para daqui 30 (trinta) anos. Os planos diretores são norteadores de futuro. Eu não vejo nesse plano esse Norte; embora eu tenha lá as ODS. Fantástico, mas só colocar objetivo, desenvolvimento sustentável não significa que eu chegarei sustentável nesses objetivos para os próximos 20/30 (vinte/trinta) anos. Esse é um risco que todos nós corremos. Eu não quero que meus filhos, netos passem o problema que muita gente vai passar, por comprar terreno errado, casa errada, apartamento no lugar errado. Basta entrar em modelos, tem muitos modelos. Se você acredita que a Terra é plana, realmente a água vai escorrer. E, se você não acredita, olhe e pense muito bem antes de morar numa ilha, principalmente Ilhas. Obrigado. Na sequência, O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e passa a palavra para o **Sr. Everson Pinheiro Irignay**, 2 (dois) minutos. Boa noite a todos, boa noite a mesa, então, eu sou policial militar, eu trabalho em uma unidade de pacificação aqui em Florianópolis, que é da Vila União. Acho que o Coronel Araújo conhece bem, porque foi ele que implementou essa comunidade lá, e fez muito sucesso, porque a gente conseguiu reduzir a mortalidade de homicídios da Vila União, de 20 homicídios por ano para zero homicídios. Hoje ninguém morre e hoje ninguém mata dentro da Vila União. Certo. Mas o que eu vim falar para vocês aqui é sobre urbanização e sobre favelização. Dentro da Vila união, existe uma urbanização,



ela foi construída, tem rua tem, quadra, ela é bem dividida, já tem iluminação. Hoje ela hoje ela é muito bem vista dentro da comunidade, a polícia vai, a polícia se sente bem dentro da Vila União. Mas tem outras comunidades aqui, que surgem muitas favelas. Todo dia cresce o número de favelas absurdamente dentro de Florianópolis. Dentro de Florianópolis, cresce assustadoramente. Vocês não têm noção, do quanto barraco, que sai dentro de Florianópolis. E não é culpa das pessoas, elas têm de morar. O cara que te vende o pão, o cara que abastece o carro, o cara que ganha mal, ele tem que morar em algum lugar. Assim, eu tô aqui para dizer, que eu acho que dentro desse Plano Diretor, tem que se ter uma moradia ou pagamento de aluguel social, uma moradia que seja financiada pela prefeitura, ou que a pessoa consiga pagar com algum valor, porque assim não dá para ficar morando na favela, não dá para a polícia acabar com a favela. As pessoas têm que ter dignidade aqui dentro. E a polícia não quer entrar em uma favela para matar, não quer entrar dentro da favela para morrer. A dois meses atrás eu perdi um colega foi difícil e tomou 11 tiros e ele morreu. Então assim, deixou uma mãe, deixou uma filha e, eu não quero mais passar por isso. Eu não quero que ninguém mais morra dentro daqui. Porque que mora mal ou por que não tem infraestrutura, porque não tem moradia, aquele cara tem necessidade ou não é todo favelado que que vende droga. Não é todo policial que entra na favela para matar. A gente tem boas políticas aqui dentro. A Prefeitura sabe disso. O Prefeito já teve lá dentro da Vila União, ele sabe que pacificou a Vila União. O Coronel foi que implementou essa questão da pacificação. Então, só tenho que agradecer aqui gostaria que esse ponto de olhar para quem tem necessidade ou para quem precisa de onde morar, seja olhado e levado em consideração. OK . Sr. Carlos Alvarenga, agradece e registra seus sentimentos pelo amigo. Chama Carlos Leite e avisa que antes de sua fala vai chamar os próximos 4 (quatro): Marcos Aurélio, Lima Fernando Bragança Pires, Fernanda do Canto e Carla Mourão. Em seguida, passa a palavra para o **Sr. Carlos Leite, representando SINDUSCON**, com 5 minutos eu sou representante do Conselho da Cidade, já no segundo mandato e também representante no Conselho de Saneamento e no Conselho de Habitação de Interesse Social. Na Audiência Pública do Ribeirão, na quarta-feira, alguns assuntos que foram muito citados aqui, por exemplo, a questão da habitação de interesse social, no Conselho de Habitação de Interesse Social, no ano passado inclusive, fui relator do orçamento do fundo e eu não consegui relatar nada, porque não tinha verba para relatar. Aí, eu comentei isso na quarta-feira, já combinamos hoje, inclusive reforçado com Vereador Afrânio, Vereadora Carla e as Vereadoras do Coletivo falaram nessa questão. Nós temos que realmente achar uma solução para isso. Não dá para cobrar da Prefeitura que faça porque não tem verba. Hoje, se for olhar lá no lançamento não tem verba. Então, nós temos que achar uma solução para esse problema. O momento é muito propício, da mesma maneira que alguns anos atrás nas discussões aqui em Florianópolis, estavam centradas na questão ambiental; eu entendo que nesse momento, a grande discussão será em cima da questão da habitação de interesse social. Aqui na nossa cidade, não tenho dúvida e me coloco à



disposição, enquanto membro do Conselho da cidade, em quanto Engenheiro, enquanto Diretor do Desenvolvimento do SINDUSCOM, juntos construímos uma solução para esse problema. Embora, o nosso prazo possa ser para alguns (**), na realidade eu diria que esse prazo já vem ocorrendo há muito tempo. Há pelo menos 14 (quatorze), 15 (quinze) e 20 (vinte) anos. Então, na realidade, acho que tá chegando o momento de nós partirmos para as acabativas em relação a essa questão da habitação de interesse social. Além disso, aqui se falou muito na questão da APP não é zoneamento, se falou que a AVL em cima de área privada velha, em cima áreas de AVL de Jurerê e, isso é outro ponto que também tem que ser observado. Tem muita coisa errada no 482 (quatrocentos e oitenta e dois) não tem dúvida. O que nós temos que fazer está em cima do conteúdo que está sendo discutido, tentarmos achar uma solução até o final das Audiências Públicas, até o final da consulta pública; e mesmo durante o processo de discussão na Câmara de Vereadores existe uma vontade de fazer esse processo é rápido. Mas acho que o mais importante é fazer rápido e bem feito. E tem uma notícia muito alvissareira. Ontem na reunião do Conselho de Saneamento, pela primeira vez nesses anos todos apareceu finalmente algo inusitado. O Conselho da Cidade, o Conselho de Saneamento e o COMDEMA - Conselho de Meio Ambiente, vão trabalhar juntos na Política Municipal de Saneamento. A minuta que foi apresentada ontem para o Conselho de Saneamento me deixou muito feliz porque, o que que acontece: discute-se questões de construção aqui, discutir as questões treinamento lá, habitação de interesse social e não havia uma unicidade um Fórum de discussão organizado. E, essa minuta que foi apresentada ontem para mim me deixou muito satisfeito. Finalmente nós vamos poder começar a trabalhar de uma maneira integrada. Sobre essa questão, porque nós chegamos aqui hoje, foi falado lá na sobre essa questão, porque nós chegamos aqui tem sido falado hoje, foi falado lá na lá no Ribeirão. Eu vejo da seguinte maneira. Graças ao fato de nós somos uma democracia; não é com seus pesos e contrapesos. Isso mais estrutura: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder judiciário. Graças a essa estrutura democrática é que nós estamos aqui. Se tentou fazer alguma coisa no passado, mas os pesos e contrapesos da nossa democracia nos trouxeram aqui, não tem dúvida que é. Que pessoas motivaram esse, mas graças a essa democracia, nós chegamos aqui, muito obrigado e boa noite. Terminada a fala, o Sr. Carlos Alvarenga, agradece e chama o próximo a falar, **Sr. Marcos Aurélio**, por 2 (dois) minutos. Boa noite as autoridades que compõe a mesa, boa noite a todos e a todas. É a primeira vez que estou aqui. Eu sou aqui né eu vim aqui para comunicar que a sobre a questão da Rua Papaquara, eu fiz uma Área de Preservação com Uso Limitado de Encosta - APL em 2002/2012 (dois mil e dois/dois mil e doze) para extensão da Rua Papaquara; que até então, nesse momento não foi feita a extensão dessa rua para a legalização para botar água, esgoto, luz e, assim por diante. E também fica sempre alagando, esgoto ao céu aberto, para melhorar também infraestrutura. Também a questão da Rua Goiaba, também. Alí tem criança passando, pessoas que caminham; e ali não tem nenhuma calçada para segurança das pessoas. E hoje, nós também tá vendo aqui na



Vargem Grande. Ali fizeram a modificação da duplicação e quando fizer aquela via ali é ficou uma via só. Então o tempo de período, assim no verão fica muito carro, dá muito acidente, ali então. No horário de pico da muitos transtornos. Então, eu queria trazer isso aqui para vocês, para melhorar. Tu não falas também, sobre questões de infraestrutura e urbanização, questões também de ruas e casas para ver melhor isso aí, né! Agradeço a todos. Sr. Carlos Alvarenga diz: nós que agradecemos. E chama **Sr. Lima Fernando Bragança Perez**, representando Fórum da Cidade, com 5 (cinco) minutos. Muito boa noite, aqui em nome da mesa do Prefeito aqui presente, principalmente, os representantes, aqueles que lutaram por essa cidade, voluntariamente, a muitos anos. Eu particularmente, coordeno um livro com 50 (cinquenta) artigos, 75 (setenta e cinco) autores, 850 (oitocentos cinquenta) páginas a disposição, para relatar essa história. Pela minuta que saiu no ano passado, dizia na justificativa, que aquela minuta que foi feita, a um e a dois, se apoia no processo que começou em 2016 (dois mil e dezesseis). Isso foi uma falácia que me incomodou tanto, que eu parti para organizar um livro, que mostra a história real dessa cidade (...). Inclusive essa audiência pública surge e existe porque se cancelou e suspendeu a audiência pública do final do ano passado. Eu quero colocar a esses, meu destaque, meus parabéns aquilo. Foram horas e horas infindáveis, do núcleo gestor na época, no alto convocado também. E a Prefeitura que que é pago por nós não cumpre. A ponto dos seus técnicos, são obrigados a fazer uma declaração pública, porque eles participaram com a 1715 (mil setecentos e quinze), Vereador Marquito, e foram ignorados nas duas listas posteriores, feitos com a participação dos profissionais de carreira. O segundo problema que eu queria colocar aqui, ver o representante do SIDUSCON, já falei isso aí para Zena Becker, a segunda oportunidade que se perdeu. Na 1715 (mil setecentos e quinze), ali estava a verdadeira revisão de um plano diretor que foi feito em 2014 (dois mil e quatorze), na época eu era vereador, foi uma vergonha. Eu quero colocar a segunda questão foi nós perdemos a oportunidade de fazer um impacto nessa cidade. Metade estava chegando a um acordo, naquele outubro de 2017 (dois mil e dezessete) e o seu Prefeito e vice-prefeito atual, deu foi lá em Brasília para suspender um processo que a população e o setor Empresarial juntos, estavam chegando a um acordo, metade pelo menos concordamos que isso aqui é um *Frankstein*, o atual plano diretor. Mas se perdeu a oportunidade e se arrastou até hoje isso. Então, eu quero colocar aqui, que ali se perdeu a oportunidade de um pacto social (...) Eu quero agradecer aqui que deram 5 (cinco) minutos para o Fórum da Cidade. Eu estava preocupado que iam dar 2 (dois) minutos por que o Fórum da Cidade, que eu faço da coordenação, estou me retirando agora inclusive, ele faz 20 (vinte) anos. Ele articula várias entidades comunitárias. eu quero colocar aqui que ele não está no Conselho da Cidade anterior e atual, porque não tem CNPJ. E onde é que tá escrito que aquelas entidades que não tem CNPJ, que lutam por essa cidade não tem legitimidade? então queria colocar aqui e questionar isso também. Eu quero aqui dizer destacar algumas belas falas do Michelangelo colocou, a Vereadora Marina, Vereador Marquito e tantos outros que falaram. Mas eu quero dizer o seguinte, que o livro que eu





organizei, que nós organizamos em 2013 (dois mil e treze), já questionava uma retórica, eu sou professor aposentado da Universidade Federal desde 2015 (dois mil e quinze). Estou aqui a 47 (quarenta e sete) anos, a minha filha está com a idade que cheguei aqui em 74 (setenta e quatro). Quero dizer que todas aquelas 10 (dez) diretrizes que colocam ali, eu concordo como arquiteto difícil. É uma bela proposta com centralidades, processo de articulação, importância de compensações, é muito bonito. Agora, como fazer aquilo? O conceito de centralidade está sendo conceitualmente errado e mal utilizado e vai inverter a finalidade dele. Nós criticamos isso no livro Resgatando Paisagens de 2013 (dois mil e treze). Lá nos já criticávamos a descentralidade, mas como fazer isso? (...) o Professor Élcio colocou 11 (onze) falácias desse plano, eu colocaria 15 (quinze), mas aqui não dá tempo de colocar. Agora o seguinte, como o Vereador Maikon colocou, porque tanta pressa? porque não se pegou o Censo para fazer esse plano diretor, um diagnóstico real. Porque a cidade real não está colocada nas diretrizes traçadas. As minutas estão disfarçadas, aquilo ali não tem uma cidade real com indicadores reais com a capacidade de suporte, que eu pergunto: Se você adensar 20% (vinte por cento) qualquer área, aquilo aumenta a demanda de posto de saúde, demanda de escola, de infraestrutura como todo. Quero colocar também que fiz parte de uma outra pesquisa, 160 (cento e sessenta) páginas que coloca à disposição para defensoria, que os 51 (cinquenta e um) terrenos foram entendidos, nessa região, seria terra para expandir os equipamentos e a Prefeitura entregou e vendeu esses terrenos. Espero que não tenha vendido todos ainda. Sr. Carlos Alvarenga agradece e chama a próxima pessoa a falar, **Sra. Fernanda do Canto**, representando Associação Coletivos e da Ilha, 5 (cinco) minutos. Boa Noite a todos, e todas. Boa noite a mesa. Não vou me repetir aqui, pelo adiantado da hora estão todos cansados. Eu enquanto representado do "Coletivo Cê da Ilha", é uma sociedade civil que já tem 10 (dez) anos de trabalhos continuados. Especificamente sobre áreas protegidas em Florianópolis e aos redores. Eu vou focar em algumas representações de alguns Conselhos de Unidade de Conservação que eu estou por meio dessa entidade que é o Conselho do Parque Natural Municipal do Morro da Cruz e o centro e também o Conselho Conjunto do Monumento Natural Municipal da Galheta e do Parque Natural Municipal da Lagoa do Jacaré e as Dunas do Santinho. Me chamou atenção bastante uma fala do Michel Mittmann, na primeira reunião no Ribeirão, que ele pergunta assim: Como retomar a mão da cidade para que cada vez mais a gente não pressione as nossas áreas ambientais? Então como pressionar - as nossas áreas ambientais, né?! E aí eu listei para ser um pouco mais propositiva e não trazer só reclamações, eles têm como fazer isso: fazendo regularização fundiária pelo plano de manejo das unidades de conservação. Essa regularização fundiária aqui em Canasvieiras, a gente sabe, né!? que historicamente as áreas serão comunais e elas foram sendo usurpadas pelo Estado revendidas e hoje existem várias áreas que mereciam ser áreas públicas que historicamente tiveram seu uso e ocupação públicos, e que, atualmente estão aí em uma zona de limbo. Então, o plano de manejo da unidade de conservação resolveria bastante desse embrólio. Esse





plano de manejo ele tem que ser feito por meio de um edital sério e não pregão na tomada de preço como se comprasse 2 (duas) bolachas porque nós temos 11 (onze) unidades de conservação. Nem todas entraram nesse pacote de criação de planos de manejo e as unidades de Conservação a são muito diversas existem monumentos, existem restingas, existem parques, a gente tem no nível Federal reserva extrativistas. Existem diversas formas e espaços diferentes de território e muito me preocupa que as zonas alagáveis sejam possíveis de construção agora e defesa totalmente o contrário. Pensando nas mudanças climáticas, na planície do Pântano do Sul, em tudo que que precisa conservado e que tá sendo loteado como se fosse área construível. Então, seguindo além dos Edital o plano de manejo a gente fortalecesse conselhos que existem, que são apenas 3 (três) representando 4 (quatro) unidades de municipais na conservação e precisa ser criados os outros conselhos. Precisa muito equipar o departamento de unidade de conservação, ficar trocando o chefe do departamento assim, trocando um com técnico por outra boa técnica não é o que vai resolver a situação das unidades de conservação, e sim, chamar por meio de concursos públicos os fiscais e os membros do departamento que deveriam estar acompanhando essas cadeiras, em vez de ficar trocando internamente dentro dos departamentos, uma coisa que só desgaste desses bons profissionais e também estressa os conselheiros e não colabora em nada para proteção do meio ambiente. Desmoraliza a fiscalização. Infelizmente essa criação da Guarda Ambiental ela não tem poder de fiscalização, e aí fica uma coisa que não fica nenhuma nem mais para fora e nem passar a guarda fazer a sinalização de acidente dessas áreas. Precisamos cumprir então com (***) que é o Sistema Nacional de unidade de conservação uma Lei de 2000 (dois mil) está em vigor e que demanda a criação de plano de manejo na criação de conselhos né também temos que continuar respondendo ao SISNAMA e a Política Nacional de Meio Ambiente a vez estou aqui o Código da Floresta Nacional, mais a Política Nacional de Meio Ambiente onde o município representa no sistema é bastante importante também. E, precisa ter nessa compromisso de conseguir cumprir para que não se perca também essa representatividade e no nível mais local a gente tem a lei de emenda da Lei Orgânica que considera a natureza como sujeito de direitos, está ali super avançada, a gente precisa levar para isso para entender que uma duna tem uma responsabilidade, assim que você deve ser um respeito a uma duna num lugar, onde não se deve jogar uma desejo de infiltração, como a gente viu acontecer né com rompimento dessa Estação na Lagoa da Conceição e agora retornando os mesmo a mesma forma de manejo. E aí, imagina em adensamento Urbano como que não ia piorar nessa situação. Também já que a gente encontra aqui com a capacidade que a gente tem hoje, não consegue dar conta muitas vezes se duplicar. Fica um pouco mais difícil também, então nessas perguntas que vocês fizeram aqui só não tem capacidade de se está ouvindo Universidade, existem aqui cursos de Geografia, Ciências Sociais, Ambientais e que diversos estudos já foram feitos a respeito. E aí cadê eles? Sabe onde que tá esses estudos de impacto que não estão sendo colocados em vista? quando a gente fala da verticalização da





cidade meramente para responder a um a um grupo de interessados e não vendo a natureza como um todo como ela merece, obrigado. Sr. Carlos Alvarenga agradece e chama a **Sra. Carla Mourão**, por 2 (dois) minutos. Boa Noite a todos, boa noite a mesa. Meu nome é Carla, sou pesquisadora da UFSC. Trabalho com planejamento territorial já faz algum tempo, desde a minha graduação. Eu estou no doutorado agora. Eu nem ia pedir a fala assim, mas depois de algumas falas meio bizarras eu tive que ir lá me inscrever para poder falar. Eu vim do interior de São Paulo para trabalhar e estudar aqui na ilha morar aqui né e eu já trabalhei na prefeitura né de Pirassununga e trabalha na secretaria do meio ambiente mas eu trabalhava ali pertinho Prefeito e eu sei como funciona essa questão de interesse né Cada um tem interesse cada um defende seu interesse enfim e até que escrevi para Não Me Perder aqui mas a questão é a cobrança que vem de todos os lados setor mobiliário da comunidade em cima do prefeito não tem que gerar moradia gerar emprego eu sei muito bem muito bem o tempo que o prefeito lá sabia como que era isso e como que ele tinha que reagir a isso mas enfim é uma coisa meio lógica né não sei de muitos neurônios para entender isso que as leis ambientais elas estão aqui em Floripa no Estado de Santa Catarina no mundo na verdade não é para atrapalhar ninguém tem que barrar ninguém/em barra né mas é questão elas foram feitas para proteger o ser humano ele dele mesmo é isso tem que entender nem enviou do nada dessas leis foi sem vazamento nenhum foi com propósito para proteger o ser humano dele dele mesmo dá para ter a vida dele e a vida das próximas gerações você tá comunidade os filhos neto do prefeito dos assessores um vereador de todo mundo então E por sinal também que comentou que tem muito tem muita lei para cuidar dele e esquece que a gente a gente faz parte do meio ambiente então a gente não pode desconsiderar isso não que significa adianta querer construir tem com certeza cidade tem que desenvolver Prefeito tem que Suprir as necessidades de todo mundo mas não adianta crescer feliz em todos os espaços e não tem recurso para isso é isso que tem que entender tem que ser sim mas tem que ter base para isso que que adianta construir apartamentos sendo que depois do turista não tem lugar que cidade. Na sequência, o Sr. Carlos Alvarenga agradece convida a **Sra. Jane Edilse Gentil Nunes** para falar, sinalizando os 2 (dois). Boa noite Sr. Prefeito, boa noite a mesa, boa noite a todos. Eu vou ser um pouco repetitiva, mas é uma coisa que está nos afligindo bastante, já, há algum tempo. E eu venho aqui, solicitar a este Plano Diretor que apresenta tantos problemas, mas que o meu, ou nosso problema pode ser resolvido da maneira mais simples. É não permitir comércio nas Alamedas de Jurerê, nós estamos no fundo do nosso apartamento, primeiro andar com um bar que vocês não têm noção o que incomoda. Eu imagino, Senhor Prefeito os seus pais, que eu sei que eu conheço, tendo que suportar?! Teve um sábado que começou às 2:00 (duas) horas da tarde parou as 5:00 (cinco) horas, reiniciou as 7:00 (sete) horas e terminou às 2:00 (duas) horas da manhã. Não é possível as pessoas têm que ter respeito. E, quando a gente vai para casa, depois do trabalho, por que que a gente quer um descanso, deitar na sua cabeça no travesseiro e ter uma noite tranquila. Mas nós não temos, porque termina o som e o povo




continua. E aí, é “kkk” Termina o som e o povo continua. E aí é “kkkkk”, é piada e ri, porque não se divertindo. Então eu solicito muito que seja tirado desse Plano Diretor o item de comércio na alameda. A alameda já tá modificada, tudo bem. Mas vamos lá?! mas não comercial. Muito obrigado e uma boa noite a todos. Sr. Carlos Alvarenga agradece e chama a **Sra. Nilda Quiroga**, por 2 (dois) minutos, para expressar sua fala. Boa noite a todos, vou procurar ser breve. Não podia deixar de estar aqui hoje pela luta diária da escola. Temos uma escola linda, maravilhosa. Temos 1100 (um mil e cem) alunos nesta escola, e temos uma insegurança diária. Então, eu tenho certeza. Não sei se tem pais, avós aqui, mas eu tenho certeza que eu estou representando esses 1.100 (mil e cem) pais. Porque a nossa insegurança é, todos os dias que deixamos nossos filhos aqui na frente, é assim, gritante. Eu peço que olhem com todo amor e carinho pela nossa escola e que mande nossos vigias de volta para nossa escola, que fora, a reforma toda da escola, foram transferidos para a Vergílio e não voltaram. OK, lá também precisa. Sabemos das coisas que estão acontecendo nas escolas, como aconteceu na jovem agora a pouco, como aconteceu na Santa Terezinha, como aconteceu na Vergílio, e cada vez aumenta mais a nossa insegurança como pais. Muitas vezes, eu, os pais, ficam na frente da escola para ajudar, inclusive os funcionários, por que tem que tem que ir lá, fechar o outro portão para ficar ali. A insegurança é incrível que a gente vive hoje. Então eu peço encarecidamente, eu peço, a gente implora por vigia, ou um vigia. Não só pelos equipamentos, mas eu zelo pela segurança das nossas crianças. Já pedimos, já solicitamos. Sabemos que a escola já solicitou de várias maneiras. Nós pais, vários pais, já solicitaram. Já mandamos mensagem para o Secretário. A resposta sempre é a mesma: a licitação está, em andamento. Já foi feita a solicitação. Estamos desde fevereiro fazendo o mesmo pedido. Estamos em junho, já tem as férias. Ficamos imensamente felizes, 1.100 (mil e cem) famílias, quando a gente enxergou os guardas aqui, como hoje, todos os guardas. Aí eu pensei: “mas, ó, veio guarda”. Então eu fui até ele e perguntei: “você não vai embora, né?”. Ele falou: “sim, vou. Eu estou aqui desde as 7 (sete) da manhã, mas é por causa do evento, eu sou lá da passarela, é só hoje”. Fiquei tão triste. Então não podia deixar de perder esta oportunidade de pedir pessoalmente, que olhem por nos. Obrigado a todos. Sr Carlos Alvarenga agradece e fala: antes de passar à palavra a mesa, inclusive para o Prefeito, agora é registrar para todos, qual o próximo passo. Essas manifestações todas foram registradas não só em vídeo, com duas câmeras gravando, esse vídeo ele faz parte do processo de revisão. Ele vai para Prefeitura no site oficial do *YouTube*. Isso vai ser divulgado nos próximos 3 (três) dias. Provavelmente amanhã, já deve estar lá. Aqui, se as pessoas não tiverem vendo tem uma funcionária da FEPESE, registrando em ata e por escrito todas as manifestações. Esse documento também vai ser publicado. E todas essas manifestações vão ser analisadas pela Comissão Multidisciplinar, que tem técnicos de carreira da prefeitura, não só do IPUF como da SDM, da FLORAM, é uma composição multidisciplinar. Essas considerações vão ser transformadas em um texto legislativo, em um estudo de impacto de todas as

considerações que foram concluídas. Então esse é o próximo passo e, antes de ir para a Câmara, vai Conselho da Cidade se manifestar. Após a manifestação do Conselho da Cidade, com parecer do Conselho da Cidade que vai ser protocolado a Câmara Municipal. Tá bom? Então eu vou... O secretário Maurício, da Secretaria de Educação da Prefeitura, ele pediu a palavra, vou passar para ele. **Prof. Mauricio Fernandes Pereira**, inicia sua fala. Boa noite a todos, eu queria fazer um registro, o Vereador Renato eu acho que ele foi ao banheiro, mas eu queria fazer o registro que tiveram 47 (quarenta e sete) inscrições, o Vereador Renato foi o oitavo (oitavo) a falar e permanece aqui até agora. Eu queria registrar a presença da nossa diretora Neide (Diretora da Escola Osmar Cunha). Uma escola que tem exatamente 955 (novecentas e cinquenta e cinco) crianças matriculadas, registro também a fala do Clóvis, pai de um aluno e Presidente do Conselho. Quero dizer que essa escola, eu estive nessa escola, Prefeito, em 2017 (dois mil e dezessete). Uma escola que há anos precisava de uma reforma e nós na verdade fizemos uma grande transformação nessa escola. Hoje essa escola, a gente tem buscado implantar, um período integral, projetos de contra turno, letramento digital, projeto de empreendedorismo, projetos de robótica, espaço *maker*, as crianças aprendendo libras. Então a gente tá buscando melhorar a infraestrutura cada vez mais dessa escola. Dizer que tem uma obra de arte aqui na frente do Luciano Martins, que deu vida a essa escola. Registrar, eu não sei se é mãe ou professora. Entendi que é mãe. Sobre o fato da segurança, que é algo que dado nossa atenção. O Coronel Araújo Gomes, tem tratado muito isso de maneira conjunta conosco. E quero final e registrar, a alegria de ver o nosso Prefeito Topázio, aqui na Escola Osmar Cunha. É a segunda vez ou terceira, que ele vem aqui, mas ele tem ido a todos os nossos espaços de creche e escola. Então, eu quero registrar essa presença do Prefeito Topázio nos nossos espaços educacionais. E o Vereador Renato, que eu acho que tinha ido ao banheiro, eu fiz um registro Vereador Renato, tivemos 47 (quarenta e sete) inscritos e o senhor foi o oitavo a falar, como Vereador e permanece aqui até agora e, por isso que eu fiz questão de fazer esse registro. Eu acredito que hoje essa audiência, é uma audiência que eu tenho aprendido demais. que foi uma audiência bastante propositiva. Como todos sabem está sendo gravado e tudo isso vai ser registrado. Também quero cumprimentar o vereador Dinho. Que é bem presente e reconhecido neste bairro. E o Dinho tá falando aqui, fala da Diretora, já falei Dinho, a Neide. Então, desejo a todos vocês que cada vez mais valorizem aquilo que é o nosso bem mais precioso, que é a educação, que é a única possibilidade de fazer com que uma sociedade tenha uma, esperança não, perspectivas e possibilidades de mudar o seu futuro a partir dos sonhos, que são gerados dentro de um espaço Educacional. Muito obrigado. O Senhor Carlos Alvarenga passa a palavra ao Prefeito Municipal Topázio Neto. Muito boa noite, somente para agradecer a presença de todos e em especial da comunidade dos nossos vereadores: Vereador Renato, Vereador Marquito, Vereador Dinho, que estão com a gente agora nesse final, agradecer os técnicos do IPUF, da Prefeitura e da nossa equipe multidisciplinar que tem coordenado esse trabalho, com a condução do nosso Carlos

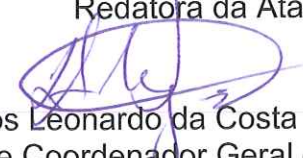
Alvarenga, que coordenou a mesa e das outras pessoas que compõem a mesa. Agradecer também a nossa guarda municipal, nosso bombeiro civil, que tá aqui nos ajudando nessa noite de hoje, tem feito isso nas outras audiências. Cumprimento também o Vereador Maikon que está aí e a escola que nos cedeu, em nome da nossa Diretora, todo corpo de professores que tá aqui hoje e nos cedeu esse espaço aqui, tão bem arrumado, e tão propício para isso, desejando a todos um ótimo final de sexta-feira e um bom final de semana. E já convidando para quem tiver interesse, na segunda-feira nós temos audiência pública no Rio Vermelho, na quarta-feira nós temos audiência pública na Cachoeira e na sexta-feira, nós temos audiência pública em Santo Antônio de Lisboa. A memória falhou agora. E essa tem sido a oportunidade, muito interessante para nós, enquanto prefeitura, não só ouvir o sobre o Plano Diretor, mas ouvir também outras demandas da comunidade. Então farei questão de participar de todas elas, se não até o final como hoje, mas, uma boa parte e acho que isso é um exercício democrático e que nós temos aqui crescendo enquanto cidadão. Muito obrigado a todos, boa noite e bom final de semana. O Sr. Carlos Alvarenga diz: só queria Prefeito, se me permite, passar a palavra para o Vereador Dinho, mas antes fazer queria fazer o registro do seguinte: parabenizar em seu nome a comunidade pelo exemplo de civilidade, de respeito, como todo mundo exerceu na hora suas manifestações. Agradecer quem permaneceu até agora aqui, isso é um exercício de democracia na nossa visão, isso é importantíssimo para a gente dar continuidade no processo de revisão do plano diretor. Parabéns, agradecer a organização da FEPESE, a segurança através da Guarda Municipal, Secretário de Segurança Pública que está aqui e passar ao Vereador Dinho para as considerações. Eu queria dar boa noite a todos vocês, que já estamos nos finalmente, mas cumprimentar pelo bom senso, pela participação, é assim que se constrói uma cidade, com a participação de todos e espero que toda essa discussão, ela ao final das Audiências Públicas, ela possa ser avaliada pelo Conselho e depois ela vá para Câmara, e na Câmara a gente possa inclusive acrescenta, o que a gente não vai colher durante as audiências públicas. Porque um plano, ele tem que preparar a cidade para as pessoas. Se não, ele não tem razão Beatriz. Nesse sentido Vereador Renato, a gente que é ... Vereador Lino, Vereador Marquito, que estava aqui ainda a pouco, Vereador Maikon Costa, não tem sentido a gente é revisar uma peça tão importante para a cidade sem a participação. Agora nós temos que atender, como disse ali o cidadão do Papaquara, nós temos que preparar a cidade. Uma cidade melhor para todo mundo e nesse sentido Prefeito Topázio, eu inclusive tenho dado a minha contribuição, dizendo que nós temos que pegar tudo que está consolidado no município, pelos bairros e, passar uma linha, o que está consolidado, porque tem muita gente querendo regularizar água, regularizar luz. Nós hoje não temos mais problema com apagão, nem problema com falta de água, isso é gente que quer o pior para Cidade, agora nossa cidade tem que se desenvolver, tem que desenvolver o comércio que nós temos, tem que desenvolver. Vereador Renato, a tecnologia que hoje é a ponta que como outra chaminé, para desenvolvimento para essa cidade, e nós temos que... Aqui teve uma moça



que falou na regularização, Ana Cláudia... Fundiária. Isso é a maior mudança, é o maior feito que esse plano pode fazer nessa revisão. Então como bem disse, algumas pessoas aqui, nós não temos que ter pressa, nós temos até 2024 (dois mil e vinte e quatro) Prefeito Topázio, para fazer essa revisão e o senhor, como é uma figura cautelosa, um prefeito que tem realmente tratado dos quatro cantos da nossa ilha, com muita responsabilidade, com muito respeito, assim como Prefeito Gean, eu espero que a gente possa tirar, no final dessas audiências, realmente o resultado que seja melhor para todos nós, cidadão de Florianópolis, e aqueles que ainda poderão e querem escolher Florianópolis para realizar o seu sonho. Boa noite. Obrigado a Canasvieiras pela participação e pela civilidade na apresentação das propostas. O Sr. Carlos Alvarenga dá por encerrada a audiência distrital do Distrito de Casnasvieiras. Boa noite a todos. Desta forma, encerrou-se a presente audiência às vinte e duas horas e sete minutos e lavrada a ata que vai ser assinada por mim, Adriana Zanqueta Wilbert Ito que redigi o presente documento, pelo Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga (Superintendente do IPUF e Presidente da Mesa Diretora/Coordenador Geral Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD e pelo Sr. Alexandre Felix – Secretário Executivo Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD e Geografo IPUF).



Adriana Zanqueta Wilbert Ito
Redatora da Ata



Carlos Leonardo da Costa Alvarenga
Superintendente do IPUF e Coordenador Geral da Comissão Multidisciplinar de
Revisão do Plano Diretor – CRMPD



Alexandre Felix
Secretário Executivo Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor –
CRMPD e Geografo IPUF

06/07/2022

REGISTRO ERRATA NA NUMERAÇÃO ONDE CONSTAM AS PÁGINAS.
ESSA ATA POSSUI 42 (QUARENTA E DUAS PÁGINAS) E TODOS
OS RESPONSÁVEIS REGISTRAM ESSE FATO DE BOA-FÉ OBJETIVA.